



IDOSO

"Como seria belo se cada um de vós pudésseis, ao fim do dia, dizer: Hoje na escola, em casa, no trabalho, guiado por Deus, realizei um gesto de amor por um colega meu, pelos meus pais, por um idoso. Como seria belo!"

Papa Francisco

// NOTÍCIAS DA IMPRENSA

VEJA DICAS DE FONOAUDIÓLOGA PARA MELHORAR A FALA E EVITAR OS ENGASGOS DE PESSOAS COM MAL DE PARKINSON

A doença de Parkinson (DP) ou mal de Parkinson é uma doença degenerativa, crônica e progressiva, que acomete em geral pessoas idosas.

Fonte: Idmed.terra – 27/06/2013



Segundo a fonoaudióloga Giovana Diaféria, ela ocorre pela perda de neurônios do Sistema Nervoso Central (SNC) em uma região conhecida como substância negra (ou nigra). "Os neurônios dessa região sintetizam o neurotransmissor dopamina, cuja diminuição nessa área provoca sintomas principalmente motores, tais como: tremor, rigidez muscular, diminuição da velocidade dos movimentos e distúrbios do equilíbrio e da marcha. Entretanto, também podem ocorrer outros sintomas, como depressão, alterações do sono, diminuição da memória e distúrbios do sistema nervoso autônomo", explica ela.

Na doença de Parkinson os pacientes apresentam mudanças na voz, na fala e na deglutição, que aumentam de acordo com o grau de comprometimento neurológico e a evolução da doença. "Ela afeta os músculos da laringe (garganta), das pregas vocais e da boca (língua, bochechas, lábios, céu da boca), assim como os outros músculos do corpo também são afetados. Esses músculos apresentam tremor, rigidez e redução da força e dos movimentos, prejudicando a fala, a voz e a deglutição", explica a fonoaudióloga.



Prezado(a),
para preservar as informações contidas no periódico,
é necessário estar *logado* na intranet para carregar os *links*.

ÍNDICE

IDOSO

Notícias da Imprensa	fl. 01
Doutrina	fl. 08
Notícias do Judiciário	fl. 09
Notícia do Legislativo	fl. 10
Legislação	fl. 11

PESSOA COM DEFICIÊNCIA

Notícias da Imprensa	fl. 12
Doutrina	fl. 31
Notícias do Judiciário	fl. 32
Notícias do Legislativo	fl. 33
Legislação	fl. 34
Institucional	fl. 36

EXPEDIENTE

Centro de Apoio Operacional das
Promotorias
de Justiça de Proteção
ao Idoso e à Pessoa com Deficiência

Av. Marechal Câmara, 370 - 6º andar
Centro - CEP 20020-080
Telefones: 2215-6326 | 2215-6112
E-mail: caidosopdef@mp.rj.gov.br

Coordenador
Luiz Cláudio Carvalho de Almeida

Subcoordenador
Rafael Luiz Lemos de Souza

Servidores
Alexandre Cavassoni Rosa
Fábio Gomes Palermo
Rodrigo Firmino da Silva

Estagiário
Pablo Gomes Amaral

• • •

Projeto gráfico
STIC - Equipe Web



Algumas dicas importantes para melhorar a comunicação do paciente com a doença de Parkinson são:

- Beba bastante água durante o dia (pelo menos 8 copos de água);
- Procure (articular) movimentar bem a boca enquanto fala. Os lábios, as bochechas e a língua precisam se mover amplamente para que os sons sejam produzidos de forma clara e amplificada, assim a boca trabalha como um alto-falante;
- Procure falar devagar e forte (alto), pois assim fica mais fácil para as pessoas escutarem o que o paciente com Parkinson diz. Ao conversar com outra pessoa, posicione-se em frente a ela, assim fica mais fácil para vocês se entenderem. Treine falar alto dizendo os dias da semana, meses do ano, contando os números, fazendo a leitura de um texto como notícia do jornal e/ou revista ou cantando uma música.

A fonoaudióloga explica que a deglutição se encontra comprometida em cerca de 50% dos pacientes, possivelmente devido à rigidez muscular, lentidão e falta de coordenação dos movimentos presentes na enfermidade, ocorrendo um enfraquecimento da musculatura da boca (língua, lábios, bochechas, céu da boca e garganta). Com esse prejuízo nesses órgãos, os alimentos não são bem mastigados, o que pode causar engasgos, tosses e/ou pigarros mais frequentes durante a alimentação. Além disso, os pacientes podem notar dificuldades para engolir líquidos, principalmente água, ou o doente pode se engasgar com os comprimidos, que antes eram deglutidos de maneira automática e sem desconforto.

O mesmo ocorre na deglutição de saliva, que, acumulada na boca, geralmente nos cantos, pode escapar desagradavelmente (a conhecida e popular baba) ou até atrapalhar a emissão correta dos sons, comprometendo a inteligibilidade. Quando acumulada na "garganta" e não engolida, aumenta a possibilidade de engasgos e dá a sensação aflitiva de uma voz molhada, o que também dificulta na compreensão total da fala.

Os comprometimentos da deglutição levam a aspirações (quando o alimento deglutido não é conduzido pelo esôfago até o estômago, mas penetra nas vias aéreas por meio da laringe, podendo chegar até os pulmões, causando pneumonia por aspiração do alimento).

"Desta forma, ao identificar algumas dessas alterações em sua deglutição, procure um fonoaudiólogo, pois o quanto antes você puder ser tratado, melhores e mais duradouros são os resultados obtidos", diz ela.

Seguem 20 dicas com as quais o cuidador e/ou familiar pode ajudar o paciente a evitar os engasgos. "Entretanto, estas dicas não correspondem a um tratamento e absolutamente não excluem a necessidade de orientação e terapia fonoaudiológica", finaliza Giovana.

20 DICAS PARA PREVENIR ENGASGOS NA DOENÇA DE PARKINSON

- 1- Procure um(a) dentista no caso de usar prótese dentária que não esteja bem colocada na boca;
- 2- O ambiente em que irá se alimentar deve ser calmo, sem interferência de rádio e/ou televisão, e também evite conversas durante as refeições;
- 3- Realize as refeições sentado à mesa, evitando se alimentar deitado na cama ou no sofá sempre que possível;
- 4- Utilize talheres adequados;
- 5- Não estique o pescoço para trás para engolir;
- 6- Mantenha a postura da cabeça e do quadril em 90 graus;
- 7- Coma sempre com os pés apoiados no chão;
- 8- Realize a refeição em lugar tranquilo e iluminado;

- 9- Não tenha pressa para comer;
 - 10- Engula toda a comida antes de dar uma nova mordida ou colherada;
 - 11- Evite alimentos grudentos e secos, como: pão de leite, pão de forma, bolacha água e sal, coco ralado, pipoca e farináceos (como aveia em farelo);
 - 12- Dê preferência para copos de boca larga para beber líquidos;
 - 13- Após cada refeição, realize higienização oral (limpeza dos dentes), tendo você os dentes naturais ou usando próteses dentárias;
 - 14- Não se deite logo após as refeições, para garantir o esvaziamento completo do conteúdo alimentar do esôfago;
 - 15- Pense em engolir – Lembre-se de engolir saliva frequentemente e antes de falar;
 - 16- Engula pelo menos 2 vezes após a mastigação do alimento na boca;
 - 17- Dê somente pequenos goles nos líquidos (não beba rápido) e faça pequenas mordidas nos alimentos;
 - 18- Alterne mordidas e goles. Isso ajudará a limpar a comida da boca e da garganta;
 - 19- Seja cuidadoso ao usar canudos. Os canudos são indicados quando se tem tremor severo ou movimentos involuntários (discinesias). Mas não coloque o canudo muito para trás, na boca;
 - 20- Deixe seu queixo para baixo ou paralelo à mesa. Há uma tendência de se elevar o queixo quando se bebe o último gole de líquido em um copo ou garrafa. Quando o queixo está elevado, a traqueia está mais aberta e o líquido pode escorrer para os pulmões. Essa posição aumenta o risco de aspiração.
- Giovana Diaféria é fonoaudióloga clínica, coordenadora do serviço de Fonoaudiologia da Associação Brasil Parkinson. Fonoaudióloga do Instituto do Sono/SP. Mestre em Ciências pela Universidade Federal de São Paulo-UNIFESP. Especialista em voz, motricidade orofacial e deglutição. Professora do Centro de Estudos da Voz/SP.

QUEDAS PODEM CAUSAR GRANDES PROBLEMAS PARA IDOSOS

Os ferimentos decorrentes das quedas variam muito, desde escoriações, cortes, fraturas e podem até levar à morte, mas isso depende da intensidade da queda.

Fonte: SIS saúde – 01/07/2013

A saúde dos idosos é algo delicado. Até mesmo uma queda simples pode ter consequências sérias e colocar a vida da pessoa em risco. De acordo com dados do Ministério da Saúde, 30% dos idosos caem pelo menos uma vez por ano e entre 5% e 10% das quedas causam fraturas. Além disso, dois terços dos idosos que caíram sofrerão uma nova queda nos seis meses seguintes.

Alguns dos fatores que aumentam as chances de esse tipo de acidente são questões próprias e naturais do envelhecimento. De acordo com Eliane Baião, Chefe do Serviço de Geriatria do Hospital Universitário UFJF, o avançar da idade traz a fragilidade muscular, a hipotrofia, o enrijecer de articulações, alterações na visão e no equilíbrio e condições e uso de medicamentos que causem tonteira.

De acordo com a médica, "os ferimentos decorrentes das quedas variam muito, desde escoriações, cortes, fraturas e podem até levar à morte, mas isso depende da intensidade da queda, que são a segunda maior causadora de mortes de idosos, só perde para acidentes de trânsito. As complicações em função de um tombo limitam o idoso e podem levar a cair novamente".

A melhor forma de lidar com as quedas é a prevenção. O idoso e os familiares devem se informar com seus médicos. "Adotamos o que chamamos de 'conduta domiciliar', através da qual orientamos a tirar tapetes de dentro de casa, usar antiderrapantes no *box*, barras de proteção do banheiro, corrimão dentro de casa, principalmente naquelas em que há escada, evitar móveis pequenos no meio de ambientes que atrapalham a circulação, tomar cuidado com animais domésticos dentro de casa, brinquedos espalhados pela casa e sempre que possível evitar que móveis como sofás e camas sejam muito altos ou baixos, pois dificultam o ato de levantar ou sentar. Deixar uma luz acesa à noite, chamada de luz de sentinela, pois o idoso pode acordar à noite, evitar sapatos escorregadios, não andar de meia. E há as medidas externas, tendo cuidado ao atravessar a rua, sempre na faixa de pedestres, olhar buracos nas calçadas", explica a geriatra.

ANESTESIA GERAL EM IDOSOS AUMENTA RISCO DE DEMÊNCIA EM 35%

Fonte: Diário da Saúde – 03/07/2013

A exposição à anestesia geral aumenta o risco de demência em idosos em 35%. A conclusão é de um estudo apresentado no congresso anual da Sociedade Europeia de Anestesiologia, coordenado pelo Dr. François Sztark, da Universidade de Bordeaux (França).

DCPO - DISFUNÇÃO COGNITIVA PÓS-OPERATÓRIA

A disfunção cognitiva pós-operatória, ou DCPO, pode ser associada com a demência vários anos depois.

A DCPO é uma complicação comum em pacientes idosos após cirurgias de grande porte.

Tem sido proposto que existe uma associação entre a DCPO e o desenvolvimento posterior de demência devido a um mecanismo patológico através do peptídeo beta-amiloide.

Vários estudos experimentais sugerem que alguns anestésicos podem causar inflamação de tecidos do sistema nervoso, levando à DCPO e precursores de Alzheimer, incluindo placas beta-amiloides e emaranhados neurofibrilares.

Mas ainda não está claro se a DCPO pode ser um precursor da demência.

ANESTESIA E DEMÊNCIA

Neste novo estudo, os pesquisadores analisaram o risco de demência associado à anestesia em uma amostragem de base populacional de idosos (com 65 anos ou mais).

Os participantes tinham 65 anos ou mais, e foram entrevistados no início do estudo e, posteriormente, 2, 4, 7 e 10 anos depois.

Na entrevista após 2 anos, 33% dos participantes haviam recebido anestesia no período, com 19% relatando uma anestesia geral, e 14% uma anestesia local ou regional.

Um total de 632 (9%) participantes desenvolveram demência durante os 8 anos seguintes de acompanhamento.

Os participantes com pelo menos uma anestesia geral tiveram um risco 35% maior de desenvolver a demência em comparação com os participantes que não tomaram anestesia.

"Estes resultados apontam um aumento do risco de demência vários anos após a anestesia geral. O reconhecimento da DCPO é essencial no manejo perioperatório dos pacientes idosos. A longo prazo, deve-se planejar o acompanhamento desses pacientes," recomenda o Dr. Sztark.

DOENÇA DE ALZHEIMER REVERTIDA PELA PRIMEIRA VEZ

Investigadores canadenses usaram técnica de estimulação cerebral profunda. Esta descoberta pode levar a novos caminhos para tratamentos de Alzheimer.

Fonte: SIS saúde – 11/07/2013

A doença de Alzheimer foi revertida pela primeira vez. Uma equipe de investigadores canadenses, da Universidade de Toronto, liderada por Andres Lozano, usou uma técnica de estimulação cerebral profunda, diretamente no cérebro de seis pacientes, conseguindo travar a doença há pelo menos um ano.

Em dois destes pacientes, a deterioração da área do cérebro associada à memória não só parou de encolher como voltou a crescer. Nos outros quatro, o processo de deterioração parou por completo.

Nos portadores de Alzheimer, a região do hipocampo é uma das primeiras a encolher. O centro de memória funciona nessa área cerebral, convertendo as memórias de curto prazo em memórias de longo prazo. Sendo assim, a degradação do hipocampo revela alguns dos primeiros sintomas da doença, como a perda de memória e a desorientação.

Imagens cerebrais revelam que o lobo temporal, onde está o hipocampo e o cíngulo posterior, usam menos glicose do que o normal, sugerindo que estão desligadas e ambas têm um papel importante na memória.

Para tentar reverter esse quadro degenerativo, Lozano e sua equipe recorreram à estimulação cerebral – enviar impulsos elétricos para o cérebro através de eletrodos implantados.

O grupo instalou os dispositivos perto do fórnix – um aglomerado de neurônios que enviam sinais para o hipocampo – dos pacientes diagnosticados com Alzheimer há pelo menos um ano. Os investigadores aplicaram pequenos impulsos elétricos 130 vezes por segundo.

Testes realizados um ano depois mostram que a redução da glicose foi revertida nas seis pessoas. Esta descoberta pode levar a novos caminhos para tratamentos de Alzheimer, uma vez que é a primeira vez que foi revertida.

Os cientistas admitem, no entanto, que a técnica ainda não é conclusiva e que necessita de mais investigação. A equipe vai iniciar agora um novo teste que envolve 50 pessoas.

NOVAS BARRAS REMOVÍVEIS SÃO SOLUÇÃO DE BAIXO CUSTO PARA IDOSOS

A novidade é uma barra de apoio modular removível elaborada para ser aplicada ao lado de camas e vasos sanitários.

Fonte: SIS saúde – 15/07/2013

A terapeuta ocupacional Danielle Aline Barata Assad desenvolveu um equipamento que auxilia pessoas que sofreram acidente vascular cerebral, traumatismo cranioencefálico ou até mesmo idosos e demais pacientes com área motora comprometida.

A novidade é uma barra de apoio modular removível elaborada para ser aplicada ao lado de camas e vasos sanitários. O objeto auxilia na sustentação de quem levanta, fornecendo apoio para as mãos neste movimento. "Sem a barra, as pessoas, geralmente se apoiam nos móveis ou pedem para algum familiar levantá-las. Então, elas acabam tendo que ter sempre alguém por perto pra fazer o movimento. A barra é desmontável e, por isso, se adapta ao tamanho do ambiente em que será colocado," afirma a pesquisadora.

O equipamento foi desenvolvido pensando principalmente na população de baixa renda. "As barras que eu pesquisei têm que ser chumbadas na parede",

conta a terapeuta ocupacional. Durante sua trajetória acadêmica, ela percebeu que muitas vezes estas pessoas vivem em casas alugadas ou emprestadas e os donos não permitem fixar estes objetos. Além disso, outro problema é que as barras disponíveis no mercado são vendidas em tamanhos que não se adaptam à disponibilidade de espaço de suas casas.

Outro detalhe importante é o modo de se remover a base do objeto do chão. A nova barra é fixada por um adesivo termoreversível, constituído de cera de abelha, parafina e breu. Por isso, basta apenas o aquecimento de um secador de cabelo, por exemplo, para ela se desgrudar do chão. Na etapa de desenvolvimento, Danielle teve de optar entre a fixação por ventosas ou por este composto. A implantação de ventosas foi descartada porque esta peça exige superfícies lisas para grudar.

a melhora do sistema cardiovascular e imunológico, maior disposição e qualidade de vida, e manutenção da musculatura.

DESENVOLVIMENTO DO OBJETO

Toda a idealização do produto final foi feita baseada em um questionário, aplicado a 100 voluntários no início da pesquisa. As respostas indicaram que os locais de maior necessidade deste apoio eram o banheiro e o quarto.

Depois desta etapa, foi realizada uma pesquisa com base nas normas estabelecidas para o desenvolvimento de barras de apoio. A escolhida foi a NBR 9050, que normatiza a acessibilidade de edificações e indica medidas e materiais com os quais pode ser feito o produto.

A outra fase da pesquisa consistiu na escolha dos materiais, de acordo com sua disponibilidade no mercado, preço e respeito à norma. "Verificamos que o alumínio atendia às nossas necessidades."

O trabalho foi resultado do mestrado pelo Programa de Pós-Graduação Interunidades em Bioengenharia, uma parceria entre a Escola de Engenharia de São Carlos (EESC), o Instituto de Química de São Carlos (IQSC) e a Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto (FMRP), todas da USP.

CAI PERCENTUAL DE DEMÊNCIA ENTRE IDOSOS COM MAIS DE 90 ANOS

Estudos britânico e dinamarquês revelam tendência em países do primeiro mundo.

Fonte: O Globo – Saúde – Gina Kolata, do *New York Times* – 16/07/2013



Idosos ativos – Estudos indicam que hábitos de vida mais saudáveis estariam relacionados à queda no percentual de demência na terceira idade. (Foto: Angela Jimenez – *The New York Times*)

NOVA YORK – Um novo estudo revelou que os percentuais de demência entre pessoas com mais de 65 anos na Inglaterra e em *Wales*, caiu cerca de 25% nas duas últimas décadas, de 8,3% para 6,2%, uma tendência que, segundo os pesquisadores, estaria se repetindo em todos os países desenvolvidos e que pode ter um grande impacto social e econômico para as famílias e a sociedade.

Um outro estudo recente, conduzido na Dinamarca, revelou que pessoas de 90 anos que responderam a um teste de habilidade mental em 2010 pontuaram bem melhor do que os que tinham 90 anos e fizeram o mesmo teste uma década antes. Um quarto dos que foram estudados em 2010 marcaram a pontuação máxima - o dobro daqueles testados em 1998. O percentual dos mais prejudicados caiu de 22% para 17%.

O estudo britânico, publicado nesta terça-feira na *The Lancet*, e o dinamarquês, divulgado na semana passada na mesma revista, vão na contramão de previsões mais alarmistas segundo as quais o envelhecimento da população acarretaria um percentual mais alto de pessoas com demência e um custo crescente para o seu tratamento.

Especialistas dizem que os estudos confirmam algo de que eles suspeitavam há tempos: que os percentuais de demência caíram e a saúde mental seria cada vez melhor à medida que a população crescesse de forma mais saudável e com mais acesso à educação. As descobertas podem contribuir ainda mais para convencer as pessoas de que parar de fumar, por exemplo, entre outras medidas, pode reduzir consideravelmente o risco de problemas cardíacos e derrames.

Epidemiologistas há muito constataram que a incidência de demência é mais baixa entre os que têm mais anos de estudo, bem como entre os que mantêm a pressão arterial e o colesterol baixos. Como algumas demências são causadas por pequenos derrames e outros danos vasculares, faz sentido que os grupos que controlam esses fatores de risco tenham uma queda nos percentuais de problemas mentais. Vários estudos anteriores já haviam apontado nesta direção, mas apresentavam problemas metodológicos que acabaram por lançar questionamentos sobre as descobertas.

Cientistas dizem que os dois novos estudos reúnem as mais fortes evidências de que seu palpite estava certo. Dallas Anderson, especialista em epidemiologia da demência do Instituto Nacional do Envelhecimento (maior financiador da pesquisa sobre demência nos EUA), afirma que os novos estudos trazem "evidências fortes e rigorosas". Para ele, o mesmo deve estar ocorrendo nos EUA, embora estudos ainda sejam necessários para confirmar a tendência.

- A notícia é maravilhosa - diz P. Murali Doraiswamy, especialista em Alzheimer da Universidade de *Duke*, que não participou dos novos estudos. Isso significa, diz ele, que a ideia de que cada geração tem os mesmos riscos para demência é falsa.

Os novos estudos oferecem esperança em meio a uma onda de notícias ruins sobre Alzheimer e demência. Grandes estudos com novas drogas para tratar o Alzheimer falharam. E uma recente projeção baseada na premissa de que os percentuais de demência permaneceriam estáveis apontou que o número de pessoas com o problema iria dobrar nos próximos 30 anos nos EUA, bem como o custo para o tratamento. Autor da previsão, Michael D. Hurd, disse que suas previsões terão que ser revistas se as mesmas tendências se confirmarem no país.

Mas a vice-presidente de relações médicas e científicas da Associação do Alzheimer, Maria Carrillo, disse não estar convencida de que as tendências possam se repetir nos EUA. Segundo ela, a pesquisa britânica não é muito acurada e o estudo dinamarquês reflete o fato de que as pessoas naquele país são mais saudáveis do que nos EUA.

Os estudos falam sobre demência, o que inclui o mal de Alzheimer, mas também outras condições, como miniderrames, que causam uma deterioração das funções cognitivas. Diretor da divisão de comportamento e pesquisa social

do Instituto Nacional do Envelhecimento, Richard Suzman, disse que não é possível saber pelos novos estudos se o Alzheimer está se tornando mais ou menos prevalente.

- Outras formas de demência podem estar caindo e o Alzheimer subindo - pondera.

Os pesquisadores britânicos, liderados por Carol Brayne, do Instituto de Saúde Pública de Cambridge, se basearam num grande estudo que, entre 1984 e 1994 testou para demência 7.635 pessoas com 65 anos ou mais, selecionadas aleatoriamente na Inglaterra e em *Wales*. Entre 2008 e 2011, os pesquisadores testaram novamente um grupo selecionado aleatoriamente de pessoas que viviam nas mesmas regiões.

- Usamos o mesmo número, na mesma área geográfica e os mesmos métodos

- explicou Carol.

Maria Carrillo questiona a acurácia dos números porque muitas pessoas se recusaram a participar do estudo e outras pessoas tiveram que ser convocadas. Ou seja, essas pessoas poderiam ter problemas e o resultado final ser diferente. Os pesquisadores dizem que levaram isso em conta e que não houve distorção do resultado.

No estudo dinamarquês, Kaare Christensen, da Universidade do Sudeste da Dinamarca compararam a saúde física e o funcionamento mental de dois grupos de dinamarqueses idosos. O primeiro foi composto de 2.262 pessoas nascidas em 1905 que foram testadas quando estavam com 93 anos. O segundo reuniu 1.584 pessoas nascidas em 1915 e testadas quando estavam com 95 anos.

Os pesquisadores apontaram quantos pontuaram bem, quantos apresentaram alguma demência e quantos entre um e outro. A curva foi totalmente revertida entre os que nasceram em 1915, segundo o estudo.

Segundo Christensen, o seu estudo, ao lado do britânico "provê uma base para o otimismo, ainda que cautelosa". Mas, acrescenta que os estudos não são capazes de indicar como prevenir a demência nas idades avançadas.

- Meu palpite é de que não há uma única coisa, mas uma série de ações indo na direção correta - afirma Christensen.

Para Anderson, as notícias são boas:

- Com os dois estudos, estamos começando a ver que cada vez mais pessoas terão chances maiores de chegar a idades avançadas sem danos cognitivos, adiando a demência ou mesmo evitando-a. É uma perspectiva feliz.

MPF EM JALES PEDE AO INSS CONCESSÃO DE BENEFÍCIO ASSISTENCIAL A IDOSA DE NACIONALIDADE INDETERMINADA

Acesso ao benefício vinha sendo impedido pela documentação insuficiente, que agora deve ser regularizada. Com 89 anos de idade, ela sobrevive com R\$ 80 mensais.

Fonte: *Ethos online* – 17/07/2013

O Ministério Público Federal em Jales ajuizou uma ação civil pública contra o Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) para que seja concedido à idosa Akiko Yanaguida Gonçalves o benefício assistencial de prestação continuada, previsto na Lei de Assistência Social e no Estatuto do Idoso. Akiko tem 89 anos de idade, é viúva e analfabeta. A única fonte de rendimentos é a venda de material reciclável recolhido das ruas, atividade que, conforme apurado, não gera renda superior a R\$ 80 mensais.

A legitimidade do MPF para atuar nesse caso se deve em razão de se tratar de idosa em situação de grave risco. De acordo com os autos, o Estado brasileiro, por meio do INSS, negou a Akiko o benefício assistencial pelo fato de a idosa não possuir documentos que comprovem a sua "existência no meio jurídico". Ainda que a sua idade e sua situação de vulnerabilidade social a tornem apta a receber o benefício do INSS, a suposta ausência da comprovação de sua nacionalidade torna o caso particular.

Os únicos documentos que possui são uma certidão de casamento, que diz que apesar de nascida no Japão ela tem nacionalidade brasileira, e um CPF em seu nome, atualmente suspenso, no qual consta ser de nacionalidade estrangeira. Não foram encontrados registros de pedido de naturalização e o consulado japonês também não possui qualquer registro sobre a nacionalidade de Akiko.

REGULARIZAÇÃO

O MPF pede, então, que caso a Justiça Federal considere Akiko Yanaguida Gonçalves de nacionalidade brasileira, que seja expedido um novo RG em seu nome e que seu CPF seja regularizado. Caso considere que não há provas para determinar sua nacionalidade, que ela seja identificada como apátrida, e, assim, possa usufruir do benefício da mesma forma. Os pedidos foram feitos inicialmente em caráter liminar; caso seja condenado, o INSS terá que arcar com todas as despesas processuais e administrativas, sem qualquer ônus para a beneficiária.

Atualmente a idosa reside em Urânia (SP) com dois de seus quatro filhos. Uma é portadora de distúrbios mentais e surda muda e o outro trabalha como diarista rural sem rendimento fixo. Além da suspeita de que ele também sofra de algum transtorno mental, possui na perna uma grave lesão ocasionada por um acidente ferroviário. Os demais filhos ainda visitam Akiko, mas também não possuem condições financeiras para ajudá-la.

EM 2050, POPULAÇÃO COM MAIS DE 60 ANOS SUPERARÁ A COM MENOS DE 15 ANOS

As pessoas em todo o mundo estão vivendo vidas mais longas, mais saudáveis, graças aos avanços na saúde e no bem-estar.

Fonte: ONU Brasil – 18/07/2013

O secretário-geral da ONU, Ban Ki-moon, pediu mais esforços para apoiar as necessidades dos idosos, especialmente em países em desenvolvimento. "As pessoas em todo o mundo estão vivendo vidas mais longas, mais saudáveis, graças aos avanços na saúde e no bem-estar", disse Ban em uma mensagem de vídeo para a abertura do 20º Congresso Mundial de Gerontologia e Geriatria, em Seul, Coreia do Sul, no dia 23 de junho de 2013.

De acordo com o Fundo de População das Nações Unidas (UNFPA), em 2050, 80% das pessoas mais velhas do mundo viverão em países em desenvolvimento, a população com mais de 60 anos de idade será maior que a população com menos de 15 anos. Em um relatório de 2012, a agência da ONU entrevistou 1.300 homens e mulheres mais velhos de 36 países.

As pessoas destacaram os desafios relacionados com a contínua discriminação, abuso e violência, ressaltando a necessidade de os governos, a sociedade civil e o público em geral trabalharem juntos para acabar com essas práticas destrutivas e investir em pessoas mais velhas.

O secretário-geral também pediu a implementação plena do Plano de Ação Internacional sobre o Envelhecimento de *Madrid*. O plano se concentra em três áreas prioritárias: pessoas idosas e desenvolvimento; promover a saúde e bem-estar na velhice; e garantir ambientes de apoio a esse segmento.

MUDANÇA NO EMPRÉSTIMO CONSIGNADO PROTEGE APOSENTADO, DIZ DIRETOR DO INSS

Fonte: UOL Economia – 19/07/2013

SÃO PAULO - Na última sexta-feira, o D.O.U. (Diário Oficial da União) divulgou as alterações feitas pelo INSS (Instituto Nacional do Seguro Social) para o critério que regulamenta a solicitação de um segundo empréstimo consignado. Segundo o diretor de Benefícios do INSS, Benedito Adalberto Brunca, a resolução pretende coibir fraudes e proteger aposentados.

Conforme a nova resolução, serão suspensos os descontos das parcelas de empréstimo consignado, permanecendo bloqueada a margem consignada durante o período de apuração da denúncia alegada pelo beneficiário.

“Nós fizemos um aprimoramento do cumprimento de uma Ação Civil Pública que nós já cumpríamos desde 2008. Nós tínhamos uma situação em que nós cancelávamos o empréstimo e restituíamos a margem. E agora, nós estamos fazendo esse processo de suspensão, mantendo a margem retida até o final da apuração do fato”, explica Brunca.

Segundo o diretor, a medida pretende preservar a efetividade do sistema e os próprios segurados que, às vezes, eram induzidos a erro por intermediários, “por pessoas que atuavam de maneira indevida e que induziam ele [o segurado] a pedir o cancelamento com a expectativa de que ele não tivesse que cumprir a obrigação contratada.”

O diretor conta que um beneficiário chegou a fazer mais de trinta contratos, usando a liminar que foi concedida para preservar a “boa fé” dos segurados. Caso for constatada irregularidade nos contratos, a instituição providenciará a exclusão dos contratos e a devolução dos valores consignados indevidamente. Se não houver irregularidade, os descontos serão restabelecidos, assim como o registro do contrato na forma original.

IDOSA DE 83 ANOS CAI DE CATAMARÃ E QUEBRA BRAÇO AO DESEMBARCAR

Fonte: O Fluminense – Leonardo Sodré – 26/07/2013

Ramira Feijó, de 83 anos, fraturou o braço direito ao cair na saída do Catamarã Gávea, que fazia o trajeto Niterói-Praça XV, na última quarta-feira, dia 17. Segundo o filho dela, Paulo José Feijó, que a acompanhava, eles seguiam de Niterói para o Rio para uma consulta médica.

Paulo disse que devido à debilidade de movimentos da mãe, esperaram todos os outros passageiros saírem da embarcação para desembarcarem, mas, na hora de acessarem a plataforma o Catamarã fez um movimento brusco e Ramira caiu sobre um dos braços.

Ela foi levada para o Hospital de Clínicas de Niterói (HCN), onde foi medicada e teve o braço imobilizado.

O que deixou Paulo mais inconformado foi o fato de não haver um médico de plantão na estação Praça XV, para os procedimentos de primeiros socorros.

“Acho que é um absurdo uma concessionária de transporte público não ter atendimento médico de emergência. Ali é um lugar onde passam milhares de pessoas por dia”, desabafou Paulo.

Ao procurarem o atendimento, logo após o acidente, Paulo conta que os funcionários da CCR Barcas o informaram que o médico estaria no estaleiro da concessionária e a sua chegada estava prevista para dentro de uma hora. Ao reivindicar um atendimento mais rápido, os funcionários o informaram que poderiam chamar um táxi para levar a idosa ao hospital, o que não foi aceito pelo filho. Paulo retornou à estação Arariboia, em Niterói, com a mãe, e usou seu próprio carro, que estava estacionado no local, para levar a idosa ao

Hospital de Clínicas de Niterói, onde foi medicada e teve o braço engessado.

A concessionária CCR Barcas foi procurada para comentar o caso e, segundo a assessoria de comunicação, devido ao feriado de ontem, no Rio, onde fica o escritório central da empresa, não seria possível apurar os detalhes do incidente ocorrido.

Paulo José Feijó falou que logo após o acidente só pensava na saúde da mãe e que agora pensará se pretende recorrer à Justiça. “A minha preocupação era de a minha mãe ficar bem. Fiquei inconformado com a ausência de um médico no local. Agora, que ela já está melhor, vou pensar no que fazer em relação a isso”, disse.

ESTUDO MOSTRA QUE PERDA AUDITIVA POR EFEITO DO ENVELHECIMENTO GERA CUSTOS À SAÚDE

Tem havido uma crença de que a perda auditiva é uma parte insignificante do envelhecimento, mas provavelmente não é. Todo mundo conhece alguém com perda auditiva, e como nós pensamos nos custos da saúde, temos que levar em conta seus efeitos. No Brasil os custos muitas vezes ficam por conta do bolso do idoso.

Fonte: Portal do envelhecimento – Saúde-Doença – 26/07/2013

A perda auditiva em adultos com idade mais avançada aumenta o risco de hospitalização e de problemas de saúde, descobriu um novo estudo, mesmo levando em conta outros fatores de risco.

Os pesquisadores analisaram dados de 529 homens e mulheres com mais de 70 anos de idade cuja audição era normal, e os comparou com outros 1.140 cuja audição estava prejudicada - a maioria com perda auditiva leve ou moderada.

Os dados foram coletados em uma grande pesquisa nacional de saúde dos Estados Unidos em 2005 e 2006 e novamente em 2009 e 2010. Os resultados apareceram no periódico *The Journal of the American Medical Association*.

Após o ajuste para variáveis como raça, sexo, escolaridade, hipertensão, diabetes, acidente vascular cerebral, doenças cardiovasculares e outros riscos, os pesquisadores descobriram que as pessoas com problemas de audição foram 32% mais propensas a ser hospitalizadas, 36% mais propensas a relatarem problemas de saúde física e 57% mais propensas a apresentarem problemas de saúde mental ou emocional.

MITOS MAIS COMUNS SOBRE A OSTEOPOROSE

A osteoporose está atrelada a uma série de fatores de risco que ocorrem ao longo da vida. Deficiência nutricional de cálcio, sedentarismo, baixo peso e consumo excessivo de álcool e tabaco estão entre eles.

Fonte: Portal do envelhecimento – Saúde-Doença – 26/07/2013

A palavra “osteoporose” é a designação para “ossos porosos”. A doença envolve a diminuição de cálcio nos ossos, com consequente degradação e redução da estrutura óssea. Quando os ossos estão fragilizados, há maior predisposição às fraturas. Segundo o Ministério da Saúde, a osteoporose atinge 10 milhões de brasileiros. Trata-se de uma condição silenciosa, e o portador raramente percebe que a está desenvolvendo. Para diagnosticá-la, é preciso submeter-se a exames regulares.

A osteoporose está atrelada a uma série de fatores de risco que ocorrem ao longo da vida. Deficiência nutricional de cálcio, sedentarismo, baixo peso e consumo excessivo de álcool e tabaco estão entre eles. De acordo com o Dr. Sérgio Lanzotti, reumatologista consultor da farmácia online Netfarma, diretor

do Iredo (Instituto de Reumatologia e Doenças Osteoarticulares) e organizador da VI Caminhada de Combate à Osteoporose, o histórico familiar e individual de saúde também precisam ser levados em conta. “A absorção do cálcio — que ocorre por meio da síntese da vitamina D — é mais eficiente em algumas pessoas do que em outras. E essa é uma característica hereditária”, explica o médico.

MITOS

APENAS MULHERES DESENVOLVEM A OSTEOPOROSE

Embora a incidência seja maior no sexo feminino, os homens não estão imunes à doença. De acordo com as estatísticas, após os 50 anos, uma em cada três mulheres e um em cada cinco homens sofrerão uma fratura associada à osteoporose. O Dr. Sérgio Lanzotti explica que isso ocorre por dois motivos: “A osteoporose é mais comum nas mulheres por conta dos ossos serem mais leves e finos, e também porque no período da menopausa, o organismo feminino sofre uma deficiência de estrogênio, hormônio que influencia na saúde das células ósseas”, ele diz.

LEITE E DERIVADOS SÃO AS ÚNICAS FONTES DE CÁLCIO

O consumo de laticínios integrais ou desnatados é recomendado na prevenção da doença, por serem importantes fontes de cálcio — elemento essencial para a saúde óssea. Quem não gosta de leite e derivados ou possui intolerância à lactose deve consultar o médico ou nutricionista e priorizar outras fontes de cálcio, como espinafre, couve, sardinha, aveia, nozes, chia, gergelim, entre outros. O médico poderá receitar suplementos para combater o déficit de cálcio no organismo em casos específicos.

QUEM TEM OSTEOPOROSE NÃO DEVE PRATICAR ATIVIDADES FÍSICAS

A prática de atividades físicas é essencial em todas as fases da vida. Exercícios aeróbicos e de força são aliados na prevenção e combate da osteoporose, desde que sejam feitos sem exageros e sob orientação. No caso dos portadores de osteoporose, são recomendados exercícios de baixo impacto e treinos personalizados para prevenir fraturas. “As atividades ajudam a renovar as células dos ossos, tornando-os mais fortes”, afirma o reumatologista.

A PREVENÇÃO DA OSTEOPOROSE COMEÇA APÓS OS 50 ANOS

A prevenção da osteoporose precisa acontecer ao longo da vida, e não apenas no início da maturidade. A estrutura óssea começa a ser fortalecida na infância e seu pico ocorre por volta dos 20 anos de idade. Manter uma alimentação saudável, associada à prática regular de atividades físicas e exposição solar adequada é suficiente para que crianças e jovens fortaleçam as células ósseas. “O consumo excessivo de bebidas alcoólicas e tabaco devem ser evitados sempre”, reforça o especialista.

TRATAMENTO

Não há cura para a osteoporose, mas há tratamentos que amenizam os sintomas. A recomendação médica varia conforme o nível da doença. Há casos que podem ser amenizados por meio de mudanças na rotina e na alimentação, enquanto outros são acompanhados por medicamentos prescritos pelo médico.

FETRANSPOR COBRA R\$ 17,50 POR SEGUNDA VIA DOS CARTÕES RIOCARD, O TRIPLO DO COBRADO PELOS BANCOS EM CARTÕES DE DÉBITO

Fonte: O Globo Economia — 27/07/2013

Não é só o valor das passagens que intriga os usuários de ônibus no Estado do Rio. Se um dos cartões RioCard — o Bilhete Único ou o Carioca — for perdido, roubado ou danificado, o passageiro precisa pagar R\$ 17,50 pelo seu

cancelamento e posterior troca por um novo. O valor é mais do que o triplo do cobrado pelos principais bancos do país na segunda via dos cartões de débito e mais do que o dobro do custo de um cartão de crédito.

Na última quarta-feira, depois de perder o cartão, a advogada Maria Clara Castellain, de 24 anos, levou um susto ao ver o boleto quando fez o pedido da segunda via pelo site da RioCard.

— É impossível que um cartão desse custe isso. A Fetranspor (Federação das Empresas de Transportes de Passageiros do Estado do Rio de Janeiro) não presta contas a ninguém. Isso é mais um motivo para a gente pedir transparência — disse Maria Clara, que não foi informada, ao adquirir o cartão, do valor de uma possível segunda via.

Outro serviço cobrado é a mudança de um cartão RioCard pessoal, no qual o usuário faz a recarga, para o de vale-transporte, em que a empresa onde ele trabalha é que deposita o valor todo mês. Ambos, porém, têm a mesma função, o que leva usuários como a universitária Vanessa Nunes, de 23 anos, a questionarem a cobrança.

— Eu perdi um cartão pessoal e tive que pedir outro para a empresa onde eu trabalho poder depositar o vale-transporte. A pessoa só transfere o CPF de um cartão para outro e tem que pagar por isso? É um absurdo.

Nem os usuários que têm o cartão gratuidade estão isentos da cobrança. Estudantes, idosos e deficientes físicos também precisam tirar do bolso o alto custo por um novo cartão. Isso sem falar nos usuários que têm o cartão danificado, não por falta de cuidado, mas devido ao longo tempo de uso, como foi o caso da advogada Luíza Pereira, de 25 anos.

— Eu tenho bilhete único desde 2010. Ele ficou velho e, um dia eu fui entrar no ônibus e vi que não passava. Rachou porque ficou velho. Eu acho um absurdo porque já não é um serviço bom. Tudo é ruim: para recarregar tem muita fila, a passagem não é barata, a informação que eles prestam é muito ruim.

Segundo a Fetranspor, os cartões são entregues aos usuários por comodato, isto é, o empréstimo de um bem que precisa ser devolvido depois de usado. A Federação afirmou que os R\$ 17,50 cobrem o custo da confecção do cartão - repassado à RioCard, empresa que pertence à Fetranspor -, da administração dos dados e do estorno do crédito não utilizado para o novo cartão.

MELHOR EXPECTATIVA DE VIDA NO BRASIL É EM SANTA CATARINA

Dez municípios com melhor expectativa de vida do país estão no estado. Blumenau, Brusque, Balneário Camboriú e Rio do Sul encabeçam a lista, com 0,894 de IDHM Longevidade, índice considerado como “muito alto”.

Fonte: O Globo — Juraci Perboni — 29/07/2013

FLORIANÓPOLIS - Os dez municípios com melhor expectativa de vida do país estão em Santa Catarina. Blumenau, Brusque, Balneário Camboriú e Rio do Sul encabeçam a lista, com 0,894 de IDHM Longevidade, índice considerado como “muito alto”. Nas quatro cidades, a expectativa de vida é de 78,6 anos. A longevidade é um dos indicadores que compõem o IDH Municipal. O IDHM Longevidade é o que mais contribui para o IDHM Brasil geral. Em 2013, foi de 0,816. Segundo o Pnud, o índice reflete “a queda de fecundidade e mortalidade infantil”.

— Nosso investimento é de R\$ 200 mil mensais para a área social que inclui cesta básica para idosos em risco alimentar e renda cidadã para quem não tem recursos suficientes — disse o secretário de Desenvolvimento Social de Blumenau, Marco Antônio Wanrowsky.

Em Balneário Camboriú, o programa Maturidade Saudável envolve ações sociais e de saúde para idosos em condição de “vulnerabilidade social”, que vivem sozinhos e que buscam especialmente a reaproximação com as famílias.

É MELHOR DO QUE NÃO ENVELHECER

Fonte: O Globo – Ronaldo Pontes – 31/07/2013

Em recente entrevista ao GLOBO, a atriz francesa Jeanne Moreau deixou de lado a figura de mito do cinema e definiu-se como “apenas uma mulher”. E foi além, com a segurança de quem tem 85 anos: “Como qualquer mulher, aliás, como qualquer ser humano, vou morrer um dia.” A clareza com que a atriz, uma das mais bonitas da história da França, lida com a finitude da vida chama a atenção.

Outras estrelas do cinema sempre cobradas por sua aparência física, como Catherine Deneuve, Isabella Rossellini e Juliette Binoche, declaram reiteradamente que o envelhecimento é um processo natural da vida.

Parece-me que a verdadeira questão proposta por estas mulheres é como queremos envelhecer. Esta é uma discussão premente em um mundo que hipervaloriza a juventude e cuja ciência apregoa que os recém-nascidos de hoje passarão com facilidade dos 100 anos de vida.

Da mitologia da Grécia Antiga às celebridades televisivas do século XXI, a Humanidade sempre foi deslumbrada pelo belo. Como preconiza o aristocrático e hedonista Lord Henry Wotton, personagem do genial Oscar Wilde em “O Retrato de Dorian Gray”, a beleza é tão efêmera quanto sedutora, “mais elevada que a inteligência, pois dispensa explicação”.

Basta botar os olhos sobre uma imagem dos anos 60 de Elizabeth Taylor ou Marlon Brando para dar razão a Wotton.

// DOCTRINA

CENÁRIO DA DOENÇA DE ALZHEIMER: MEDICAMENTOS, TERAPIA, PESQUISAS COM CÉLULAS-TRONCO E O ENTENDIMENTO DAS EMOÇÕES

De acordo com a OMS (Organização Mundial de Saúde), a doença de Alzheimer afeta atualmente entre 24 e 37 milhões de pessoas. Esse número está crescendo a cada ano e, segundo estimativas da organização, pode chegar a 115 milhões de pessoas até 2050.

Fonte: Redação do Portal do envelhecimento – Saúde-Doença – 12/07/2013

Sobre a Doença de Alzheimer, Drauzio Varella escreve: “Enquanto na linguagem popular a palavra demência tem a conotação de loucura, em medicina é usada com o significado de declínio adquirido, persistente, em múltiplos domínios das funções cognitivas e não cognitivas”.

“O declínio das funções cognitivas é caracterizado pela dificuldade progressiva em reter memórias recentes, adquirir novos conhecimentos, fazer cálculos numéricos e julgamentos de valor, manter-se alerta, expressar-se na linguagem adequada, manter a motivação e outras capacidades superiores. Perder funções não cognitivas significa apresentar distúrbios de comportamento que vão da apatia ao isolamento e à agressividade”.

De repente, a pessoa esquece pequenos objetos, conversas, pessoas. É o esquecimento de si, do outro e de todas as coisas. Com o tempo, esses esquecimentos se tornam mais frequentes e outras funções são comprometidas. Esses são os primeiros sinais do Alzheimer, uma doença que está se tornando cada vez mais comum.

De qualquer forma, a evolução da doença é assustadora. De acordo com a OMS (Organização Mundial de Saúde), a doença de Alzheimer afeta atualmente entre 24 e 37 milhões de pessoas. Esse número está crescendo a cada ano e, segundo estimativas da organização, pode chegar a 115 milhões de pessoas até 2050. No Brasil não existem dados precisos sobre quantas pessoas têm a doença, mas a OMS estima que seja algo em torno de um milhão.

Contraditoriamente - ou até por isto mesmo - caminhamos a passos largos para a sociedade mais idosa de nossos 500 anos. Segundo dados do IBGE, o número de brasileiros com mais de 60 anos dobrou nas últimas duas décadas.

Na busca por este bem viver que a idade exige, ganha espaço a fórmula que une alimentação saudável, exercícios físicos frequentes e acompanhamento médico. Arrisco completar esta lista com o maior acesso às cirurgias plásticas. O Brasil é próspero em talentos na cirurgia estética. Alguns dos melhores profissionais do mundo são brasileiros e nossa técnica é reproduzida em diversos países.

Pesquisa da Sociedade Brasileira de Cirurgia Plástica, concluída recentemente, mostrou que o Brasil permanece em segundo lugar no *ranking* mundial em número de cirurgias, sejam reparadoras ou estéticas, atrás apenas dos Estados Unidos: 900 mil em um ano. Isso significa um crescimento de 25% desde 2007 e o dobro desde 2000.

Plásticas podem ajudar, mas não são respostas em si mesmas. Há que se manter o intelecto interessado e interessante.

Por ocasião de seus 80 anos, um jornalista perguntou à atriz Fernanda Montenegro como era envelhecer, ao que ela respondeu, sem titubear: “É melhor do que não envelhecer.” *Touché!*

O Alzheimer é uma doença neurodegenerativa, ou seja, que destrói os neurônios progressivamente. Essa degeneração começa no hipocampo, área que processa a memória, e com o tempo se espalha por outras regiões do cérebro.

O geriatra Paulo Canineu, professor da Faculdade de Medicina e da Pós em Gerontologia da PUC São Paulo explica: “Existem dois mecanismos por trás da doença: as placas beta-amiloides (também conhecidas como placas senis), que são formadas pelo depósito da proteína beta-amilóide no espaço existente entre os neurônios, e os emaranhados neurofibrilares, que são formados pela proteína tau, que se deposita no interior dos neurônios”.

Uma das questões mais difíceis da doença é o fato de que o início das alterações se dá de forma lenta e os primeiros sinais geralmente são confundidos com o próprio envelhecimento. Mas, conforme a doença avança, os sintomas se agravam: começam a surgir dificuldades de linguagem e motoras, problemas para reconhecer familiares ou amigos, alterações no sono e no comportamento, desorientação no tempo e no espaço. Nos estágios mais avançados, a pessoa tem dificuldade de executar as tarefas mais básicas, como tomar banho, vestir-se e alimentar-se.

OS PROBLEMAS DA IDADE AVANÇADA

Ainda não se sabe exatamente qual é a causa do Alzheimer, mas se conhecem alguns fatores de risco. E a idade é o maior deles. O mal geralmente afeta pessoas com 65 anos ou mais - atingindo menos de 0,5% das pessoas abaixo de 40 anos. Porém, a partir dos 65 anos, o risco de desenvolvê-lo praticamente duplica a cada cinco anos - ou seja, uma pessoa com 70 anos tem o dobro de chance de desenvolver a doença em relação a uma de 65, e assim em diante.

E o que fazer com o acelerado envelhecimento da população? Se vivermos mais com os avanços da medicina, necessariamente teremos a doença de Alzheimer? Difíceis perguntas para complexas respostas.

O psiquiatra Cássio Bottino, professor do Instituto de Psiquiatria (IPq) do Hospital das Clínicas da Faculdade de Medicina da USP (FMUSP) e diretor científico da Associação Brasileira de Alzheimer (Abraz) adverte: “As doenças cardiovasculares podem aumentar o risco e também acelerar a progressão do Alzheimer”.

Devemos considerar também que o risco também é mais alto em pessoas que

têm história familiar da doença ou de outras demências: “Ainda não sabemos todos os mecanismos genéticos envolvidos, entretanto, quanto mais jovem a pessoa com a doença, maior é a ocorrência dela no seu contexto familiar”, explica o psiquiatra Jerson Laks, coordenador do Centro para Doença de Alzheimer e outros transtornos relacionados ao idoso e professor do Instituto de Psiquiatria da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).

MEDICAMENTOS E TERAPIA

Fernanda Gouveia Paulino, psicóloga e presidente da Associação Brasileira de Alzheimer (Abraz) diz: “Em caso de suspeita da doença, a busca por profissional qualificado que faça o diagnóstico é um determinante no seguimento do quadro e resposta aos tratamentos”.

Quanto à medicação, o psiquiatra Orestes Forlenza, professor pesquisador do Laboratório de Neurociências da Faculdade de Medicina da USP (FMUSP) lembra: “Existem dois tipos de medicamento para tratar o problema, que podem ser usados juntos ou separados: os anticolinesterásicos, que repõem acetilcolina (mediador químico cerebral da memória e aprendizagem) e os antiglutamatérgicos (que diminuem a sobrecarga de cálcio, reduzindo a morte dos neurônios)”.

A ideia é combinar à terapia medicamentosa a tratamentos de reabilitação cognitiva, de atividade física e de orientação nutricional. Com os avanços no tratamento, hoje, alguém com a doença consegue viver de 15 a 18 anos com ela. “Muitos pacientes, se bem estimulados, têm excelente qualidade de vida, divertem-se, relacionam-se de maneira prazerosa e agradável e levam uma vida bem organizada”, afirma Paulino.

A CHAVE DE TUDO: AS CÉLULAS-TRONCO

As células-tronco serão peças-chave para encontrar a cura da doença de Alzheimer. Quanto a isso o neurocientista Lawrence Goldstein, professor da Universidade da Califórnia em *San Diego* e um dos principais pesquisadores da área, não tem dúvidas.

Mas Goldstein não vê futuro em pesquisas que buscam desenvolver terapias de substituição dos neurônios defeituosos. Para ele, as células-tronco são, na verdade, ferramentas que permitirão compreender o que acontece de errado no cérebro e leva ao desenvolvimento da doença.

Com auxílio da tecnologia que permite criar células-tronco pluripotentes induzidas (IPS, na sigla em inglês), o cientista desenvolveu um método que permite transformar células da pele de pacientes com Alzheimer em neurônios. O objetivo, agora, é estudar neurônios de portadores de uma forma hereditária da doença para descobrir quais são os processos bioquímicos alterados que poderiam ser manipulados – por meio de drogas ou métodos genéticos – a fim de reverter o problema.

De passagem por Campinas para participar do *workshop “Advanced Topics in Genomics and Cell Biology”* – organizado em maio pelo Laboratório Central de Tecnologias de Alto Desempenho (LaCTAD) e pelo Centro de Biologia Molecular e Engenharia Genética (CBMEG), com apoio da FAPESP –, Lawrence revelou à Agência FAPESP detalhes sobre os estudos em andamento que estão divulgados no site <http://agencia.fapesp.br/17367>.

A CALMA GERA CALMA

Estudo recente de uma equipe da Universidade da Califórnia, em *San Francisco* (UCSF), assinala que pessoas com doença de Alzheimer e declínio mental tendem a imitar as emoções das pessoas ao seu redor. Esta transferência de emoções, conhecida como contágio emocional, é uma forma rudimentar de empatia, que permite às pessoas compartilhar e experimentar as emoções dos outros, comentou a pesquisadora Virginia Sturm, professora assistente no departamento de neurologia da UCSF.

Segundo ela, na doença de Alzheimer e outras demências algumas pessoas podem sentir muito mais forte as emoções de outras pessoas. Em outras pa-

lavras, como a capacidade cognitiva é prejudicada, há um aumento em outros processos emocionais. Isto significa que se os cuidadores estão ansiosos ou com raiva, os pacientes vão capturar e copiar essas emoções. Além disso, se o cuidador está calmo e alegre, os pacientes imitarão as emoções positivas.

Para a pesquisadora, “esta é uma maneira que as pessoas com Alzheimer encontram para se conectar com outras pessoas”. Portanto, cuidadores calmos e contentes ajudam muito a manter as pessoas com Alzheimer calmas e contentes.

// NOTÍCIAS DO JUDICIÁRIO

SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL

01/07/2013

RÁDIO JUSTIÇA DESTACA VIOLÊNCIA CONTRA O IDOSO

CNJ no Ar aborda seminário sobre violência contra o idoso

A Central do Idoso é um trabalho interdisciplinar destinado à pessoa idosa do Distrito Federal que tenha seus direitos ameaçados ou violados e que necessite de orientação e atendimento na esfera da Justiça. Saiba o que foi debatido no Seminário Violência Contra a Pessoa Idosa em uma entrevista com a coordenadora da Central do Idoso do DF, juíza Gabriela Jardon Guimarães de Faria. CNJ no Ar, nesta terça-feira (02), a partir das 10 horas.

25/07/2013

DEFENDA SEUS DIREITOS DESTACA PREOCUPAÇÃO COM O CRÉDITO AO IDOSO

A Promotoria de Defesa do Idoso no Maranhão, em parceria com a Promotoria de Defesa do Consumidor e o Procon, tem trabalhado para alertar os idosos sobre as complicações dos empréstimos consignados, muitas vezes oferecidos a esse público sem as devidas explicações. Cada vez mais, pessoas mal intencionadas se aproveitam da fragilidade e do pouco conhecimento de idosos para fazer com que eles comprometam a aposentadoria com longas parcelas de empréstimos. Defenda Seus Direitos, nesta sexta-feira (26), a partir das 13h.

SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

21/07/2013

TV

STJ CIDADÃO - IDOSOS NO BRASIL

O STJ Cidadão desta semana fala sobre os idosos no Brasil. Saiba como vivem as pessoas com mais de 60 anos, a saúde, os sonhos e as dificuldades que enfrentam. Você vai conhecer o estatuto do Idoso, que nem sempre é cumprido. E ainda a realidade de quem chegou à terceira idade e hoje mora em abrigos. O programa inédito vai ao ar na TV Justiça toda sexta-feira (13h30). As reprises são aos sábados (14h30), domingos (05h30), segundas-feiras (20h30) e quartas-feiras (11h30). Você também pode assistir pelo canal oficial do STJ no [YouTube](http://www.youtube.com/stjnoticias): www.youtube.com/stjnoticias

TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL (1ª REGIÃO)

24/07/2013

AÇÃO COM IDOSOS POBRES PRECISA DA DEFENSORIA E DO MP

Causa exige a intervenção obrigatória desses órgãos, já que trata da reintegração de posse de terreno invadido por idosos hipossuficientes.

A 4ª Turma Suplementar do Tribunal Regional Federal da 1ª Região determinou o retorno de um processo à instância de origem por falta de participação do Ministério Público e da Defensoria Pública da União. Isso porque a causa exige a intervenção obrigatória desses órgãos, já que trata da reintegração de posse de terreno invadido por idosos hipossuficientes.

De acordo com os autos, a Justiça Federal do Amazonas determinou a reintegração da União no imóvel, com área de 5,3 milhões de metros quadrados, situado na margem direita da estrada Tefé-Missão, no município de Tefé, estado do Amazonas. O imóvel foi por longos anos ocupado clandestinamente por posseiros, que nele fizeram diversas benfeitorias.

A sentença determinou que a reintegração estaria condicionada à prévia indenização das benfeitorias úteis e necessárias construídas pelos réus.

Os posseiros recorreram ao TRF-1, defendendo a nulidade do processo. Isso porque não houve intervenção do Ministério Público Federal e tampouco da Defensoria Pública da União desde o início da ação.

Ao analisar a apelação, o relator, juiz federal convocado Márcio Barbosa Maia, concordou com esses argumentos. Segundo o juiz, é possível extrair dos autos que os réus são 20 posseiros descritos como hipossuficientes, sem representação processual. Desses, seis são idosos, já que tinham mais de 60 anos na data do ajuizamento da ação.

“Todavia, em nenhum momento processual anterior à publicação da sentença houve intimação do Ministério Público ou da Defensoria Pública da União para intervenção no feito (...), nos termos dos artigos 82, III, do CPC e dos artigos 4º, VI, 10, § 2º, e 77 das Leis nos 8.842/1994 e 10.741/2003 (Estatuto do Idoso)”, explicou o juiz.

De acordo com o artigo 82 do Código de Processo Civil, compete ao MPF intervir “nas ações que envolvam litígios coletivos pela posse da terra rural e nas demais causas em que há interesse público evidenciado pela natureza da lide ou qualidade da parte”.

“Com efeito, a defesa de bens e interesses do idoso é função institucional do Ministério Público”, confirmou o relator do apelo no TRF-1. “A questão, portanto, indiscutivelmente se refere a litígio sobre a posse de boa-fé exercida sobre terreno rural envolvendo interesses de idosos carentes que sequer contaram com o amparo da Defensoria Pública da União como curadora especial”, disse Márcio Barbosa Maia.

O juiz, portanto, deu provimento ao recurso dos autores para anular a sentença e determinar o retorno dos autos à instância de origem para as devidas providências.

Seu voto foi acompanhado pelos demais membros da 4ª Turma Suplementar.

Processo nº 0013191-19.2001.4.01.3200

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL E DOS TERRITÓRIOS

11/07/2013

Idoso será indenizado por queda em espaço cultural
O idoso receberá indenização no valor de R\$ 8.000,00, a título de danos morais, devido a uma queda que causou uma fratura de fêmur.

O juiz da 21ª Vara Cível de Brasília julgou procedente o pedido de um idoso para condenar a Fundação Oscar Niemeyer a pagar ao autor a importância de R\$ 8.000,00 (oito mil reais), a título de compensação pelos danos morais, devido a uma queda que causou uma fratura de fêmur, dentro do Espaço Oscar Niemeyer.

Alegou a parte autora que em 16/05/2011 visitou o Espaço Oscar Niemeyer na Praça dos Três Poderes, em Brasília, e que, na ocasião, sofreu um acidente nas dependências da Fundação. Aduz que havia um buraco no interior do referido local e que não havia qualquer sinalização ou aviso de perigo. Narrou que sofreu uma queda no espaço, vindo a fraturar o fêmur da perna esquerda. Informou que a ré não lhe prestou qualquer assistência e que, em decorrência da grave lesão sofrida, experimentou, também, agravos de ordem moral.

A Fundação Oscar Niemeyer sustentou que a responsabilidade objetiva não se aplica ao caso, de modo que o autor deve demonstrar a ocorrência culposa do dano. Alegou, ainda, que o autor deu causa ao evento, uma vez que entrou no espaço da exposição, a despeito do alerta de proibição feito pelo vigilante. O lugar estava em manutenção à época dos fatos. Por fim, entendeu que os documentos colecionados pelo autor são imprestáveis para comprovação do que alega. Reque-reu a improcedência dos pedidos.

Foi realizada uma audiência de Instrução e Julgamento quando foram colhidos depoimentos do autor, da preposta da ré, e de testemunha arrolada pelo autor.

O juiz decidiu que *“os depoimentos só revelam que a ré não se ocupou de fornecer a segurança que o consumidor dele pode esperar, especialmente quanto à sinalização do local e iluminação. Tudo a indicar que, de fato, a ré não prestou qualquer assistência material ao requerente no intuito de, no mínimo, amenizar os efeitos decorrentes do evento danoso ocorrido. As próprias fotografias juntadas aos autos dão conta de um local com pouca iluminação e não comprometido com questões mínimas de segurança, presumidamente necessárias em locais de grande movimentação pública, como no caso de museus, auditórios com escadarias, exposições etc. Conforme se depreende dos autos, trata-se de pessoa idosa, que foi submetida a um desgastante tratamento cirúrgico, de recuperação lenta, como se presume em decorrência da lesão relatada - fratura de fêmur. Além disso, o requerente trouxe, ainda, os relatórios médicos que indicam a existência de sequelas decorrentes do malfadado acidente. Desse modo, tenho como valor adequado à compensação da situação de dano descrita nos autos R\$ 8.000,00 (oito mil reais)”*.

Processo: 2012.01.1.041453-9

// NOTÍCIA DO LEGISLATIVO

SENADO APROVA REGULAMENTAÇÃO DA LEI PARA EMPREGADOS DOMÉSTICOS

Fonte: O Globo – 11/07/2013

Mais de três meses após o Congresso alterar a Constituição para garantir aos empregados domésticos os mesmos direitos dos demais trabalhadores, o Senado aprovou, nesta quinta-feira, um projeto de lei que regulamenta a jornada de trabalho e a concessão de benefícios trabalhistas. O texto segue para apreciação da Câmara.

Pelo projeto, o empregador vai pagar um adicional de 20% do salário em tributos para a contratação de um trabalhador doméstico, como empregada, babá ou caseiro. Deste total, 8% é a alíquota da contribuição patronal previdenciária, 8% é de recolhimento ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e 0,8% destina-se ao seguro contra acidentes de trabalho.

Os 3,2% restantes serão depositados mensalmente pelo patrão no FGTS para que seja paga a multa em caso de demissão sem justa causa. Em caso de rescisão

por justa causa ou a pedido do empregado, além de aposentadoria e morte do empregado, o patrão poderá sacar esse valor. Caso haja acordo, cada uma das partes ficará com metade do saldo.

O relator da proposta, senador Romero Jucá (PMDB-RR), manteve a contribuição do patrão ao INSS em 8% mesmo com a oposição do governo, que defendia a mesma alíquota vigente para os demais trabalhadores, de 12%. Para Jucá, isso é necessário para desonerar as famílias. Já o governo argumenta que essa medida vai impactar as contas da Previdência. A contribuição previdenciária do empregado vai variar de 8% a 11%, de acordo com a faixa salarial.

O projeto prevê três tipos de jornada: oito horas diárias, somando 44 horas semanais; regime parcial de 25 horas semanais; e de 12 horas seguidas por 36 horas ininterruptas de descanso (**para cuidadores de idosos ou de portadores de deficiência**).

O texto garante o pagamento de hora extra 50% mais cara que a hora normal. Também abre possibilidade para que seja estipulado banco de horas, mas garante que as primeiras 40 horas computadas serão pagas como hora extra. Além disso, o projeto estipula que a remuneração do trabalho noturno deve ter acréscimo de, no mínimo, 20% sobre o valor da hora normal.

Outros benefícios, como licença maternidade de 120 dias, 13º salário, férias e seguro desemprego também estão garantidos.

Outra iniciativa do senador Romero Jucá foi a criação do Programa de Recuperação Previdenciária dos Empregados Domésticos (Redom), para que os patrões parecem os débitos relativos aos empregados que ainda não recebem os benefícios. O Redom permite o parcelamento da dívida em até 120 vezes, com prestação mínima de R\$ 100. O texto prevê a extinção das multas aplicáveis e dos encargos legais, além da redução em 60% dos juros de mora.

// LEGISLAÇÃO

LEI Nº 6.486, DE 09 DE JULHO DE 2013.

DISPÕE SOBRE A ATENÇÃO ESPECIAL DO ESTADO AO IDOSO COM 60 (SESSENTA) ANOS OU MAIS, EM SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE OU RISCO SOCIAL, OBJETIVANDO PROPORCIONAR-LHE ACOLHIMENTO, ABRIGO DIURNO, CUIDADOS, PROTEÇÃO E CONVIVÊNCIA ADEQUADOS A SUAS NECESSIDADES, MEDIANTE A CELEBRAÇÃO DE CONVÊNIOS COM MUNICÍPIOS FLUMINENSES.

O GOVERNADOR DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Faço saber que a Assembléia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica autorizado o Poder Executivo do Estado a conceder atenção especial ao idoso na forma desta Lei, objetivando proporcionar-lhe acolhimento, abrigo diurno, cuidados, proteção e convivência adequados às suas necessidades.

Parágrafo único - A atenção especial de que trata o caput compreenderá os seguintes requisitos:

I – atendimento às pessoas idosas com 60 (sessenta) anos ou mais, em situação de vulnerabilidade ou risco social, semidependentes, para a realização de atividades da vida diária, cujas famílias não tenham condições de prover esses cuidados durante o dia ou parte dele, devido à necessidade de trabalhar ou estudar;

II – prevenção do isolamento e institucionalização da pessoa idosa, promovendo o fortalecimento dos vínculos familiares;

III - fortalecimento da rede de proteção e defesa dos direitos das pessoas idosas, inserindo o "Centro Dia" como um componente da atenção integral à população idosa.

Art. 2º - O disposto nesta Lei dar-se-á mediante:

I – a instalação de locais apropriados para a convivência diurna de idosos que correspondam às hipóteses do inciso I do parágrafo único do Art. 1º, onde poderão receber abrigo, alimentação, cuidados específicos e realizar atividades diversas.

II – a celebração de convênios entre o Estado e os Municípios previamente cadastrados, tendo por objeto a transferência de recursos financeiros destinados à realização de obras em imóveis próprios, bem como a aquisição de equipamentos e materiais de natureza permanente, visando à implantação dos "Centros-Dia" de que trata esta Lei.

Art. 3º - As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão à conta de dotações orçamentárias próprias.

Art. 4º - O Poder Executivo regulamentará esta Lei no prazo de 90 (noventa) dias.

Art. 5º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro, em 09 de julho de 2013.

SÉRGIO CABRAL
Governador

Acesso à Lei Estadual nº 6.486/13 - <http://www.alerj.rj.gov.br/processo2.htm>

INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL

RESOLUÇÃO Nº 321, DE 11 DE JULHO DE 2013

(Publicada no D.O.U. de 12/07/2013 – fls. 165/166)

Regulamenta procedimentos relativos aos bloqueios de margem para contratação de empréstimo consignado.

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL:

Lei nº 10.820, de 17 de dezembro de 2003;

Decreto nº 7.556, de 24 de agosto de 2011;

Instrução Normativa nº 28/INSS/PRES, de 16 de maio de 2008; e

Ação Civil Pública MPF/PA nº 2008.39.00.003206-2.

O PRESIDENTE SUBSTITUTO DO INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS, no uso da competência que lhe confere o Decreto nº 7.556, de 24 de agosto de 2011, considerando a necessidade de:

a. aprimorar o cumprimento da decisão de liminar ocorrida no âmbito da Ação Civil Pública - ACP nº 2008.39.00.003206-2, promovida pelo Ministério Público Federal do Pará - MPF/PA, o qual estava disciplinado pelo Memorando-Circular nº 21 DIRBEN/CGBENEF, de 4 de agosto de 2008;

b. suspender a realização de descontos das parcelas de empréstimo consignado, durante o período de apuração da denúncia formulada pelo beneficiário;

c. evitar o endividamento do beneficiário, por práticas de denúncias indevidas, envolvendo as operações de empréstimos consignados; e

d. bloquear a contratação de novos empréstimos, quando for efetuada a Transferência do Benefício em Manutenção - TBM, para aumentar a segurança na realização de operações de empréstimos consignados, resolve:

Art. 1º - Fica determinado que as Agências da Previdência Social - APS, devem atender as exigências dos arts. 45 e 46 da Instrução Normativa nº 28/INSS/PRES, de 16 de maio de 2008, observando o preenchimento do Anexo desta Resolução, conforme a ACP nº 2008.39.00.003206-2, promovida pelo MPF/PA.

Art. 2º - Realizada a reclamação pertinente aos créditos consignados, serão suspensos os descontos relativos ao contrato, permanecendo bloqueada a margem consignada.

Art. 3º - Constatada irregularidade nos contratos que tratam de empréstimo con-

signado, a instituição financeira providenciará a exclusão dos contratos e a devolução dos valores consignados indevidamente, conforme art. 48 da Instrução Normativa nº 28/INSS/PRES, de 2008, liberando-se a respectiva margem consignada.

Parágrafo único - Em caso de inexistência de irregularidade, os descontos serão restabelecidos, mantendo-se o registro do contrato na forma original.

Art. 4º - A margem consignável será automaticamente bloqueada, por sessenta dias, quando houver TBM por meio das APS ou instituições financeiras pagadoras de benefícios.

§ 1º - Decorridos os sessenta dias, não havendo nova manifestação do beneficiário perante a APS, haverá o desbloqueio automático desta margem.

§ 2º - Para as Transferências de Benefícios em Bloco - TBB e TBM realizadas pelas Agências da Previdência Social de Atendimento de Demandas Judiciais - APSADJ, o bloqueio mencionado no caput não será efetuado.

Art. 5º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

BENEDITO ADALBERTO BRUNCA

Para consultar a Resolução nº 321, de 11 de julho de 2013, do Instituto Nacional do Seguro Social, incluindo o seu anexo, basta acessar a página do Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Justiça de Proteção ao Idoso e à Pessoa com Deficiência disponível na *Intranet* (Centros de Apoio / Idoso e Pessoa com Deficiência / Legislação / Idoso).

RESOLUÇÃO CONJUNTA SMAC/FPJ/SESQV/Nº 01 DE 19 DE JULHO DE 2013

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE, o PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO PARQUES E JARDINS, e a SECRETÁRIA ESPECIAL DE ENVELHECIMENTO SAUDÁVEL E QUALIDADE DE VIDA, no uso das atribuições lhe são conferidas pela legislação em vigor, e CONSIDERANDO que o artigo, 2º, III, da Lei nº 5.244, de 17 de janeiro de 2011, dispõe que a realização de atividades físicas destinadas aos idosos, deve ser assistida por profissionais capacitados para esta finalidade; CONSIDERANDO o interesse comum e a necessidade de suprir a administração e conservação das Academias da Terceira Idade – ATIs;

RESOLVEM:

Art. 1º - As Academias da Terceira Idade adquiridas pela Fundação Parques e Jardins – FPJ, ficam transferidas para a Secretaria Especial de Envelhecimento Saudável e Qualidade de Vida – SESQV, cabendo a ela a responsabilidade por toda a administração, conservação e manutenção destes aparelhos.

Parágrafo único - A SESQV, no exercício da administração das Academias da Terceira Idade, poderá realizar a substituição, modificação e alteração dos aparelhos e equipamentos, no todo ou em parte, para melhor execução da assistência dos profissionais à população.

Art. 2º - Ficam transferidas a SESQV as Academias da Terceira Idade que venham a ser instaladas pela FPJ, observado o disposto no artigo 2º do Decreto nº 30.946, de 10 de agosto de 2009.

Art. 3º - Esta Resolução Conjunta entra em vigor na data de sua publicação.

Rio de Janeiro, 19 de julho de 2013

CARLOS ALBERTO MUNIZ
Secretário Municipal de Meio Ambiente

MAURO ALONSO DUARTE
Presidente da Fundação Parques e Jardins

CRISTIANE BRASIL

Secretária Especial de Envelhecimento Saudável e Qualidade de Vida

O referido ato normativo está disponível junto à página do Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Justiça de Proteção ao Idoso e à Pessoa com Deficiência disponível na *Intranet* (Centros de Apoio / Idoso e Pessoa com Deficiência / Legislação / Idoso).

PESSOA COM DEFICIÊNCIA

“As crianças com deficiência não aceitam limites desnecessários. Nós também não deveríamos aceitar”.

Anthony Lake, Diretor Executivo do UNICEF

// NOTÍCIAS DA IMPRENSA

UE LANÇA PORTAL PARA PROMOVER TECNOLOGIA A PESSOAS COM DEFICIÊNCIA E IDOSOS

A União Europeia publicou nesta semana um *site* para ajudar pessoas com deficiência e idosos a encontrarem tecnologias assistivas.

Fonte: IT WEB – 25/06/2013

O portal, ATIS4All, abreviação de Tecnologia Assistiva e Soluções Inclusivas para todos (em inglês), coleta dados de computadores e produtos de comunicação desde *softwares*, teclados e *mouses*, para inclusão de texto simultânea e reconhecimento por voz.

O serviço visa simplificar a tecnologia assistiva ou dispositivos e serviços de acessibilidade segundo as necessidades de uso, preferências, idiomas ou categorias individuais dos usuários. A ideia é facilitar aos europeus o acesso a uma solução por meio da disseminação da informação, ou em alguns casos promover o desenvolvimento de algo que sequer existe ainda. Essa questão levou a uma fragmentação do mercado no campo da tecnologia assistiva, a qual os fundadores do portal pretendem alcançar.

O portal oferece diversos recursos, inclusive *links* para notícias lidas com tecnologia assistiva, detalhes para profissionais sobre melhores práticas e legislação europeia na área, e uma ferramenta de busca para localização de produtos e informações independentes dos “últimos *softwares* e *hardwares* assistivos disponíveis na Europa”.

O objetivo também é oferecer participação *on-line* no estilo da *web 2.0* para encorajar a troca de conhecimento e experiência, incluindo compartilhamento sobre *stakeholders* e usuários finais na área, somando a um repositório de *softwares open source* e tendências no setor.

Segundo a revista *Ability Magazine*, que rastreia desenvolvimento de TI para pessoas com deficiência na Europa, o projeto custou 600 mil euros e dá suporte a pesquisas de produtos no Reino Unido, França, Alemanha, Dinamarca, Itália, Holanda e Bélgica.

O projeto do portal é liderado pelo *Technosite*, companhia espanhola de consultoria em tecnologia do grupo *Once*, tudo como organização nacional da Espanha para cegos. Há participação também de uma grande variedade de instituições europeias preocupadas com ajuda a pessoas com deficiência e idosos no uso da tecnologia para inclusão social e melhoria da qualidade de vida.

Ao todo, 43 organizações diferentes em 16 países europeus contribuíram para colocar no ar o *síte* e mantê-lo ativo. Algumas delas são a entidade de caridade *AbilityNet*, a filial britânica da *BlackBerry* e o *European Disability Forum*, da Bélgica.

ANATEL IMPÕE MEDIDA À INDÚSTRIA CELULAR

Anatel determinou que os aparelhos devem prever funcionalidades direcionadas a deficientes visuais.

Fonte: Convergência Digital – Luís Osvaldo Grossmann – 27/06/2013

Em dia de pauta recheada e decisões controversas, a Anatel aprovou uma proposta de norma que, embora bem intencionada, deverá causar impacto no mercado de aparelhos celulares, nacionais ou importados.

Pressionada por uma decisão da Justiça Federal de São Paulo, a agência determinou que os fabricantes de aparelhos a serem homologados pelo regulador devem prever funcionalidades direcionadas a deficientes visuais.

A pedido do Ministério Público Federal, a 17ª Vara Cível de São Paulo determinou – ainda em maio do ano passado – que a Anatel “elabore um projeto que garanta a acessibilidade de pessoas portadoras de deficiência visual aos aparelhos de telefones celulares”.

“De acordo com o MPF, devem ser oferecidos no mercado aparelhos que utilizem sons para informar as operações e funções que estão disponíveis no visor”, indica a ação civil pública.

A Anatel sustentou no processo que já existem aparelhos capazes de serem acessados apenas pela fala. Mas “a Associação Brasileira de Assistência ao Deficiente Visual afirmou que o programa de ‘leitor de mensagens’ não possui recursos que indiquem de forma sonora todas as operações disponíveis”.

Pela norma, os aparelhos devem prever *softwares* ou *hardwares* que permitam o acesso aos deficientes visuais. Mas ressalva que se em determinado produto não houver essa funcionalidade disponível, o fabricante deve indicar outro de sua linha que a possua.

“Mas como faremos no caso de telefones importados, como *iPhones*? O texto não prevê o que acontece nesses casos”, acusou o conselheiro Jarbas Valente. A dúvida foi mantida e a proposta segue para consulta pública, por 30 dias.

CAMPANHA DO IBDD DESTACA INCLUSÃO DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA

A campanha do Instituto Brasileiro dos Direitos da Pessoa com Deficiência (IBDD) está sendo veiculada nas principais emissoras brasileiras de TV.

Fonte: Segs – 30/06/2013

Está sendo veiculado, nas principais emissoras brasileiras de TV, um projeto de conscientização muito especial criado para o IBDD: o filme “Candidato”, idealizado pela Giacometti Comunicação/Rio de Janeiro, e dirigido por Quico Meirelles, da O2 Filmes. O anúncio, desenvolvido especialmente para o Instituto, procura de forma criativa e bem-humorada contribuir para a inclusão das pessoas com deficiência no mercado de trabalho.

“A intenção do filme foi estimular a reflexão da população e, em particular, dos empresários sobre um problema que parece não ter fim, o estigma que acompanha a pessoa com deficiência na hora de procurar um emprego, que se traduz no pensamento arcaico e preconceituoso de que ela não conseguirá atingir o mesmo patamar de qualidade dos outros profissionais da empresa”, analisa João Santos, diretor de criação da Giacometti.

“Candidato” mostra uma entrevista de seleção e a conversa entre os diretores de uma corporação (os três com deficiência), que levantam motivos despropositados

para não contratar o candidato à vaga, apesar de ser um bom profissional. O letrado completa: “As razões para não contratar um deficiente são absurdas assim”. E, ao final, destaca: “Saiba como contratar”, texto acompanhado pelo logotipo do IBDD. Os três principais atores do anúncio são pessoas com deficiência.

“Apesar de o problema ser extremamente grave, ao invés de criar uma situação dramática, convencional, onde o deficiente aparecesse em posição de vítima, preferimos apostar na ironia bem-humorada, no *nonsense* que surpreende e faz pensar. Assim, criamos esta situação de um mundo alternativo, em que pessoas com deficiência são os detentores do poder e, com alguns argumentos ridículos, desqualificam um candidato ‘convencional’ para uma vaga que ele certamente poderia exercer”, explica o publicitário.

“O filme tem a força dos argumentos que não deixam dúvidas. Ele denuncia o preconceito empresarial contra a pessoa com deficiência, e pode levar a uma mudança na atitude das empresas”, avalia Celso Japiassu, diretor de Comunicação do IBDD. “O espectador que está em casa tem assim a possibilidade de se colocar no lugar do ‘rejeitado’ e refletir um pouco, de maneira divertida e sem apelação, sobre o dilema da pessoa com deficiência”, completa João Santos.

A produção foi realizada *pro bono* contribuindo com a iniciativa do IBDD. Até o momento, foi firmada a parceria para veiculação na mídia com a TV Brasil, Esporte Interativo, TV Cultura, Rede TV!, TV Bandeirantes e FOX.

MP PARTICIPA DA 86ª REUNIÃO DO CONSELHO NACIONAL DOS DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA

De acordo com o promotor de justiça Waldir Macieira serão realizados encontros regionais com os Conselhos Estaduais e Municipais para o fortalecimento dos conselhos, bem como, o controle social das políticas públicas voltadas ao segmento das pessoas com deficiência.

Fonte: Ministério Público do Estado do Pará – Eliana Souza – 01/07/2013

O promotor de justiça Waldir Macieira da Costa Filho representou a Associação Nacional dos Membros do Ministério Público de Defesa dos Direitos dos Idosos e Pessoas com Deficiência (Ampid), no período de 25 a 28 de junho, na 86ª Reunião do Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência (Conade) junto à Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, onde foram traçadas algumas deliberações.

De acordo com o promotor de justiça Waldir Macieira serão realizados encontros regionais com os Conselhos Estaduais e Municipais para o fortalecimento dos conselhos, bem como, o controle social das políticas públicas voltadas ao segmento das pessoas com deficiência. Para esse fim já está agendada a primeira reunião com os conselhos da região Sul, no final do mês de julho, ainda este ano.

Para a Rede de Cuidados da Saúde da Pessoa com Deficiência foram exigidos mais investimentos na saúde preventiva e terapêutica das PcDs, incluindo a saúde bucal e programa de órtese e próteses. Outra questão abordada na reunião foi sobre o Projeto de Lei do Estatuto da Pessoa com Deficiência, que está sob avaliação do substitutivo da Secretaria de Direitos Humanos e monitoramento do projeto de lei no Congresso junto à relatoria.

A Comissão Gestora do Plano Viver sem Limite, ficou responsável de fazer o monitoramento para maior transparência e efetividade das verbas e dos programas e projetos financiados em prol das PcDs, nos municípios e estados, bem como fazer a identificação dos gestores regionais do Plano.

Também foram abordadas as ações de acessibilidade durante a Jornada Mundial da Juventude. Será realizada reunião com representantes do COL - Copa das Confederações e Copa do Mundo, cobrando acessibilidade e atendimento preferencial às pessoas com deficiência e mobilidade reduzida em estádios e entornos.

O conselho enfatizou também providências junto à ANAC, inclusive com audiência junto à presidência da agência, por nova resolução e providências para garantir maior autonomia e dignidade às pessoas com deficiência no embarque e desem-

barque em aeroportos e empresas aéreas no Brasil e ainda, revisão do processo de apuração de discriminação de empresa aérea pelo constrangimento de deficientes visuais em aeroporto de Ribeirão Preto, ocorrida em maio deste ano.

Moção contra Ato Médico, Confirmação do arquivamento do PLS nº 112/2006 no Congresso que diminuiu e restringiu o direito das pessoas com deficiência nas cotas das empresas privadas e o acompanhamento da regulamentação da aposentadoria especial a pessoa com deficiência, também foram assuntos discutidos na reunião. A regulamentação da aposentadoria especial da pessoa com deficiência será acompanhada por uma comissão do Coned, em virtude da necessidade de regulamentação da mesma junto ao Ministério da Previdência Social no prazo de seis meses.

OBJETOS PEDAGÓGICOS INOVADORES FAVORECEM A APRENDIZAGEM DE ALUNOS COM AUTISMO

Com dificuldades de interagir socialmente e de se comunicar, e um padrão restrito e repetitivo de comportamento, as crianças com autismo muitas vezes se fecham em um mundo particular.

Fonte: FAPERJ – Débora Motta – 01/07/2013

Para utilizar a tecnologia em benefício da aprendizagem dos estudantes com esse perfil, um projeto coordenado pelo engenheiro eletrônico e doutor em engenharia de produção, Saul Eliahú Mizrahi, do Instituto Nacional de Tecnologia (INT), resultou em produtos inovadores que vêm sendo utilizados como recursos pedagógicos para o suporte e a inclusão de alunos com deficiência, entre elas o autismo, em escolas públicas municipais.

São objetos didáticos, como o Relógio de Parede e o Quadro de Atividades Diárias, que ajudam os alunos autistas a delimitar sua rotina, estimulando sua noção de percepção do tempo; o Jogo de Atenção Conjunta, para auxiliar os autistas a compartilhar o foco de atenção com outra pessoa enquanto ambos se concentram num mesmo objeto ou realizam uma mesma atividade; e o Jogo da Memória, para estimular a concentração e o aprendizado. Há ainda um boneco em tamanho natural e com expressões faciais, que ajuda na identificação das emoções humanas – dificuldade comum entre os autistas; e uma prancheta, tipo cavalete, para desenho e reprodução de imagens, que facilitam a comunicação visual. Os produtos foram desenvolvidos por pesquisadores da área de Divisão de Engenharia de Avaliações e de Produção (Deap), com *design* projetado pela área de Desenho Industrial do INT, e são fabricados pela empresa Mamulengo Brinquedos Educativos e Pedagógicos. O projeto foi contemplado pelo edital Apoio à produção de material didático para atividades de ensino e/ou pesquisa, da FAPERJ.

A concepção dos objetos pedagógicos do INT – instituição com expertise em desenho industrial e produção de *softwares* – ocorreu a partir das demandas relatadas pelos professores da Escola Municipal Especial Professora Mariza Azevedo Catarino, em São João de Meriti, na Baixada Fluminense, referência na educação de alunos com espectro autista, e nas discussões com especialistas da Fundação Municipal de Educação de Niterói (FME), da Universidade Federal Fluminense (UFF) e da Universidade Estácio de Sá (Unesa), parceiros no projeto.

De acordo com o coordenador, as pesquisas com esses parceiros foram o primeiro passo para conhecer as necessidades de produção de objetos pedagógicos profissionais para serem utilizados por pessoas com autismo em sala de aula. “Como não havia uma linha profissional de produtos para pessoas com autismo, muitos educadores improvisavam objetos pedagógicos de forma artesanal, com materiais pouco duráveis, como papel”, disse Saul. A partir dessas demandas, o INT gerou pedidos de depósito de patentes e inovação, com produtos tecnológicos produzidos pela empresa Mamulengo. “O objetivo é que os produtos sejam fabricados e comercializados a preços acessíveis, para ser adquiridos por profissionais de educação e saúde, tornando-se uma ferramenta profissional para o aprendizado de alunos com autismo”, destacou.

A pesquisadora Janete Rocha Cícero, da linha de pesquisa Tecnologia Assistiva para Educação Inclusiva, do INT, explica que a participação dos educadores parceiros é fundamental também na etapa atual do projeto, voltada para a avaliação e

aprimoramento dos objetos pedagógicos já fabricados. “Eles estão sendo testados nas escolas públicas municipais de Niterói e São João de Meriti. Os resultados de sua utilização em sala de aula e também na residência dos alunos com autismo estão sendo relatados, ao longo de 2013, por profissionais das áreas de educação e familiares”, disse Janete.

Segundo Janete, o projeto tem o mérito de colocar a tecnologia desenvolvida no âmbito acadêmico a serviço dos professores da rede municipal, para promover a inclusão. “A área de pesquisa em Tecnologia Assistiva para Educação Inclusiva do INT, que já existe há dez anos, tem um vasto potencial de pesquisa e desenvolvimento, com resultados de inovação em curto prazo, obtidos com poucos recursos, mas que fazem a diferença para a sociedade”, afirmou Janete.

O apoio da Fundação ao projeto, e a outros desdobramentos dessa linha de pesquisa no INT, já ocorre desde 2006. “A FAPERJ esteve presente ao longo de diversas etapas da pesquisa em Tecnologia Assistiva para Educação Inclusiva do INT, que já foi contemplada três vezes pela Fundação”, disse. Para ele, o fomento vem gerando resultados concretos e pode ser o diferencial para o aprendizado de pessoas com autismo. “Quanto mais cedo a criança receber estímulos pedagógicos em sala de aula, maior a possibilidade de que os traços autísticos se reduzam”, concluiu.

O projeto conta com o apoio de uma equipe multidisciplinar, que envolve professores, psicopedagogos, fonoaudiólogos, engenheiros, *designers* e psicoterapeutas. No INT, além de Saul e Janete, participam os *designers* Luís Motta, Gil Brito e Pedro Braga; os bolsistas Augusto Nunes, Evellyn Pinto, Wellington Albuquerque e Matheus Barbosa; e a doutora em engenharia de produção Dayse Arruda. Na UFF, a equipe conta com a participação da doutora em educação Valdelúcia Costa e da doutora em psicologia Dayse Serra; e na Universidade Estácio de Sá, de Nelma Pintor, que é coordenadora de educação especial da Fundação Municipal de Educação de Niterói; além das professoras da rede municipal de Niterói Rosana Prado e Ana Cristina Prado.

Outras frentes de trabalho para a inclusão

O projeto inclui o uso de uma tecnologia desenvolvida na instituição que pode ser utilizada por alunos com outras deficiências, como visual e auditiva. Trata-se do *software Sigesc Web*, uma ferramenta de gestão de ensino na rede pública, que confere agilidade na observação e proposição de alternativas educacionais para esses estudantes. “O software permite o armazenamento de dados e o mapeamento da evolução dos alunos com deficiência incluídos nas escolas. Os alunos com autismo estão sendo avaliados por ele, mas a ferramenta também pode ser aplicada, nas escolas, a alunos com outras deficiências”, disse Saul.

Da mesma forma, outro *software* desenvolvido no INT que pode atender a alunos com diversas deficiências é o *Sigesc Ava* – Ambiente Virtual de Aprendizagem Cooperativa. “Essa ferramenta permite a inclusão e reprodução, em diferentes mídias, dos tópicos informacionais ou institucionais a serem exibidos conforme a necessidade identificada. A funcionalidade contempla a reprodução das informações em Libras, a linguagem brasileira de sinais, através de vídeo, e de texto e som”, destacou Saul.

Como desdobramento do projeto contemplado pela FAPERJ, o INT promoveu na quarta-feira, 26 de junho, o “I Seminário de Educação Inclusiva de Niterói: tecnologias educacionais e inclusão social”. O debate foi realizado em Niterói, no Auditório Florestan Fernandes e na Sala Paulo Freire, da Faculdade de Educação da UFF. O seminário teve como objetivo propiciar o intercâmbio científico para o favorecimento da educação inclusiva, com ênfase nas políticas públicas de educação especial na perspectiva da inclusão, práticas pedagógicas inclusivas, material didático e tecnologia assistiva para alunos com deficiência, contribuindo com a consolidação do processo de educação inclusiva em escolas municipais do estado do Rio de Janeiro. O evento, que também teve apoio do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), teve 400 inscritos e contou com a presença de profissionais e estudantes de educação e saúde de diversos municípios. A mesa de abertura teve a participação do secretário de Educação, Ciência e Tecnologia de Niterói, Waldeck Carneiro, do secretário de Acessibilidade e Cidadania de Niterói, João Batista Carvalho e Silva, da coordenadora de Desenvolvimento Humano e Social do INT, Andrea Lessa, da professora Valdelúcia Alves da Costa, da UFF, da

professora Nelma Alves Marques Pintor, da Fundação Municipal de Educação de Niterói/UFF/Unesa, e do pesquisador Saul Eliahú Mizrahi.

O INT é uma das 25 instituições selecionadas para compor a Rede de Tecnologia Assistiva, coordenado pelo Centro Nacional de Referência em Tecnologia Assistiva (CNRTA) do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI). Essas unidades serão responsáveis pela elaboração de projetos de pesquisa, desenvolvimento ou inovação voltados à melhoria da qualidade de vida de pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida. Dezoito estados e o Distrito Federal tiveram núcleos habilitados pela ação, que integra o Plano Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência – Viver sem Limite, lançado pela presidenta Dilma Rousseff em fevereiro de 2011. Mais informações sobre o projeto e sobre a linha de pesquisa Tecnologia Assistiva para Educação Inclusiva estão disponíveis no *blog*: <http://escolainclusiva.int.gov.br>

COMO UMA CACHORRA RESGATADA EM ESTADO TERMINAL MUDOU A VIDA DE UM GAROTO AUTISTA

A história é comovente e parece tirada de filme: Jonny Hickey era um menino de 8 anos, isolado e solitário, devido ao autismo de que sofre.

Fonte: *Hypeness* – 01/07/2013



Xena bastante debilitada.



Xena comemorando aniversário com Jonny.



Jonny fazendo carinho em Xena.

Há alguns meses, uma pequena cadela foi encontrada em estado incrivelmente frágil na beira da estrada e foi acolhida por uma instituição de proteção de animais. Jonny e Xena, a cadela, acabariam por mudar a vida um do outro.

A luta e a recuperação extraordinária da cadela, uma mistura de *Staffordshire Terrier* e *Pit Bull*, lhe valeram o nome de Xena, a filhote guerreira, por ela ter sobrevivido depois de a morte a ter ameaçado. A sua fama chegou ao *Facebook*, onde tem milhares de seguidores, e a instituição decidiu fazer um encontro onde ela pudesse conviver com os admiradores e ser adotada. A honra coube à família de Jonny.

Hoje, passados apenas alguns meses, a mãe do menino não tem dúvidas de que o filho nunca foi tão feliz. Ele começou conversando, cantando e demonstrando, pela primeira vez, interesse no mundo que o rodeia. A família gastou milhares de dólares em terapia para Jonny, que afinal podia ser substituída por um outro remédio, bem mais simples e barato: a amizade leal que só um cachorro poderia oferecer.

Em abril, mês da Conscientização do Autismo e Prevenção da Crueldade contra os Animais, os dois gravaram um vídeo alertando para os problemas.

Assista ao vídeo (versão em inglês), acessando o *link* abaixo:

http://www.youtube.com/watch?feature=player_embedded&v=LEG2CqTxHzw

MP QUER PROGRAMAÇÃO DE TV ACESSÍVEL A DEFICIENTES AUDITIVOS EM UBERLÂNDIA

Ação civil pública questiona o não cumprimento da legislação que impõe a adoção de medidas para eliminação de barreiras nos sistemas de comunicação.

Fonte: *O Tempo* – 02/07/2013

O Ministério Público Federal em Minas Gerais (MPF/MG) ingressou com ação civil pública para obrigar as emissoras de televisão em Uberlândia, no Triângulo Mineiro, a adequarem sua programação aos critérios de acessibilidade definidos pela legislação brasileira e pela Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT). Na prática, a ação pretende que a programação de TV seja acessível a deficientes auditivos, com a inserção de legendas, tradução em linguagem de sinais ou outra alternativa técnica qualquer que permita a inclusão dessas pessoas.

O MPF também pediu que os entes públicos União, Estado e Município de Uberlândia sejam impedidos de veicular propagandas ou anúncios institucionais que não sigam os critérios técnicos de acessibilidade estabelecidos pela legislação e por normas da ABNT.

A ação originou-se de uma representação feita pelo Conselho Municipal da Pessoa com Deficiência (COMPOD) de Uberlândia noticiando que as peças publicitárias a respeito da "Prova Brasil", do Ministério da Educação, traziam uma legenda

ilegível, fora dos padrões técnicos de acessibilidade, o que impossibilitou a compreensão da mensagem por pessoas com deficiência auditiva.

Durante as investigações, foi constatado que não somente a propaganda do "Prova Brasil", mas, de uma maneira geral, todos os materiais de divulgação institucional nas esferas federal, estadual e municipal não observam os requisitos necessários à percepção dos surdos.

CARROS COM ISENÇÃO DE ICMS PARA DEFICIENTES TÊM DE CUSTAR ATÉ R\$ 70 MIL

A maioria das montadoras tem seus planos próprios de assistência a vendas especiais. Ainda assim, o processo demora pelo menos um mês.

Fonte: Deficienteonline – 03/07/2013

Carros para Deficientes e Isenção de IPI e ICMS: O sonho do jornalista José Monteiro, 66, que teve uma perna amputada, é um *Honda Civic*, mas ele não poderá comprá-lo com isenção de ICMS (Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços). Desde fevereiro, vigora o convênio nº 03/07 do Confaz (conselho de política fazendária), que estipula um teto de R\$ 60 mil para a isenção.

"Mesmo com o fim do limite de potência de 127 cavalos, a nova lei veta a venda do *Civic*. A versão automática mais barata custa R\$ 63 mil", lamenta Cristiano Gonçalves, representante de vendas especiais da *Honda*. A mudança irá impedir que a fábrica venda cerca de 250 *Civic* para deficientes por mês. O *Fit* automático, que tem registrada a mesma média de vendas, custa cerca de R\$ 50 mil.

Para as fábricas que têm carros "populares", a nova regra não irá interferir nas vendas. "O Palio tem até 115 cv e custa menos de R\$ 60 mil é o nosso modelo mais vendido para deficientes. Depois vêm a Idea e o Stilo, também dentro da lei", diz João Cláudio Bourg, diretor de vendas diretas da Fiat. Mas a isenção só incide sobre o preço básico. "Se o cliente do Palio quiser, por exemplo, ar-condicionado e direção hidráulica, terá de migrar para o Stilo, que os traz de série."

A maioria das montadoras tem seus planos próprios de assistência a vendas especiais. Ainda assim, o processo demora pelo menos um mês. O ponto é que as isenções são dadas por esferas diferentes. O IPI (Imposto sobre Produtos Industrializados), que chega a 25% sobre o valor do carro, e o IOF (Imposto sobre Operações Financeiras) são retidos pela Secretaria da Receita Federal.

Já o ICMS e o IPVA (Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores) são atribuídos às secretarias estaduais. Mesmo indo a uma revenda da *Honda*, Monteiro esperou sete meses para receber seu *Fit*. "Além da demora habitual, houve greve da Receita Federal."

AUTISMO: UMA NOVA FRONTEIRA PARA AS PESQUISAS

Em visita ao Brasil, o biólogo Alysson Muotri, da Universidade da Califórnia, reuniu-se com o Ministro da Saúde, Alexandre Padilha, para propor a criação de um centro de excelência para estudos do autismo. Saiba mais sobre a palestra do especialista a país.

Fonte: Revista Crescer.globo – Marcela Bourroul – 04/07/2013

Neste sábado (29), o biólogo Alysson Muotri, uma das maiores referências mundiais em pesquisas sobre autismo, esteve em São Paulo, no Instituto de Psiquiatria do Hospital das Clínicas da USP, para falar sobre as pesquisas que está desenvolvendo em seu centro de estudos na Universidade da Califórnia, em *San Diego* (EUA). A palestra - destinada a pais e mães e com apoio da CRESCER - contou ainda com a professora da USP Patrícia Beltrão Braga, que está à frente de uma pesquisa sobre autismo na Universidade, e teve abertura de Berenice Piana, cuja lei que leva o seu nome foi sancionada em dezembro de 2012, concedendo ao autista os direitos legais de todos os indivíduos com deficiência.

No evento, Muotri explicou como usa a tecnologia de células-tronco para entender o funcionamento dos neurônios de pessoas diagnosticadas com transtornos relacionados ao espectro autista.

Em seu centro de estudos, ele usa uma técnica que transforma células de pessoas adultas em células-tronco embrionárias, ou seja, células que ainda não são especializadas. Depois disso, é possível fazê-las se desenvolver novamente e diferenciá-las em células cerebrais. Como essas células tiveram origem em um indivíduo que já estava diagnosticado com um problema, é possível simular no laboratório o funcionamento dos neurônios daquele paciente em comparação com uma pessoa saudável.

A partir dessas comparações, o grupo de estudo de Muotri já conseguiu identificar uma série de diferenças na estrutura dos neurônios e como essas células respondem em conjunto (o que ajuda a entender como funciona o cérebro desses pacientes). A maior parte das pesquisas está sendo feita com portadores da Síndrome de Rett, que faz parte do espectro autista.

Outra vantagem de ter essas células em laboratório é a possibilidade de testar drogas sem precisar de voluntários num primeiro momento. Isto é, os cientistas conseguem observar a reação das células e de diversas moléculas que podem se transformar em remédios eficazes. Claro que depois do teste em laboratório é necessário fazer os testes clínicos, mas a técnica pode reduzir os custos desse processo. Por enquanto, nenhum medicamento foi validado por meio desse procedimento, até porque ele ainda é muito novo, mas é uma aposta dos pesquisadores. Um grande número de famílias enxerga no pesquisador a possibilidade de encontrar a cura para seus filhos. No entanto, durante a palestra, ele fez questão de esclarecer que ainda serão necessárias muitas pesquisas clínicas e laboratoriais para atingir esse sonho.

Outra novidade trazida pelo biólogo é que, como nos Estados Unidos já há grupos de estudo voltados para o autismo há quase uma década, também está sendo possível fazer pesquisas avaliando o histórico dos pacientes. A partir daí, há cientistas que buscam entender qual a diferença entre aqueles que evoluíram bem após alguns tratamentos e aqueles que quase não apresentaram melhoras.

INCENTIVO PARA A PESQUISA NACIONAL

A vinda de Muotri ao Brasil, no entanto, teve ainda outro objetivo. Na última quinta-feira (27), o cientista se reuniu com o Ministro da Saúde, Alexandre Padilha, e alguns representantes da sociedade civil para propor a criação de um centro de excelência para estudos do autismo. O projeto surgiu por conta de seu interesse nessa área e do contato com pais brasileiros e pesquisadores.

A proposta é que o governo federal invista inicialmente 100 milhões de dólares para a criação de um centro onde seja possível realizar pesquisas, ensaios clínicos e testar possibilidades de tratamento. Segundo Muotri, o Brasil tem a possibilidade de sair à frente nessa área. Aqui já estão sendo desenvolvidos projetos em consonância com sua linha de pesquisa, como o Fada do Dente, coordenado pela professora da USP Patrícia Beltrão Braga, uma iniciativa inédita na América Latina.

O governo ainda não deu nenhum sinal de que colocará o projeto em prática, mas a conversa desta semana pode ter sido o pontapé inicial para uma nova realidade das pesquisas sobre o transtorno do espectro autista no país. Sobre cura ainda é difícil falar, mas como bem disse Muotri durante a palestra, citando Bill Gates: "Sempre superestimamos as mudanças que vão acontecer nos próximos dois anos e subestimamos as mudanças que acontecerão nos próximos dez. Não se deixe adormecer pela inércia."

TRANSPORTE PÚBLICO DE CURITIBA TEM MAIOR ÍNDICE DE ACESSIBILIDADE DO PAÍS

Fonte: Deficiente Ciente – Reportagem postada por Vera Garcia – 05/07/2013

Curitiba encerra o primeiro semestre de 2012 com 95,6% de acessibilidade no transporte coletivo. Este é o maior índice de acessibilidade em transporte público

do país. A frota operante da Rede Integrada de Transporte (RIT) é formada por 1.915 ônibus, dos quais 1.830 são 100% acessíveis, ou seja, atendem todas as exigências da legislação brasileira. Este número vem crescendo significativamente. Em 2010 o índice era de 83%, em 2011 era de 91% e em janeiro deste ano já atingia 92% de acessibilidade em toda a frota operante. A meta é chegar a 100% da frota até 2014.

Desde 2005 só entram na frota curitibana ônibus totalmente acessíveis, com assentos preferenciais em cor diferenciada o que significa que a cidade se antecipou à legislação, que é de 2009. A cidade também vai além do exigido por lei federal de acessibilidade no transporte ao reservar 20% dos assentos para idosos, gestantes e pessoas com deficiência (a lei exige 10%) e adotar placas de *braille* afixadas em frente aos bancos preferenciais, permitindo que deficientes visuais saibam do ônibus.

A frota de ônibus da capital conta com elevador, espaço para cadeirante, balaústres táteis (barras com relevo) na cor amarela, identificando para pessoas com deficiência visual, que no local há banco preferencial. E para uma melhor circulação dentro do veículo, conta com cantoneiras e frisos, alertando para desnível no chão. Os ônibus do sistema Expresso (biarticulados) e da Linha Direta (Ligeirinhos) têm embarque e desembarque em nível, em plataformas dos terminais e estações tubo. Os passageiros recebem mensagens sonoras informando a próxima parada e também sobre a prioridade a idosos, gestantes e pessoas com deficiência.

O índice de acessibilidade nos ônibus do transporte coletivo é o maior do país segundo o estudo Mobilize 2011, do portal Mobilize Brasil. O 2º maior índice, segundo o mesmo estudo, é de Belo Horizonte (MG), que tem 70% dos ônibus do transporte coletivo acessíveis a pessoas com deficiência, seguido de Rio de Janeiro (RJ) com 60%. O menor índice é de Natal (RN), de 20%. O estudo, divulgado em novembro do ano passado, foi feito por jornalistas do portal a partir de informações de órgãos oficiais, institutos de pesquisa, universidades e entidades independentes.

PROFESSOR PARANAENSE DESENVOLVE "MOUSE" PARA ALUNA COM PARALISIA CEREBRAL

O professor Jair de Oliveira Junior, desenvolveu um dispositivo que substitui o *mouse*, para uma aluna do Curso Técnico em Informática em Nova Esperança.

Fonte: CBN Foz do Iguaçu – 07/07/2013

Michele Aparecida Peixoto frequenta as aulas do 3º ano do curso, no Colégio São Vicente de Paula, com dificuldades para utilizar um mouse convencional, o professor pesquisou equipamentos para substituí-lo, mas constatou que o custo era muito alto.

"Pensei em fazer algo semelhante de baixo custo e compatível com a estrutura dos laboratórios do colégio", explicou o professor.

Na construção do *mouse* foram usados pedais de máquina de costura, caixa de madeira, peças de impressoras, rolamentos de bicicleta, *mouses* antigos, pedaço de borracha para descanso de mão e fios usados de fontes de alimentação de computadores. Depois de 15 horas de trabalho e dedicação, o dispositivo ficou pronto.

O novo acessório foi uma surpresa para a aluna.

"Tenho dificuldades para usar o *mouse* e perdia muito tempo nas aulas. Agora ficou mais rápido, e consigo fazer mais rápido as atividades", comentou Michele.

"Com essa peça ela conseguiu melhorar sua integração com a sociedade e com o mundo digital", disse o professor que ainda pretende construir um teclado adaptável.

TECNOLOGIA ASSISTIVA

Tecnologia Assistiva são recursos e serviços destinados às pessoas com deficiência

para melhorar sua autonomia, independência, qualidade de vida e inclusão social. Na educação, ela serve para apoiar, complementar e suplementar a interação de alunos com deficiência.

O seu uso nas escolas promove a acessibilidade e a participação do aluno no processo de ensino e aprendizagem no sentido de construir e ampliar a via de expressão e compreensão da pessoa com deficiência.

A Secretaria de Estado de Educação oferece recursos humanos e tecnológicos como o professor de apoio à comunicação alternativa e equipamentos acessíveis como o teclado e *mouse* adaptados bem como *softwares*.

Caso algum aluno precise, a equipe pedagógica das escolas deve identificar a necessidade dele e o diretor da escola encaminhar ofício solicitando o serviço ou apoio (recursos humanos e/ou tecnologia assistiva) para a Secretaria.

Das 1.617 salas de recursos mantidas pela Secretaria, cerca de 30% já receberam recursos como computadores com itens de acessibilidade. Existe também convênio com o Programa Escola Acessível do Governo Federal que encaminha recursos diretamente à Associação de Pais, Mestres e Funcionários (APMF) das escolas para a aquisição da tecnologia.

VILA OLÍMPICA OFERECE AULAS PARA PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

Na Artur da Távola, em Vila Isabel, eles têm aulas de mestre-sala e porta-bandeira.

Fonte: O Globo – Rio Bairros – Thalita Pessoa – 09/07/2013



Integração – O alongamento antes da aula, um momento de descontração que melhora o relacionamento. (Foto: Guilherme Leporace – Agência O Globo)

RIO - Com 140 alunos inscritos, o Núcleo de Esportes e Lazer para Pessoas com Deficiência da Vila Olímpica Artur da Távola, em Vila Isabel, ampliará em breve o leque de atividades a um público cativo. Com a aprovação de pais e especialistas, alunos com síndrome de Down, autismo, paralisia cerebral, tetraplegia, paraplegia e esclerose múltipla — entre outras deficiências físicas e intelectuais — irão compor as turmas das oficinas de mestre-sala e porta-bandeira, passista e música, canto e coral, ao lado de colegas sem necessidades especiais. Essas oficinas, que estão com as inscrições abertas até segunda-feira, promoverão a interação entre pessoas com e sem deficiência, seguindo os parâmetros do que já ocorre com outras modalidades, como o futebol, o badminton, a aula de ritmos e a capoeira.

A Vila Olímpica Artur da Távola foi escolhida para inaugurar as aulas relacionadas ao carnaval, de início, devido à identificação de Vila Isabel com o tema. Pesou na decisão também o enorme sucesso que as atuais aulas de dança, essas exclusivas, têm entre aqueles cujas limitações exigem maiores cuidados e atenção.

— A qualidade de vida melhora, assim como o relacionamento. Eles se sentem valorizados — explica a professora de dança recreativa Regilsa Ramos.

O discurso é endossado por Dulce Alexandra Ferreira, uma das alunas de Regilsa. Com 36 anos e paralisia cerebral, Dulce elege a sua atividade favorita.

— Com a natação e a dança, eu consegui ser uma pessoa mais feliz porque tenho contato com outras pessoas. Gosto mais da dança porque tem música. Na piscina não tem — afirma Dulce.

BPC TRABALHO – CONHEÇA O PROGRAMA PARA PESSOAS COM DEFICIÊNCIA QUE RECEBEM O BENEFÍCIO

Fonte: Inclusive – inclusão e cidadania – 10/07/2013

O Programa de Promoção do Acesso das Pessoas com Deficiência Beneficiárias do Benefício de Prestação Continuada da Assistência Social à Qualificação Profissional e ao Mundo do Trabalho tem o objetivo de promover o protagonismo e a participação social dos beneficiários com deficiência do Benefício de Prestação Continuada da Assistência Social – BPC, por meio da superação de barreiras, fortalecimento da autonomia, acesso à rede socioassistencial e de outras políticas, à qualificação profissional e ao mundo do trabalho, priorizando a faixa etária de 16 a 45 anos.

Saiba como acessar o serviço no portal do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome:

<http://www.mds.gov.br/assistenciasocial/beneficiosassistenciais/bpc/bpc-trabalho>.

A base de dados com as informações cadastrais dos beneficiários para que os municípios possam iniciar a busca ativa está disponível no seguinte endereço eletrônico:

<http://www.mds.gov.br/assistenciasocial/redesuas/suasweb>

DEFICIÊNCIA VISUAL PODERIA SER EVITADA EM 60% DOS CASOS

De acordo com o oftalmologista João Antônio Prata, os cuidados com a saúde dos olhos, o diagnóstico de sintomas e a prevenção de doenças oculares deve começar ainda na infância e prevalecer ao longo da vida.

Fonte: Jornal da Manhã *Online* – Thassiana Macedo – 10/07/2013

Neste 10 de julho é celebrado o Dia da Saúde Ocular. O problema é que a saúde dos olhos nem sempre é lembrada entre todas as tarefas rotineiras e diárias. Na verdade, sugere preocupação apenas quando é alvo de algum incômodo que cause dor ou coceira. Dados da Organização Mundial da Saúde (OMS) apontam que 50 milhões de brasileiros sofrem de algum tipo de distúrbio de visão e que 60% dos casos de cegueira e deficiência visual poderiam ser evitados, caso o tratamento tivesse sido buscado a tempo.

De acordo com o oftalmologista João Antônio Prata, os cuidados com a saúde dos olhos, o diagnóstico de sintomas e a prevenção de doenças oculares devem começar ainda na infância, logo após o nascimento, e prevalecer ao longo da vida. “Hoje existe um exame muito simples, que é o teste do olhinho. Ele deve ser realizado por especialista e consiste em jogar um foco de luz com o oftalmoscópio no olho da criança. Se a luz penetrar facilmente, o teste mostrará normalidade; se ficar opaco e a luz não penetrar, certamente há presença de problemas graves, como infecções intraoculares severas, catarata e uma série de doenças, sugeridos pelo teste instantâneo. O teste não é objetivo, apenas indica a necessidade de exames mais aprofundados”, explica.

Entre quatro e seis meses de vida, é fundamental repetir o teste do olhinho, independente do resultado do exame anterior, e realizar os exames de fundo de olho e de refração em todas as crianças, a fim de saber se no futuro elas precisarão usar óculos para algum tipo de correção visual. “Em certos casos, o oftalmologista surpreende-se com altas miopias, astigmatismos e vícios de refração com as quais

a criança já nasceu, além de outros problemas, como processos infecciosos e mal-formações, que podem ser logo diagnosticados. Se o oftalmologista perceber que a criança possui miopia acentuada, por exemplo, ou outro defeito visual, indicará a periodicidade correta da visita, aos 9, 10, 11 meses ou um ano, dependendo do caso, para completar o exame e indicar o grau necessário dos óculos, que podem começar a ser utilizados nesta idade”, explica Prata.

Ainda na infância, o especialista destaca que outro exame importante é feito na fase pré-escolar. “Antes de a criança entrar na escola, os pais devem repetir os exames novamente para ver quanto a criança enxerga para saber se há necessidade de óculos. Muitas crianças que não fazem o exame enfrentam problemas na escola, porque sentem sintomas como dor de cabeça, cansaço visual ou dificuldade para enxergar”, alerta.

CONDÔMIOS ANTIGOS PODEM SE TORNAR ACESSÍVEIS COM POUCAS ADAPTAÇÕES

Promover acessibilidade em edificações residenciais construídas há mais de 20 anos não é algo tão complexo, basta bom senso e planejamento das adaptações.

Fonte: Secretaria Municipal da Pessoa com Deficiência e Mobilidade Reduzida de São Paulo – 12/07/2013

Promover acessibilidade em condomínios residenciais verticais construídos anteriores à Lei nº 11.228/92 (Código de Obras e Edificação da Cidade de São Paulo) não é tão complexo como a maioria imagina e, por isso, pode se avançar bastante nessa questão.

O Decreto Federal nº 5.296/2004 determina, em seu artigo 18, que a construção de edificações de uso privado multifamiliar e a construção, ampliação ou reforma de edificações de uso coletivo devem atender aos preceitos da acessibilidade na interligação de todas as partes de uso comum ou abertas ao público, conforme os padrões das normas técnicas de acessibilidade da ABNT e também os acessos, piscinas, andares de recreação, salão de festas e reuniões, saunas e banheiros, quadras esportivas, portarias, estacionamentos e garagens, entre outras partes das áreas internas ou externas de uso comum das edificações de uso privado multifamiliar e das de uso coletivo [...].

Embora o município de São Paulo possua um Código de Obras e Edificações bastante exigente, muitas construções anteriores a esta data ainda não contemplam as determinações de acessibilidade previstas, porém qualquer pessoa que se sinta prejudicada pode entrar com uma ação judicial baseada na Constituição Federal de 1988, em seu artigo 3º, inciso IV e 5º, inciso XLI, que garante a todos os cidadãos direito a igualdade, independentemente da condição do indivíduo, sem distinção de qualquer natureza. De acordo com a arquiteta da Secretaria Municipal da Pessoa com Deficiência e Mobilidade Reduzida, Silvana Cambiaghi, promover acessibilidade em edificações residenciais construídas anteriormente à Lei nº 11.228/92 não é algo tão complexo. “Construções antigas podem se tornar acessíveis bastando bom senso e planejamento das adaptações”.

Silvana lista algumas modificações mínimas para serem feitas em edifícios residenciais, tais como: rampas na entrada de acesso de pedestres e nas vagas reservadas na garagem (quando necessário) sempre com no máximo 8,33% de inclinação, elevadores com metragem de 1,10m por 1,40m e botoeira dos elevadores em *braille*. A vaga na garagem para pessoa com deficiência deve ter medida de 3,50m por 5,50m e é obrigatória a reserva de 1% das vagas em prédios que possuam acima de 100 veículos.

OAB QUER DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA COMO MATÉRIA DE CONCURSOS

OAB solicitou ao CNJ e ao CNMP que expeçam resoluções recomendando a inclusão de questões relativas à Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Defici-

ência como matéria obrigatória nos concursos públicos para ingresso nas carreiras da magistratura e do Ministério Público.

Fonte: OAB – 12/07/2013

Brasília – O Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) solicitou ao Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e ao Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP), nos quais tem assento, que expeçam resoluções recomendando a inclusão de questões relativas à Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência como matéria obrigatória nos concursos públicos para ingresso nas carreiras da magistratura e do Ministério Público, respectivamente. A solicitação foi feita por meio de Pedidos de Providências formulados pelo presidente nacional da OAB, Marcus Vinicius Furtado, aos presidentes do CNJ, ministro Joaquim Barbosa, e do CNMP, Roberto Gurgel.

Nos pedidos ao CNJ e CNMP, o presidente nacional da OAB ressalta que o Estado brasileiro ratificou a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, com equivalência de Emenda Constitucional, conforme o Decreto nº 6.949/2009. Ele alinhava algumas providências já adotadas no âmbito do Poder Executivo para promover o acesso de bens e serviços às pessoas com deficiência, bem como políticas de incentivo à implementação da referida convenção por parte da Secretaria Nacional de Promoção dos Direitos da Pessoa com Deficiência. Mas lembra que essa questão ainda carece da devida atenção por parte do Poder Judiciário e do Ministério Público.

O presidente nacional da OAB participou, recentemente, da 86ª reunião ordinária do Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência (Conade), no qual a entidade da advocacia tem assento. Na ocasião, ele garantiu o apoio da OAB às ações daquele órgão para assegurar o respeito às normas específicas dirigidas às pessoas com deficiência e para fortalecer o desenvolvimento de políticas para inclusão e acessibilidade nessa área, tendo defendido também a inclusão de questões sobre os direitos da pessoa com deficiência como matéria obrigatória dos concursos para a magistratura e o MP.

TERAPIA GENÉTICA CURA CRIANÇAS IMPEDIDAS DE ANDAR E FALAR

Fonte: Folha de São Paulo – 12/07/2013

Médicos italianos anunciaram a cura de uma doença que tira a capacidade das crianças de andar e falar. O estudo, anunciado na publicação científica *Science*, usou uma técnica pioneira de terapia genética para corrigir erros no DNA.

Três pacientes que participaram do estudo já estão indo para a escola.

Um segundo estudo, publicado ao mesmo tempo, mostrou que uma terapia semelhante pode reverter uma doença genética grave que afeta o sistema imunológico. Pesquisadores de terapia genética dizem que o resultado dos estudos é "realmente emocionante".

Ambas as doenças são causadas por erros no código genético do paciente - responsável pelo crescimento e funcionamento do corpo.

Os bebês que nascem com leucodistrofia metacromática parecem saudáveis, mas seu desenvolvimento começa a regredir entre um e dois anos de idade, pois parte de seu cérebro é destruído.

A Síndrome de *Wiskott-Aldrich* resulta num sistema imunológico deficiente. Ela torna os pacientes mais suscetíveis a infecções, cânceres, e o próprio sistema imunológico também pode atacar outras partes do corpo.

CÉLULAS INFECTADAS

A técnica desenvolvida pela equipe de pesquisadores do Instituto Científico *San Raffaele*, em Milão, na Itália, usou um vírus geneticamente modificado para corrigir as mutações prejudiciais nos genes dos pacientes.

Células-tronco são retiradas do paciente e o vírus é usado para "infectar" as células com pequenos fragmentos de DNA que contêm as instruções corretas. Estas são, então, colocadas de volta no paciente.

Três crianças de famílias com histórico de leucodistrofia metacromática foram escolhidas para o tratamento, mas antes que sua função cerebral começasse a degenerar.

Alessandra Biffi, uma das médicas envolvidas no estudo, disse à BBC: "O resultado foi muito positivo, todos estão bem, e vivendo uma vida normal numa idade em que seus irmãos eram incapazes de falar. É um resultado que nos deixa muito felizes".

Biffi disse que todos os tratamentos tiveram efeitos colaterais, e que os pacientes precisaram ser acompanhados por mais tempo. Mas as evidências sugerem, até agora, que o tratamento é seguro.

"NOVA ERA"

A terapia genética é um campo que prometeu muito mais do que já ofereceu e tem sido dificultada por várias preocupações relacionadas à segurança. A primeira terapia genética na Europa só foi aprovada em 2012.

Biffi disse que lições foram aprendidas a partir de falhas anteriores: "A terapia genética pode ser melhorada. Podemos estar vivendo uma nova era, onde podemos conseguir fazer mais do que fizemos no passado."

No outro estudo, publicado simultaneamente na revista *Science*, sintomas como infecções e eczema haviam diminuído nos três pacientes tratados.

PESSOAS COM DEFICIÊNCIA TÊM DIFICULDADE DE ENCONTRAR IMÓVEIS ADAPTADOS

Comprar um imóvel e ter de fazer reforma para conseguir entrar no banheiro. Pagar um condomínio que não oferece estrutura para entrar na piscina. Pegar o elevador e não saber quando seu andar chegou. Essa é a realidade para boa parte das pessoas com deficiência no país.

Fonte: Folha de São Paulo – Daniel Vasques – 14/07/2013



O advogado Danilo Oliveira Freire, 26, é tetraplégico e teve que adaptar o imóvel que alugou no Jabaquara, na zona sul de São Paulo. (Foto: Karime Xavier – Fohlapress)

A obrigatoriedade de prover acessibilidade, segundo a prefeitura de São Paulo, vale apenas para a área comum de um empreendimento residencial, ou seja, da porta do apartamento para fora.

Na prática, mesmo no caso da área comum, que reúne espaços como o salão de festas e a piscina, a acessibilidade raramente é completa a ponto de permitir que o condômino que utiliza cadeira de rodas consiga frequentar todos os ambientes. Nos empreendimentos muito antigos, a acessibilidade costuma ser ainda menor e os obstáculos podem estar já na entrada do prédio, sem opção de rampa.

“Os condomínios antigos é que são deficientes, não as pessoas, mas prevalece o bom senso, já que aplicar 100% de locomoção é difícil. Se há um morador com deficiência, preciso fazer todas as adaptações, mas isso é uma coisa onerosa. O visitante tem de ter acesso ao *hall* e ao imóvel”, diz Marcelo Mahtuk, diretor da administradora de condomínios *Manager*.

Tetraplégico após um mergulho, há dez anos, o advogado Danilo Freire, 26, conta que buscou diariamente, durante um mês, um imóvel para alugar em São Paulo em que pudesse entrar no banheiro com a cadeira de rodas.

Como é comum que o vão das portas do banheiro meça 60 cm, insuficiente para passar com uma cadeira de rodas, mas de acordo com a exigência legal em São Paulo, Freire alugou um imóvel e logo teve que reformá-lo.

Tirou o batente e a porta antiga do banheiro e instalou uma de correr, que ocupa menos espaço. Além disso, excluiu o bidê para ter onde deixar a cadeira de rodas. Gastou cerca de R\$ 800 com as adaptações.

Agora quer comprar um apartamento, mas antevê dificuldades. “Em São Paulo, o problema é seríssimo. Não se encontra imóvel adaptado, nem novo, nem velho.”

PROCESSO JUDICIAL ELETRÔNICO PRECISA LEVAR EM CONTA IDOSO E DEFICIENTE VISUAL, DECIDE OAB

Os Conselhos Seccionais da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) nos Estados em que estiverem funcionando o processo judicial eletrônico (PJe) devem exigir a observância das regras do artigo 26, da Lei nº 10.741/2003 e da Lei nº 10.098/2004.

Fonte: Programa Nacional de Modernização da Advocacia – 15/07/2013

A recomendação foi transmitida pelo presidente nacional da OAB, Marcus Vinicius Furtado, aos presidentes das 27 Seccionais da entidade em todo o País, destacando o relatório e voto do conselheiro federal Luiz Cláudio Allemand (ES) nesse sentido, aprovado pela unanimidade do Conselho Pleno da OAB em sua última sessão.

O documento contém sete propostas para melhorar a operacionalidade do PJe, ressaltando a necessidade de se oficiar ao Ministério Público Federal sobre “a infração que está sendo praticada na implementação, pois não foi possível negociar a observância da regra do artigo 26, da Lei nº 10.741/2003, bem como as regras da Lei nº 10.098/2000, em especial para os deficientes visuais, regulamentada pelo Decreto nº 5.296/2004”. Conforme o voto aprovado pelo plenário da OAB Nacional, baseado em relatório do Encontro Nacional de Presidentes de Comissões de Tecnologia da Informação dos Conselhos Seccionais, realizado em 28 de fevereiro último, esses grupos de advogados (**idosos e deficientes visuais**), pelas dificuldades impostas atualmente pelo PJe, “encontram-se impedidos de ter acesso ao Poder Judiciário, seja advogar em causa própria ou para terceiros”.

O artigo 26 da Lei do Idoso afirma que ele “tem direito ao exercício de atividade profissional respeitadas suas condições físicas, intelectuais e psíquicas”. Já o deficiente visual, protegido pela Lei da Acessibilidade encontra hoje diversas barreiras físicas, arquitetônicas, de comunicação para acesso às dependências do Poder Judiciário. O voto do conselheiro Luiz Cláudio Allemand propõe, inclusive, que a Comissão de Estudos Constitucionais da entidade do Conselho Federal da OAB estude o ajuizamento de ação direta de inconstitucionalidade (ADI) para declarar ofensa ao artigo XXXV, da Constituição Federal, nesses casos. De acordo com tal dispositivo, “a lei não excluirá da apreciação do Poder Judiciário lesão ou ameaça a direito”.

A decisão do Pleno da OAB, encaminhada por Marcus Vinicius Furtado a todos os presidentes de Seccionais, destaca também as críticas da entidade à forma

como vem se desenvolvendo o processo judicial eletrônico, em sua origem sem a participação da representação da advocacia brasileira. O documento ressalta também a importância da manutenção do processo por meio físico ao lado do eletrônico e o desenvolvimento do PJe sem açodamento, enquanto os advogados são estimulados à inclusão digital pela OAB. A proposição aprovada critica também a diversidade de processos judiciais eletrônicos, alinhando as dificuldades que tal fato causa para advocacia e clamando pela unificação de procedimentos básicos.

A ÁRDUA LUTA POR ACESSIBILIDADE

Basta falar em acessibilidade e vamos logo pensando em rampas, corrimões e calçadas e a falta que elas fazem para as pessoas com deficiência e até mesmo a qualquer um que transite pelos passeios públicos de cada uma das cidades de nossa região.

Fonte: Correio do Sul – 16/07/2013

Mas, embora os exemplos citados se enquadrem nas exigências legais, acessibilidade vai muito além. Trata-se, segundo o próprio governo brasileiro, da inclusão das pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida na participação de atividades que incluem o uso de produtos, serviços e informação. Eliminar as barreiras que diferenciam os indivíduos no que se refere à utilização daquilo que visa o bem comum, essa é a função do termo acessibilidade. Ou, se preferirem a utilização do dicionário: qualidade do que é acessível, do que tem acesso. Já perante a Justiça, a acessibilidade se firma através das Leis nºs 10.048/2000 e 10.098/2000, que estabelecem prioridades no atendimento, normas e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiências ou com mobilidade reduzida, posteriormente regulamentadas pelo Decreto Lei nº 5.296/2004, também conhecida como Lei da Acessibilidade. Mas, do que valem leis, normas e critérios se na prática o que se vê é totalmente diferente? Em Sombrio, quando se fala em acessibilidade - ou a falta dela - um nome a ser citado é de Neiva Vefago, uma liderança na busca pelo cumprimento daquilo que é direito aos portadores de deficiência. Mais do que somente uma defensora, Neiva é portadora de deficiência física desde os quatro anos de idade, vítima de uma paralisia infantil que lhe tirou o movimento das pernas.

Atuante no que concerne à reivindicação de seus direitos, Neiva é presidente de associação que reúne portadores de deficiência e passa diariamente por situações que reforçam a sua condição e a fazem buscar ainda mais o direito à acessibilidade. “É frequente me deparar com situações em que fico impossibilitada de seguir meu caminho ou mesmo usufruir de um serviço, o que considero algo a ser combatido se queremos uma sociedade verdadeiramente justa e igualitária”, declara.

NA PORTA NÃO

Neiva é usuária de uma motocicleta adaptada, transita por praticamente toda a área urbana do município e diz que são incontáveis os impedimentos ao seu livre acesso a calçadas, estabelecimentos e até prédios públicos. “Já comprei algumas brigas, exigi o que é meu direito e em algumas situações passei até vergonha. Mas não deixo de brigar até que seja atendida”, lembra ela, referindo-se principalmente a uma situação em que precisou entrar na prefeitura para quitar seu IPTU e foi barrada pelo desnível da porta de entrada em relação à calçada. “Disseram que me atenderiam na porta, recusei e disse que fazia questão de entrar, inclusive estipulando um prazo para que fosse providenciada uma rampa”, conta. A rampa foi construída, mas Neiva ainda lamenta a impossibilidade de ir além do térreo. “Ainda não posso ir até o gabinete do prefeito. Ele teria que descer até o térreo pra me receber. Mas isso também é uma questão de tempo, daqui a pouco eu cobro”, afirma. Em relação à acessibilidade através de passeios públicos e imóveis, o Plano Diretor Municipal de Sombrio estabelece em seu artigo 54 como ação estratégica da política municipal, entre outras, elaborar e implantar projeto de acessibilidade nas vias e edificações; e em seu artigo 56 como diretrizes do Sistema de Mobilidade Urbana, entre outras, revitalizar, recuperar e construir passeios, viabilizando e otimizando a circulação de pedestres. “Têm lojas em Sombrio em que nunca entrei e também não vou entrar até que seja construída uma rampa. Não admito ser atendida na porta, que levem a mercadoria para que eu possa experimentar na porta”, aponta Neiva. Entre as principais barreiras para ampliar a acessibilidade

no município a cadeirante aponta a falta de apoio aos que defendem a aplicação das leis. Segundo ela, a associação que preside e que conta com cerca de 30 membros tem tido pequena atuação justamente por não contar com a parceria de lideranças do município. “É uma luta desgastante e que avança muito devagar. O apoio do poder público não existe. Já contamos com algumas lideranças, mas acabaram por deixar de lado nossa causa”, lamenta. Sem deixar de lutar, Neiva Vefago renovou as esperanças em 2013, com a possibilidade de contar com apoio de alguns dos novos legisladores do município à sua causa. “Vou entrar na Câmara de Vereadores e cobrar mais ação dos nossos representantes em relação a isso. E tenho certeza de que não vão se negar a olhar também para esse grupo da nossa sociedade”, crê.

INCLUSÃO SOCIAL DAS PESSOAS COM SÍNDROME DE DOWN

Em Minas Gerais, a inclusão das pessoas com deficiência é garantida pelas políticas públicas que promovem a cidadania, a acessibilidade, a proteção social e a qualificação profissional.

Fonte: O Norte – 16/07/2013

Desde junho deste ano, todas as ações governamentais foram agrupadas no Plano Estadual dos Direitos da Pessoa com Deficiência (Minas Inclui), da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social (Sedese), sob a responsabilidade da Coordenadoria Especial de Apoio e Assistência à Pessoa com Deficiência (Caade).

Até 2015, o Governo de Minas prevê investir cerca de R\$ 500 milhões para ampliar a inclusão social das pessoas com deficiência. Entre os grupos contemplados, estão as pessoas com Síndrome de Down, que também ganharam uma passagem especial para reforçar o combate ao preconceito e ao processo de exclusão. Decreto promulgado pelo governador Antonio Anastasia, em junho deste ano, cria a Semana Estadual da Síndrome de Down, a ser celebrada, todos os anos, a partir de 21 de março.

“A Caade fortalece essas pessoas que, por muito tempo, viveram à margem da sociedade. Temos o objetivo de agregar diversidade, respeito e empoderamento à vida delas. A Semana Estadual da Síndrome de Down dará mais visibilidade para o segmento”, acredita a gestora do Caade, Ana Lúcia de Oliveira.

As ações de amparo estão presentes em diversas áreas da administração pública estadual. Na rede estadual de ensino, a criança que apresentar Síndrome de Down, bem como qualquer tipo de deficiência (física, mental, visual, surdez, deficiência múltipla e transtornos globais), tem o direito de estudar em escola próxima de sua residência e de ser matriculada em instituições especiais para atendimentos educacionais especializados.

Também em junho deste ano, a Secretaria de Estado da Saúde (SES) anunciou a criação do Programa de Intervenção Precoce Avançada (Pipa). Com aporte de R\$ 13 milhões, a intenção é de incentivar o acompanhamento de recém-nascidos com risco de desenvolver deficiência intelectual para prevenir e minimizar agravos. A ação também prevê melhorar o prognóstico e a qualidade de vida das pessoas, além de capacitar os profissionais da Rede de Cuidados à Pessoa com Deficiência, que estimula e orienta o desenvolvimento a partir de atividades sensoriais e psicomotoras para os portadores da Síndrome de Down e outras deficiências intelectuais, por intermédio de equipe multiprofissional.

“O resultado maior é a articulação de pontos de atenção que permitem a atenção integral com serviços especializados e qualificados. A integração de diversos setores, a qualidade dos profissionais e a tecnologia assistiva são componentes importantes das políticas”, enfatiza a Coordenadora da Atenção à Saúde da Pessoa Portadora de Deficiência da SES, Mônica Farina Neves Santos.

HISTÓRIA DE VIDA E SUPERAÇÃO DE UM SURFISTA BIAMPUTADO CHEGA AOS CINEMAS

O filme “Pauê – O Passo de Um Vencedor” registra os momentos de superação do cidadão e atleta que aos 18 anos sofreu um grave acidente onde perdeu parte das

pernas, mas que por meio do esporte conseguiu superar limites e barreiras que a vida lhe trouxe.

Fonte: Turismo Adaptado – 16/07/2013

O documentário conta com patrocínio do Banco Safra e Aspen Farmacêutica, obtidos com recursos da Lei *Rouanet* de incentivo à Cultura do Ministério da Cultura, Governo Federal.

“A ideia é fazer com que o telespectador possa refletir sobre os verdadeiros valores humanos, e entender que todos podem ser um vencedor, independente dos problemas ou dificuldades que enfrentam”, afirma Pauê. “Foram cerca de 100 horas de gravação para retratar o dia a dia do Pauê, e entender como ele, apesar das dificuldades, enfrenta desafios, alcança vitórias e incentiva o otimismo e a luta pela felicidade”, explica Fábio de Souza Cappellini, sócio da produtora 1+1 e diretor do documentário.

Com aproximadamente 70 minutos de duração, o filme traz relatos e depoimentos de amigos, familiares e atletas que acompanharam a caminhada de Pauê. Estão entre os participantes: Gabriel “O Pensador”, músico e amigo; Fábio Paiva, canoísta; Carlos Burle, renomado surfista brasileiro de ondas grandes; Picuruta Salazar, campeão brasileiro de *longboard*; Otaviano Taiu Bueno, campeão brasileiro de *surf* e atualmente escritor; e Bruno Aagaard e Cristina Chieffi, irmão e mãe do atleta. As gravações do documentário se iniciaram em 2009, com a participação do Pauê na corrida de São Silvestre e se encerrou em 2013 com a finalização do filme. Para a realização das gravações do filme, foram percorridos mais de seis mil quilômetros entre gravações, pesquisas e entrevistas.

O filme será exibido em emissoras de TV de canais abertos e fechados, em cinemas e DVD e em exibições ao ar livre, através do projeto Cine Superação. “O projeto ‘Cine Superação’ prevê levarmos a exibição do filme em diversas cidades dos estados brasileiros gratuitamente à população”, explica Cappellini.

NOVA YORK ADOTA NOVO SÍMBOLO INTERNACIONAL DE ACESSIBILIDADE

Fonte: Inclusive – inclusão e cidadania – 16/07/2013

O velho símbolo internacional de acessibilidade que mostrava um personagem estático numa cadeira de rodas foi substituído por um personagem em movimento. Esse símbolo foi adotado oficialmente em Nova York.



Traditional ISA



Modified ISA

Após vários anos de pedidos de mudança, os *designers* do *Gordon College*, em *Massachusetts*, criaram um novo símbolo, com um personagem dinâmico, ativo, independente, com os braços prontos para qualquer ação.

“É algo bem voltado para o movimento”, disse Victor Calise, Comissário do Gabinete do prefeito de Nova York para Pessoas com Deficiência, ao jornal *The Chronicle of Higher Education*.

Calise, que ficou paraplégico em um acidente de bicicleta aos 22 anos, planeja começar a mudança do logotipo neste verão, em Nova York.



CROMOSSOMO RESPONSÁVEL PELA SÍNDROME DE DOWN É "DESLIGADO" EM LABORATÓRIO

Estudo da Universidade de Massachusetts abre caminho para futuro tratamento da condição.

Fonte: O Globo – Saúde – 17/07/2013



Criança com síndrome de Down faz terapia com golfinhos em piscina na Bielorrússia. "Desligamento" de cromossomo cria esperança para tratamento (Foto: Viktor Drachev – AFP).

NOVA YORK – Cientistas americanos conseguiram "desligar" o cromossomo responsável pela síndrome de Down numa experiência feita com células humanas em laboratório. A pesquisa, publicada na *Nature*, abre caminho para uma revolução no tratamento da condição dentro de alguns anos.

Os seres humanos nascem com 23 pares de cromossomos, incluindo os dois cromossomos que definem o sexo (XX ou XY), num total de 46 em cada célula. As pessoas com síndrome de Down têm três - em vez de duas - cópias do cromossomo 21. Este terceiro cromossomo provoca sintomas como dificuldade de aprendizado, o surgimento precoce de doenças como o mal de Alzheimer e um risco maior para problemas circulatórios e cardíacos.

E foi justamente esse cromossomo "extra" que os cientistas conseguiram "desligar".

A terapia genética, que usa genes para tratar doenças, vem sendo testada para problemas causados por um único gene problemático. Mas, até agora, a ideia de conseguir silenciar os efeitos de um cromossomo inteiro parecia além do campo das possibilidades, mesmo no laboratório.

Cientistas da Escola de Medicina da Universidade de *Massachusetts* conseguiram demonstrar que, ao menos em teoria, tal perspectiva é possível ainda que leve mais algumas décadas.

O grupo de especialistas liderado por Jeanne Lawrence inseriu um gene chamado XIST em células-tronco de uma pessoa com síndrome de Down cultivadas em laboratório. O gene exerce um papel importante no desenvolvimento celular normal ao "desligar" um dos dois cromossomos X presentes nos embriões femininos, garantindo que as meninas não tenham uma dose dupla de cromossomos X.

A experiência mostrou que o gene é capaz também de silenciar a cópia extra do cromossomo 21, ajudando a corrigir os padrões irregulares de crescimento das células dos portadores da síndrome.

Segundo os especialistas, muitos anos de estudos ainda serão necessários para se conseguir um tratamento para a síndrome, mas, ressaltam que a pesquisa mostra um novo caminho para o estudo da base celular da condição e pode ajudar a identificar drogas capazes de minorar seus sintomas.

CONFERÊNCIA DA ONU DISCUTE FORMAS DE MELHORAR EDUCAÇÃO E EMPREGO DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

Fonte: ONU Brasil – 17/07/2013

Cerca de 80% dos mais de um bilhão de pessoas com deficiência no mundo estão em idade de trabalhar e enfrentam desafios físicos e sociais para conseguir qualificação e emprego, afirmou a ONU. Para encontrar formas de melhorar o padrão de vida e emprego das pessoas com deficiência, os Estados-Membros estão reunidos a partir desta quarta-feira (17) na sede da ONU, em Nova York, Estados Unidos, para a VI Conferência dos Estados-Parte da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência.

De acordo com informações divulgadas na reunião, as pessoas com deficiência enfrentam risco maior de viver na pobreza do que as pessoas sem deficiência, tanto nos países desenvolvidos quanto naqueles em desenvolvimento.

A Conferência, que vai até 19 de julho, é o maior encontro internacional sobre questões de deficiência e é realizada anualmente para facilitar a troca de experiências e ideias para a implementação da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, aprovada em dezembro de 2006 e em vigor desde 2008.

O tratado obriga os países a assegurarem os direitos humanos a todas as pessoas com deficiência. Ele reconhece que todos são iguais perante a lei e devem ter o mes-

mo acesso à educação, saúde, trabalho, condições de vida adequadas e liberdade de circulação.

“Quando se trata de pessoas com deficiência, a inclusão significa que temos de fazer tudo ao nosso alcance para garantir que elas tenham as mesmas oportunidades de sucesso como todo mundo”, disse o embaixador do Quênia e presidente da Conferência, Macharia Kamau.

A Conferência acontece dois meses antes da Reunião de Alto Nível da Assembleia-Geral sobre a Deficiência e o Desenvolvimento do dia 23 de setembro, que terá como tema “O caminho a seguir: uma agenda de desenvolvimento inclusiva para 2015 e além”.

AVIÃO TERÁ NOVAS REGRAS PARA BEBÊS E DEFICIENTES EM 2014

Fonte: Folha de São Paulo – Ricardo Gallo – 17/07/2013

Uma nova regra de acessibilidade da Anac (Agência Nacional de Aviação Civil) determina que, a partir de janeiro, as companhias aéreas poderão acomodar passageiros prioritários também no fundo do avião – e não só na frente, como ocorre hoje.

Além de deficientes, ela deve afetar idosos e grávidas – que, na prática, costumam ser colocados nesses assentos.

As empresas também terão que providenciar cadeirinhas, berços ou cintos para crianças de colo, caso isso seja solicitado pelos passageiros. Ou então, deixar que os pais usem seus dispositivos. Hoje não há essa obrigação.

Outra mudança: todos os passageiros com necessidade especial que solicitarem ajuda terão obrigatoriamente que ser atendidos, como forma de ampliar o direito dos deficientes. Hoje, a lei admite um limite de dois por voo.

A nova resolução da Anac, divulgada ontem, dá prazo até 12 de janeiro para que as empresas se adaptem. Ela substitui texto de 2007 e vale para voos domésticos. Os passageiros com necessidades especiais terão de avisar a companhia 48 horas antes de o voo sair. A empresa terá que oferecer essa opção na hora da compra.

VENDER LUGAR

O novo texto desobriga as empresas de reservar as três primeiras fileiras do avião para atendimento prioritário.

A regra diz que passageiros com necessidades especiais devem ficar na “dianteira” e na “traseira”, perto das saídas da aeronave. A alegação é que, nos dois casos, as condições de segurança desses usuários são mantidas.

Essa definição vaga sobre “dianteira” e “traseira” (sem detalhar quais filas) se deveu ao fato de haver modelos diversos de avião, diz a Anac.

Esse ponto atende ao interesse das companhias aéreas. Ao ser autorizada a colocar passageiros no fundo do avião, uma empresa aérea pode vender os primeiros assentos, mais espaçosos, por preços maiores. A TAM faz isso se os lugares estão vagos. A Gol também, da segunda à sétima fileira, na ponte aérea.

Os assentos especiais deverão ficar no corredor e ter braços móveis. A lei exigirá que metade dos lugares do avião no corredor tenha braços móveis; atualmente esse índice é menor, 10%.

PROBLEMA À VISTA

Haverá dificuldade no cumprimento de ao menos um ponto da norma: a Anac obrigou aeroportos com mais de 2 milhões de passageiros a ter um *ambulift* – elevador para transportar passageiros até o avião – até dezembro.

O problema é que só quatro dos 19 aeroportos nessa situação têm o equipamento: Cumbica, Congonhas, Galeão e Viracopos. Os demais terão que comprá-lo ou alugá-lo, sob pena de multa de até R\$ 25 mil, ou pedir a extensão do prazo para a agência.

Estatal que administra 14 dos 15 aeroportos sem *ambulift*, a Infraero diz que discutirá que providências tomar.

SOFTWARE AUXILIA ALFABETIZAÇÃO DE CRIANÇAS COM DEFICIÊNCIA INTELECTUAL

A tecnologia foi desenvolvida por pesquisadores da UnB (Universidade de Brasília) e tem sido aprovada pelos professores que utilizam o sistema.

Fonte: UOL Educação – 17/07/2013

O *software* Participar, que auxilia na alfabetização de crianças, jovens e adultos com deficiência intelectual, está disponível nas 650 escolas públicas do Distrito Federal e em todos os Estados do País. A tecnologia foi desenvolvida por pesquisadores da UnB (Universidade de Brasília) e tem sido aprovada pelos professores que utilizam o sistema.

“Foi o Participar que ajudou a minha filha a evoluir bastante”, garante Rosineide Santana de Araújo, mãe de Letícia. A menina de oito anos de idade começou a usar o *software* há menos de seis meses e já apresenta progresso em seu desenvolvimento cognitivo. “Este ano ela deu um salto grande quanto à socialização”, destaca a professora Ângela Vasconcelos, que atua na sala de leitura do Centro de Ensino 35 de Ceilândia.

Letícia foi diagnosticada com deficiência intelectual e, desde muito pequena, apresenta dificuldades para a comunicação. No início do ano, a professora Silvana Souza, da sala de recursos do colégio, apresentou o *software* Participar para a mãe da menina. Rosineide aprovou a utilização da tecnologia na escola e levou o projeto para casa. “Letícia gosta muito. Se deixar ela assiste todo dia”, conta a mãe.

“Antes ela representava as palavras com desenhos”, afirma Silvana. Após os exercícios com o Participar, Letícia entende que para escrever é necessário utilizar letras e que as palavras têm grafias diferentes. “Ela já está partindo para o nível da escrita”, garante a professora. Silvana acredita que a evolução da menina não é resultado apenas da utilização constante do software, mas também da determinação da mãe da criança, que incentiva o processo de aprendizado. “Eu lutei muito pela minha filha”, conta Rosineide.

Desde o início do ano, o programa tem sido utilizado na sala de recursos do Centro de Ensino 35 da Ceilândia. A escola atende 18 estudantes com deficiência intelectual, com idade entre 8 e 15 anos. “O *software* abrange todos os níveis de escrita e todas as dificuldades”, informa a professora Silvana. A iniciativa que deu certo no Brasil agora será exportada para outro continente. “A Divisão Educacional do Ministério das Relações Exteriores está intermediando as negociações para que o *software* seja implantado em escolas de países africanos de língua portuguesa”, conta Wilson Veneziano, coordenador do projeto.

O PROGRAMA

O Participar é um *software* multimídia criado para colaborar no desempenho de crianças, jovens e adultos com deficiência intelectual em fase de alfabetização. O programa apresenta as letras do alfabeto, o som de cada uma delas e exemplos de objetos em que são utilizadas, além de 600 vídeos produzidos pela UnBTV. Também é possível acessar uma série de exercícios, que são apresentados por dois jovens com Síndrome de Down, e ainda um bate-papo simulado.

O projeto teve início com o trabalho de conclusão de curso de Tiago Galvão e Renato Domingues, alunos da Ciência da Computação da UnB, sob a supervisão do professor Wilson Veneziano. O programa fez tanto sucesso que já há previsão de nova versão. “No segundo semestre, lançaremos a versão ampliada do Participar com novas funcionalidades e lições com base em sugestões dos professores usuários”, conta Wilson Veneziano.

A equipe continua trabalhando para o desenvolvimento de *softwares* educacionais. Entre os novos programas estão um direcionado a educandos autistas e outro que atua no ramo da matemática social, “com contribuições para a utilização de dinheiro, leitor de relógio e identificação do número da linha do ônibus”, exemplifica Veneziano.

Para o desenvolvimento dos projetos, a equipe conta com o auxílio da orientadora educacional Maraisa Borges. Ela é especializada em alfabetização de deficientes intelectuais e trabalha na Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal. Interessados em adquirir o *software* Particpar devem enviar pedido para o e-mail projtoparticipar@gmail.com.

APÓS ATUAÇÃO DO MPF/SP, RECEITA E INSS FACILITAM OBTENÇÃO DE ISENÇÃO DE IPI PARA DEFICIENTES

Taxistas também serão beneficiados pela medida, que diminui a burocracia e o tempo para a obtenção do benefício.

Fonte: MPF – 18/07/2013

A pedido do Ministério Público Federal em Campinas (SP), a Receita Federal do Brasil alterou as instruções normativas que regulamentam a obtenção de automóveis por pessoas com deficiência. Agora não é mais necessária a obtenção do documento chamado Declaração de Regularidade de Situação de Contribuinte Individual (DRSCI), fornecido pelo INSS.

As Instruções Normativas RFB nos 1.368 e 1.369, que alteram a norma de não exigir mais o DRSCI, foram publicadas no portal da Receita Federal no último dia 28 de junho. A partir da publicação das normas, basta uma declaração do próprio interessado afirmando que está regular em relação à quitação de tributos e contribuições federais. A verificação é feita pela própria Receita Federal, não havendo mais a necessidade da obtenção do documento junto ao INSS.

A Declaração de Regularidade de Situação do Contribuinte Individual (DRSCI) é utilizada pelos contribuintes individuais do INSS para atestar a regularidade do cadastramento e a quitação de contribuições previdenciárias. É utilizada principalmente por profissionais liberais e taxistas.

A Receita considerava o documento uma certidão que declarava que o cidadão não possuía débitos de impostos federais, equivalente a uma Certidão Negativa de Débito (CND) para que o benefício fosse concedido. Mas quando a pessoa é deficiente, ela é isenta de contribuição e tinha grande dificuldade em conseguir o documento.

O MPF, por meio da atividade de *custos legis* (fiscal da lei), recebe mandados de segurança ajuizados na Justiça Federal para dar parecer. Em 2011, o MPF em Campinas instaurou um inquérito civil público após tomar conhecimento do problema por meio de mandados de segurança impetrados na Justiça Federal por pessoas com deficiência contra a Receita Federal em virtude de não obtenção do documento.

Para o Procurador da República Edilson Vitorelli Diniz Lima, responsável pelo inquérito, a Receita Federal trabalhava com o pressuposto de que a DRSCI era equivalente a uma CND, e que através do documento poderia comprovar a existência ou não de débitos com a União, mas a própria Receita reconheceu que o documento não fornecia esse tipo de informação, que deve ser conseguida por outros meios pelo órgão.

Outro benefício da atuação do Ministério Público Federal foi a redução do número de pessoas que buscam atendimento no INSS, responsável pela emissão da DRSCI. Com a dispensa do documento, a Previdência terá mais disponibilidade para atender aos segurados e dependentes que necessitam de outros serviços. “Desse modo, garantimos não apenas mais facilidades para que deficientes e taxistas obtenham seus direitos, como também a qualidade do serviço público, eliminando uma burocracia desnecessária e onerosa para o cidadão”, explica Vitorelli.

A atuação do Ministério Público Federal não demandou qualquer medida judicial, o

que, na visão do Procurador da República, demonstra de modo bem característico como a atuação do Ministério Público Federal pode contribuir para abrir os canais de comunicação entre os órgãos públicos envolvidos, obtendo a solução do problema pelo consenso, sem a necessidade de medidas compulsórias.

ANAC ESTABELECE DESCONTO PARA ACOMPANHANTE DE DEFICIENTE EM VOO

Regra vale para pessoas que não consigam deixar avião em emergências. Norma integra nova resolução sobre acessibilidade no transporte aéreo.

Fonte: Deficiente Ciente – Reportagem postada por Vera Garcia – 18/07/2013

A Agência Nacional de Aviação Civil (Anac) publicou nesta terça-feira (16/7) novas regras sobre o acesso ao transporte aéreo de passageiros com necessidade de assistência especial.

A resolução nº 280/2013 abrange não só pessoas com deficiência, mas idosos com 60 anos ou mais, gestantes, lactantes, pessoas acompanhadas por criança de colo ou qualquer pessoa que tenha limitação na sua autonomia.

Uma das principais medidas da nova norma é o estabelecimento de um desconto mínimo de 80% na passagem do acompanhante de passageiros que “não possam realizar sozinhos os procedimentos para abandono de aeronave em caso de emergência”.

Isso se aplica, segundo a resolução, a pessoas que viajem em maca ou crianças em incubadora, que não possam atender às suas necessidades fisiológicas sem assistência ou que, “em virtude de impedimento de natureza mental ou intelectual”, não possam compreender as instruções de segurança de voo.

O acompanhante deve obrigatoriamente viajar na mesma classe do passageiro, na cadeira ao lado. A companhia também pode providenciar um comissário como acompanhante.

A nova resolução também proíbe as companhias aéreas de limitarem a quantidade de passageiros com necessidades especiais nos voos. Pela norma anterior, elas podiam fazer essa limitação em alguns casos, como em “situações que afetem a segurança de voo”.

O passageiro deve informar à empresa as assistências especiais que forem necessárias no momento da compra do bilhete, com antecedência mínima de 48 horas antes da partida do voo para casos gerais e 72 horas nos casos em que é necessário acompanhante.

MAIS MUDANÇAS

Outra medida da nova resolução é que as empresas aéreas ampliem de 10% para 50% o número de assentos de corredor com braços móveis em aeronaves com 30 assentos ou mais, para facilitar a acomodação de pessoas com necessidades especiais. Esses assentos com braços móveis têm que ficar nas partes dianteira e traseira da aeronave, o mais próximo possível das saídas.

A Anac também transferiu das companhias aéreas para o operador aeroportuário a responsabilidade pelos equipamentos usados na locomoção do passageiro com deficiência dentro do aeroporto, como aparelhos de ascenso e descenso ou rampas. A empresa aérea continua responsável pelo embarque e desembarque do passageiro, mas elas poderão usar os equipamentos disponíveis no aeroporto. Segundo a Anac, as mudanças propostas estão em sintonia com as disposições da Política Nacional para a Integração da Pessoa com Deficiência e irão melhorar o atendimento a esses passageiros.

O novo regulamento passou por audiência pública em 2012 e entra em vigor em 180 dias.

PROFESSOR E ALUNO DO CE CRIAM EQUIPAMENTO DE LEITURA PARA CEGOS

Duzentas unidades foram vendidas.

Fonte: Portal Nacional de Tecnologia Assistiva – 18/07/2013

Um equipamento desenvolvido por cearenses possibilita a leitura de documentos impressos ou digitalizados, utilizando *Braille*. O PorTáctil já está em uso há um ano.

A ferramenta é acoplada a um *tablet* ou *laptop* e funciona como um *mouse* comum. Porém, em vez de ter uma barra de rolagem, usa as três selas, que vão mudando as letras *Braille* de acordo com o que o usuário está escrevendo e acompanhado por uma voz guia. Esse projeto faz parte de uma iniciativa do professor Elias Teodoro Silva e do aluno Heyde Leão, do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará (IFCE).

Em 2010, o projeto recebeu o primeiro investimento, no valor de R\$ 180 mil e saiu do papel. No ano seguinte, com o apoio do Ministério da Educação, o PorTáctil deixou de ser um protótipo e passou a ser vendido em escala industrial. Até agora, 200 equipamentos foram comprados por um estado vizinho, que não pode ser revelado por questões contratuais. Nos próximos meses, outros 500 vão ser entregues.

O equipamento passa por constantes modificações, contribuídas por voluntários como Martonio Torres. “É um equipamento que requer muita atualização, como toda tecnologia”, afirma o voluntário.

O PorTáctil está em uso há um ano e é o equipamento mais barato do mercado. O programa abre a possibilidade de comunicação em *Braille* dentro do universo digital. “O livro *Braille* é grande, é muito extenso. Com um portátil desses eu posso ter centenas de livros armazenados no *tablet* e ainda posso ler de duas maneiras: ou *Braille* ou com dispositivo de voz”, afirma Martonio.

Esse avanço traz benefícios, mas não apenas econômicos. Os livros disponibilizados em *Braille* possibilitam o aprendizado, tanto da leitura quanto da escrita, de pessoas com deficiência visual da mesma maneira que proporciona a pessoas que veem. “Se você só ouve textos, você não sabe como escreve as palavras. Com o *Braille*, ele tem essa capacidade”, conta o professor Elias.

ALUNO COM PARALISIA CEREBRAL É FINALISTA NA OLIMPÍADA DE MATEMÁTICA

Arthur Dantas, de 11 anos, é aluno de escola inclusiva em Itanhaém, SP. Garoto fez pedido inusitado para a disputa: um prato de panquecas.

Fonte: Deficiente Ciente – Reportagem postada por Vera Garcia – 19/07/2013



Garoto conta com a torcida de colegas de classe para a prova. (Foto: Divulgação / Prefeitura de Itanhaém)

Um estudante da cidade de Itanhaém, no litoral de São Paulo, virou exemplo de superação perante os colegas de classe. Aluno do 6º ano de uma escola municipal, Arthur Gabriel dos Santos Dantas, de 11 anos, tem paralisia cerebral e vai representar a escola na última etapa da Olimpíada Brasileira de Matemática das Escolas Públicas (OBMEP), que será realizada em setembro.

O garoto não se comunica pela fala e tem dificuldade de locomoção, porém, a capacidade intelectual é muito desenvolvida. Na escola inclusiva, ele conta com o auxílio de uma estagiária e se comunica digitando mensagens pelo computador. Ele é o primeiro estudante de Itanhaém com paralisia cerebral a disputar a final da Olimpíada.

Para a mãe do garoto, Valéria dos Santos Silva, a novidade foi recebida com muito orgulho pelos familiares. “Fiquei muito feliz. Poucos passaram e ele é o único deficiente da cidade. Estou muito orgulhosa. A família toda está apoiando e tem uma torcida boa. Ele também está muito feliz, fica do meu lado dando risada”, comemora a mãe do garoto.

Ela conta que ele sempre foi bom aluno, gosta de estudar e sua disciplina favorita é a matemática. E que até já decidiu o que quer ser quando crescer. “Na primeira série dele começamos a perceber que ele iria longe. Ele é apaixonado por astronomia, adora estudar planetas e estrelas. O sonho dele é ser astrônomo. No que depender de mim, ele vai realizar este sonho”, conta.

Arthur é um aluno muito disciplinado. A mãe conta que ele estuda, faz natação e é fanático pelo Corinthians e que não perde um jogo. Mas, quando precisa faltar na aula para ir ao médico, o garoto fica chateado. “A paralisia cerebral foi adquirida depois do nascimento e, por isso, a capacidade intelectual dele é muito boa. Ele não gosta de faltar, é muito disciplinado e querido por todos na escola”, afirma Valéria.

A prova da Olimpíada de Matemática será realizada no dia 14 de setembro e Arthur já conta com a torcida da família, dos professores e dos colegas de classe. “Estamos todos ansiosos e na torcida. Ele conta com o apoio de toda a família e da escola também. No dia da prova, a estagiária vai acompanhá-lo, mas ele me pediu algo inusitado para levar na hora da prova, que é o seu prato predileto: panquecas”, brinca a mãe de Arthur.

EU, LEITORA: “SOU TETRAPLÉGICA E TIVE UMA FILHA DE PARTO NORMAL”

A gaúcha Débora de Aranha Haupt, 32 anos, sofreu um acidente de moto com o marido quando ia para a aula de inglês. Ele cortou o joelho, ela ficou tetraplégica. Com o tempo, Débora recuperou parte dos movimentos dos braços e decidiu que, mesmo presa a uma cadeira de rodas, não abdicaria do sonho da maternidade. Seis anos e vários tratamentos depois, ela deu à luz Manuela, que completou um ano no último mês de janeiro.

Fonte: *Marie Claire* – por depoimento a Ana Becker – 22/07/2013



Debora com a filha Manuela, de 1 ano. (Foto: Arquivo pessoal)

Conheci o amor da minha vida dançando. Durante cinco anos, Jair e eu viajamos pelo Rio Grande do Sul participando de concursos de dança tradicional gaúcha. Tinha 17 anos quando me apaixonei por ele. Eu trabalhava muito. Em Farroupilha, durante o dia, ajudava meus pais com o negócio deles e, à noite, dava aulas de espanhol em uma escola de Bento Gonçalves, cidade vizinha. Naquela época, ainda não tinha formação universitária, mas era ótima professora. Comecei meio sem querer, mas logo percebi que ensinar me realizava. Quando fui convidada a lecionar espanhol em tempo integral, aceitei imediatamente. Eu tinha 26 anos e já estava casada com o Jair há três. Tinha certeza de que minha carreira iria decolar. De cara, me tornei professora de 11 turmas. Dava aulas de manhã, à tarde e à noite todos os dias, e às sextas-feiras, ia para a escola aprender inglês. Mas essa rotina durou apenas um mês.

Jair e eu marcamos uma viagem de final de semana. Como em outras sextas-feiras, ele me daria carona até a escola para a aula de inglês. De lá, sairíamos para encontrar uns amigos e seguir viagem. Por isso, nossa moto estava abarrotada de mochilas e ele dirigia devagar. Perto das 5h da tarde do dia 25 de agosto de 2006, saímos da nossa casa e pegamos a estrada para percorrer os conhecidos 20 e poucos quilômetros que separam Farroupilha, onde morávamos, de Bento Gonçalves, onde eu trabalhava e estudava. O dia estava lindo. Logo à nossa frente, dois carros esperavam, um ao lado do outro, para cruzar a estrada por onde seguíamos. O primeiro arrancou para atravessar a via, mas nos viu e parou a tempo. O motorista do segundo carro fez quase o mesmo. Só que ele não nos viu. E não parou.

O ACIDENTE

Fui arremessada e, como um mergulhador que bate a cabeça no fundo do lago, bati com força no asfalto. Meu capacete resistiu, mas sabia que algo sério tinha acontecido. Não senti nada. Pior: percebia que não sentia nada. Do pescoço para baixo, meu corpo parecia estar preso num sono profundo. Não perdi a consciência. Tive medo. Vi o socorro chegar. Vi o hospital. Vi os médicos e senti, por fim, que estava salva. Mas não senti quando uma agulha alfinetou os meus pés. Nem as minhas pernas. Nem a minha barriga. Nem os meus braços. O diagnóstico era conclusivo: fiquei tetraplégica. De tão ciente da gravidade do meu estado, meu único alívio era não correr o risco de morrer, que eu corria sem saber. Uma cirurgia deveria implantar réplicas de titânio nas três vértebras que a tragédia tirou de mim. Fui submetida à primeira operação dois dias após o acidente. E a segunda ficou para a semana seguinte, a mesma em que meu pai foi diagnosticado com câncer.

Não era fácil admitir que eu não podia mexer um só dedo. Não era fácil ter alguém escovando meus dentes, me dando comida na boca. Mas nunca me entreguei. Durante os dias em que fiquei entubada, não conseguia falar, mas ria. Ria porque sabia que a minha vontade de viver era tão importante para a minha recuperação quanto à medicina que me salvou do acidente. Foram 45 dias de hospitalização: 30 na UTI e 15 no quarto. Nos primeiros dias do pós-operatório, tive uma surpresa maravilhosa. O inchaço do trauma e das cirurgias começou a diminuir, e eu recuperei parte do movimento dos meus braços. Até hoje, a minha mobilidade é a mesma. Sensibilidade total, só dos ombros para cima. Consigo segurar uma xícara, mas não mexo as mãos, que ficam o tempo todo quase fechadas.

Enquanto estava sob tratamento intensivo, tive três pneumonias. Essa inflamação respiratória e a lesão na medula deixaram parte de um dos meus pulmões seriamente debilitada. De acordo com os médicos, essa porção quase morta teria de ser retirada cirurgicamente. De novo, não me entreguei. Com ajuda de fisioterapia, fiz meus pulmões renascerem, voltarem ao normal sem cirurgia.

A UTI se transformou na minha residência naquele mês de internação, entre agosto e setembro de 2006. Tanto que chorei com as enfermeiras quando recebi alta para o quarto. Depois dos últimos 15 dias no hospital, iria finalmente voltar para a minha casa. Mas não estava pronta para voltar para o meu quarto. Havia escadas entre nós. Até que pudéssemos adaptar os ambientes, o que consegui fazer graças a uma herança deixada por meu avô, voltei a morar com os meus pais. Infelizmente, o que me esperava lá estava longe de ser um alívio. Debilitado por causa do tratamento contra o câncer, meu pai, assim como eu, estava preso a uma cadeira de rodas. Dependíamos da minha mãe e do meu marido para tudo e nenhum de nós sabia como lidar com a situação. Era muito difícil, mas tentávamos deixar tudo mais leve, ríamos juntos da nossa tragédia.

Quatro meses depois do acidente, fui pela primeira vez a Brasília, onde comecei

um tratamento na Rede Sarah, que oferece reabilitação totalmente gratuita. Lá, com instrumentos adaptados às minhas mãos, reaprendi a escovar os dentes, a pentear meu cabelo, a comer sozinha. Nunca tinha segurado um pincel, mas até a pintar, eu aprendi. Com um apoio enorme do Jair — que do acidente só ganhou um corte no joelho —, da minha família, da dele e da equipe do hospital, fui encaixando a minha vida nos eixos da minha cadeira de rodas. Seis semanas depois, voltei para a minha casa. Só não digo que voltei a ser a Débora de sempre porque, no fundo, nunca deixei de ser quem eu era.

DANÇAR E LIBERTAR

Claro que não é possível ter uma mudança de vida como a minha sem sentir por tudo que não se pode mais fazer. Eu amava dançar. Até que fui a uma festa de casamento e vi todo mundo feliz, dançando, e fiquei arrasada. Mas lembrei do que uma psicóloga do Sarah me disse. Ela me fez prometer que, na primeira vez que sentisse vontade de dançar, eu dançaria. Olhei para a pista e pensei: "Quer saber? Vou lá!". Foi a minha libertação. Dancei como pude, sentada, mas dancei. E nunca mais deixei de me divertir só porque tinha que dançar sobre a cadeira. Seis meses depois daquela sexta-feira, eu estava de volta às aulas ensinando espanhol. Foi nessa época que perdi meu pai. No fim das contas, o meu acidente e a doença dele nos colocaram de volta na mesma casa, e ganhamos de presente a convivência diária nos últimos meses da vida dele.

Fui professora por mais um ano e meio e, durante esse período, resolvi fazer faculdade. Prestei vestibular em duas universidades. Passei em ambas e optei pela que oferecia ensino à distância. Com as adaptações desenvolvidas em Brasília, consegui usar o computador, o que tornou possível conquistar o meu diploma em Letras. Mas dar aulas já não me realizava mais. Não conseguia escrever no quadro com a mesma agilidade nem solucionar as dúvidas dos alunos como fazia antes, e isso me frustrava. A ideia não era voltar a trabalhar só para me sentir útil. Meu plano era ser feliz. E fazer o meu marido feliz também.

Jair e eu fomos um casal desde muito cedo, passamos uma vida juntos, aprendendo juntos. A questão sexual sempre me preocupou. Nós tivemos que nos conhecer de novo, começar do zero. No Sarah, existe um programa de reeducação sexual. A troca de experiências é muito importante. Na minha primeira reunião, uma das meninas comentou que a vida sexual dela tinha melhorado muito depois da lesão medular. E eu que, seis meses depois do acidente, ainda não tinha transado, era só ouvidos. Em seguida, resolvi testar a teoria. A primeira vez foi complicada, porque nenhum de nós sabia exatamente o que fazer. Eu não sabia o que ia sentir e tinha medo de não sentir nada, de ficar inerte. Mas foi maravilhoso. Vi que era possível sentir prazer e fazer o meu marido feliz. Nós só precisaríamos de calma para descobrir exatamente como. A comparação entre as sensações de antes e depois é inevitável, mas é parte de um processo de aprendizagem, como em qualquer relacionamento. Hoje, nós dois sabemos que, por mais incrível que pareça, um dos lugares onde eu mais tenho sensibilidade é justamente na nuca, no local da minha lesão.

As pessoas acham que cadeirantes não têm vida sexual e esquecem que eu, por exemplo, tenho um casamento de nove anos. O Jair me surpreende todos os dias. Seria um horror se ele me abandonasse, mas nunca deixei de falar sobre as nossas dificuldades por medo de correr esse risco. Jamais admitiria que ele continuasse comigo por pena. Cheguei a ter medo que ele se sentisse culpado pelo acidente, mas isso não aconteceu. Não temos sequelas psicológicas, pois não tínhamos como evitar o acidente. Quero que ele esteja do meu lado sempre. Existem algumas dificuldades, mas existem outras graças. Garanto que poucas pessoas sabem como é fazer sexo numa cadeira de rodas. É só ter criatividade. Chegaram a perguntar se a minha gravidez foi resultado de inseminação artificial. Lógico que não. Fazer a Manu foi uma delícia!

Preparei-me psicologicamente durante dois anos para a gravidez. Para uma mãe, saber que não poderá atender todas as necessidades de um filho dói muito. Voltei ao Sarah para buscar orientação e, como acompanhamento de uma médica especialista em gravidez de alto risco, começamos as tentativas para ter um bebê em dezembro de 2010.

Em abril, quando já estávamos acostumados com as negativas, alguns amigos nos convidaram para fazer uma viagem a Las Vegas dali a algum tempo. Acharmos uma boa ideia. Mas a minha menstruação atrasou. Fiz os cálculos e, caso estivesse

grávida, iria para Las Vegas com uma barriga de cinco meses. Preferi esperar para ter certeza da gravidez antes de comprar as passagens. Pedi para o Jair comprar um teste de gravidez. Deu positivo. Quando contamos aos amigos que não viajaríamos, foi uma festa. Todos sabiam o motivo. Nunca um cancelamento foi tão comemorado como aquele. Recebi o diploma universitário exibindo a minha barriga.

A gravidez foi muito tranquila. Normalmente, as gestantes como eu fazem cesariana com anestesia geral. Eu, que passei pelo horror do meu acidente sem perder um segundo de consciência, não admitiria dormir no nascimento da minha filha. Os médicos pesquisaram e concluíram que eu poderia tê-la de parto normal. Mas as dores preocupavam. Não é porque não sinto dor que ela deixa de existir – o fenômeno chama-se disreflexia. Quando tenho uma dor de estômago, não sinto o incômodo localizado, mas posso ter calafrios ou dor de cabeça, por exemplo. É esse tipo de sensação que me avisa quando algo não está bem no meu corpo. Por isso, mesmo não tendo sensibilidade, o parto da Manu foi com analgesia. As contrações vieram em forma de arrepios. Deve ter sido o parto mais tranquilo de todos os tempos. A sala estava à meia luz, uma música clássica tocava baixinho. O engraçado é que era eu quem dizia para a enfermeira: “Força, Karen, força!”, porque quem fazia o esforço todo era ela, empurrando a minha barriga a cada contração. Todo mundo chorou quando a Manuela nasceu no dia 10 de janeiro de 2012. Foi lindo.

Com a Manu, desde sempre, foi incrível. No início, vivi momentos de pavor. Não conseguia acalmar a minha própria filha. Toda mãe sente insegurança, mas acho que senti mais. Isso porque tinha que delegar a outras pessoas muitos cuidados. Mas sabia que seria assim. Amamenteei tranquilamente, mas precisava de alguém do meu lado o tempo todo. Chorei, tive medo e não posso negar que, às vezes, fico triste pelo que não posso fazer por ela. Mas todo o resto que consigo fazer é tão bom e tão maior... Todos os dias descubro formas de estar mais perto da minha filha. Não troco fraldas, não consigo dar banho. As minhas mãos nesses momentos são as do Jair ou as da Vera, a babá, mas estou sempre ao lado. Consigo dar mamadeira, brinco com ela.

UMA MATERNIDADE ESPECIAL

A Manu se acostumou a brincar comigo sem estar no meu colo. Coloco-a sobre a mesa e beijo, abraço, aperto. A Manu já bate palmas com as mãozinhas fechadas, como as minhas, que não consigo mais abrir. Parece que ela sabe. Se o Jair chega perto dela, estica os braços e pede colo, pede para sair do berço. Comigo, não. Ela pode até reclamar que cansou da brincadeira, mas não me pede o que não posso dar. E fica louca com a minha cadeira! É lindo ver que a Manu escuta, reconhece o barulho do motor da cadeira e sabe quando estou chegando. Sei que o que ficou do acidente é para o resto da minha vida. E também que, independentemente de quem seja, sempre vou precisar de alguém ao meu lado. No meio da noite, se estiver em uma posição desconfortável, vou precisar acordar o Jair e pedir: “Amor, me vira?”. E ele vai estar ali para me virar. Sempre fomos muito unidos, mas hoje nossa ligação aumentou. Quando a Manu crescer mais um pouco, vou fazer uma pós-graduação e voltar a trabalhar. Mas, agora, o que eu mais quero é ver a minha filha caminhando para mim, correndo em direção à minha cadeira, subindo nela e dançando com a gente.

LIVRO “O PROFESSOR E A EDUCAÇÃO INCLUSIVA: FORMAÇÃO, PRÁTICAS E LUGARES” DISPONIBILIZADO PARA DOWNLOAD

A Editora da Universidade Federal da Bahia (EDUFBA) disponibilizou o livro para *download* gratuito.

Fonte: *Site Galvão Filho.net* – 22/07/2013

A Editora da Universidade Federal da Bahia - EDUFBA já disponibilizou, para *download* gratuito, o livro “O professor e a educação inclusiva: formação, práticas e lugares”, organizado por Theresinha Guimarães Miranda e Teófilo Alves Galvão Filho, cujo lançamento ocorreu durante o V Congresso Brasileiro de Educação Especial, realizado na Universidade Federal de São Carlos - UFSCar, em São Carlos, São Paulo.

Baixe gratuitamente o livro [aqui](#).

START-UP ISRAELENSE CRIA CÂMERA QUE LÊ PARA DEFICIENTES VISUAIS

Fonte: Folha de São Paulo – John Markoff do *New York Times* – 23/07/2013

A israelense Liat Negrin, deficiente visual desde a infância, entrou recentemente em uma mercearia, pegou uma lata de legumes e leu seu rótulo usando uma câmera simples e discreta acoplada aos seus óculos.

Negrin, que tem coloboma, má-formação de nascença que perfura a estrutura do olho e afeta cerca de uma em cada 10 mil pessoas, é funcionária da OrCam, *start-up* israelense que desenvolveu um sistema com câmera destinado a permitir que deficientes visuais se desloquem livremente e “leiam” com facilidade.

O aparelho da OrCam consiste em uma pequena câmera usada de forma semelhante ao *Google Glass*, conectada por um fino cabo a um computador portátil projetado para caber no bolso do usuário. O sistema fica preso com a ajuda de um pequeno ímã aos óculos do usuário e emprega um alto-falante de condução óssea para descrever em alto e bom som as palavras ou objetos apontados.

Para reconhecer um objeto ou texto, o usuário simplesmente aponta para ele com o dedo, e o aparelho interpreta a cena.

O sistema reconhece um conjunto pré-definido de objetos e permite que o usuário amplie seu acervo --incluindo, por exemplo, o texto de um rótulo ou *outdoor*, um semáforo ou uma placa de rua-- simplesmente acenando com a mão, ou com o próprio objeto, no campo de visão da câmera.

Até agora, assistentes de leitura para cegos e outros deficientes visuais eram aparelhos desajeitados, capazes de reconhecer textos só em ambientes restritos, ou, mais recentemente, aplicativos para *smartphones*, com capacidade limitada.

PROJETO INOVADOR TRANSFORMA ESCADA EM RAMPA PARA AJUDAR CADEIRANTES

É de ideias como essa que precisamos para tornar a sociedade realmente igualitária.

Fonte: *Hypness* – 23/07/2013

O *designer* Chan Wen Jie criou o projeto *Convertible*, que consiste em um lance de escadas funcionais que se transforma em rampa para cadeirantes, bastando para isso apertar uma alavanca. Um conceito *user-friendly* é essencial para quem tem dificuldades de mobilidade.

O equipamento foi ainda projetado para um baixo custo de construção, de fácil instalação e manutenção mínima, o que o torna ainda mais sustentável. Para a escada virar rampa basta pisar uma alavanca logo no primeiro degrau, que ela transforma todo o lance de escadas em um declive. O único problema é mesmo a alta inclinação, que exige um pouco de força nas subidas.

Ainda assim, adoramos a ideia, e achamos que ela poderia muito bem ser trazida aqui para o Brasil para ajudar na mobilidade de deficientes físicos que vivem em cidades totalmente despreparadas para acolhê-los – veja nas fotos abaixo:



MICROSOFT PREPARA APARELHO QUE AJUDA DEFICIENTE VISUAL A PERCEBER ATÉ CORES DE SEMÁFORO

Com uma combinação de um *software* próprio e um sensor 3D similar ao da câmera *Kinect*, a *Microsoft* pode fazer deficientes visuais enxergarem.

Fonte: Bahia Notícias – 23/07/2013

Ainda em fase de construção, o aparelho, construído pela *startup* russa Oriense, obtém e traduz dados em tempo real. Obstáculos, cor de semáforos e preços impressos em produtos, podem ser captados e reconhecidos por meio de “beeps”. Depois são transformados em falas. Quando pronto, o dispositivo pode chegar ao Brasil e deve ser vendido por US\$ 1 mil no varejo, segundo cálculos do CEO da companhia, *Vitaliy Kitaev*. De acordo com a empresa, os interessados também vão poder alugar o aparelho, que deve ser negociado a um custo entre US\$ 30 e US\$ 50.

BRASILEIROS CRIAM ROBÔ DE TELEPRESEÇA PARA DEFICIENTES

Quem nunca desejou estar em dois lugares ao mesmo tempo? Essa cena parece futurista, mas engenheiros da computação formados pela Universidade São Judas Tadeu provavam que isso é possível.

Fonte: Portal Guandu – 25/07/2013

Em 2011, Igor Radames, Fernando Rego, Fernando Sardinha, Felipe Martino e Rafael Alvares criaram o *BuddyBot* como trabalho de conclusão de curso. O robô permite, por meio da telepresença, interagir com pessoas e lugares a distância.

O principal objetivo do grupo com o *BuddyBot* é oferecer às pessoas com mobilidade restrita uma oportunidade de interação social por um preço baixo. Só no Brasil, existem 13,2 milhões de pessoas com dificuldades motoras. Isso equivale a 7% da população. Dessas pessoas, apenas 932 mil frequentam escolas, de acordo com dados do Censo 2010 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Segundo Igor Radames, o diferencial do projeto é justamente tornar mais acessível esta ferramenta no país. “Usamos tecnologias livres e o usuário não precisa instalar nada ou dispor de uma infraestrutura específica. Qualquer pessoa no mundo pode usar. Basta ter acesso à *internet*”.

Isso fez com que o valor final do protótipo ficasse em 4,5 mil reais. Esse valor é bem diferente dos robôs vendidos nos Estados Unidos, por exemplo, onde é possível comprar uma máquina por 10 mil dólares. Alguns robôs mais sofisticados usados na área médica são alugados por 5 mil dólares por mês.

O usuário pode controlar o robô remotamente ao acessar o *site* criado pelo grupo e usar as setas do teclado. A imagem e o som são captados e transmitidos em tempo real por meio de conexão *Wi-Fi* ou 3G. O carregamento da bateria é feito em uma tomada comum.

Rafael Alvares afirmou que o grupo pretende, agora, fazer melhorias no robô, como colocar sensores para evitar colisões com pessoas e obstáculos e instalar câmeras para captar uma visão mais ampla do ambiente. Os engenheiros também cogitam a possibilidade do robô se encaixar automaticamente a uma estação de carregamento quando a bateria estiver fraca.

Não é de hoje que este conceito vem ganhando espaço no mercado e cada dia mais na América Latina, que registrou o segundo maior crescimento regional no quarto trimestre de 2012, com alta de 8,8% em relação a 2011, segundo estudo da IDC.

Para o professor da USJT Píer Ricchetti, que sugeriu o tema do trabalho, a telepresença está se tornando cada vez mais comum no cenário tecnológico atual porque possibilita ao usuário a liberdade de estar virtualmente em qualquer lugar, com controle de ações e movimentos.

CASAMENTO DE UM CASAL COM SÍNDROME DE DOWN

Fonte: Deficiente Ciente – Reportagem postada por Vera Garcia – 26/07/2013



Hosana Gabriela e Dudu

Hosana Gabriela e Dudu, que estão juntos há dois anos têm Síndrome de Down. Mesmo com todas as dificuldades, eles decidiram uma coisa simples: querem ser felizes juntos.

Hosana e Dudu se conheceram na APAE (Associação Pais e Amigos dos Excepcionais) de Búzios (RJ). Ele diz que se apaixonou no momento em que a viu pela primeira vez. No entanto, ela não percebeu seu interesse e começou a namorar outro rapaz. O romance durou pouco e, quando Dudu soube, ligou para Hosana perguntando se poderia visitá-la. Os dois acabaram se tornando grandes amigos e, com o tempo, namorados. Eles estão noivos e prestes a subir ao altar.

ALAN FONTELES VENCE OS 400 M E CHEGA AO 3º OURO NO MUNDIAL PARALÍMPICO

Fonte: UOL Esporte Atletismo – 26/07/2013



Alan Fonteles acumula vitórias nos 100, 200 e 400 metros no mundial disputado em Lyon.

O brasileiro Alan Fonteles vai se afirmando como o grande nome do atletismo paralímpico na atualidade. Nesta sexta-feira, o paraense de 20 anos ganhou sua terceira medalha de ouro no Mundial de Lyon, ao vencer os 400 m da categoria T44 (amputados).

Fonteles venceu com o tempo de 48s58, na primeira vez que consegue correr abaixo de 50 segundos. Desta forma, o brasileiro estabeleceu o novo recorde da competição, tirando mais esta marca do sul-africano Oscar Pistorius. Dois atletas dos Estados Unidos completaram o pódio: Blake Leeper foi o segundo e David Prince, o terceiro.

“Fiquei muito surpreso com a prova de hoje. Particpei como intruso. Não treino os 400m e, mesmo assim, consegui ganhar. Essa prova é muito dura, dolorida e, hoje, graças a Deus, eu sou o campeão do mundo”, comentou Alan. “Vou conversar com meu treinador para que, em 2015, eu possa voltar a treinar para esta prova, apesar das minhas favoritas serem os 100m e os 200m”, afirmou.

Antes dos 400 m, Fonteles já havia conseguido duas façanhas no Mundial Paralímpico de Lyon, na França. A primeira delas, no final de semana, foi o ouro com o recorde mundial nos 200 m, com 20s66. Na terça, o brasileiro também venceu os 100 m.

A jovem estrela da delegação brasileira pode aumentar sua coleção de medalhas no Mundial Paralímpico neste sábado, quando volta à pista para a disputa do revezamento 4x100 m, classe T42-46.

BRASIL CONQUISTA 3º LUGAR GERAL NO MUNDIAL DE ATLETISMO PARALÍMPICO

Inicialmente querendo terminar em quinto lugar, o Brasil acabou lutando medalha por medalha com os Estados Unidos e terminou no terceiro lugar do quadro geral do Campeonato Mundial de Atletismo Paralímpico, que chegou ao fim neste domingo, em Lyon (França). No total, a delegação brasileira, de 35 atletas, conquistou 40 medalhas, sendo 16 de ouro, 10 de prata e 14 de bronze.

Fonte: Vermelho.org.br – 29/07/2013



“O objetivo, realmente, era ter uma campanha superior. Mas, o mais importante, foi a revelação de jovens talentos, que já chegaram com boas atuações, e quantidade de atletas conseguindo medalhas. Isso mostra que estamos no caminho certo. Para começo de ciclo, é fundamental”, analisou o presidente do Comitê Paralímpico Brasileiro (CPB), Andrew Parsons.

Dos 35 atletas da delegação brasileira, 24 conquistaram medalhas, o que representa 68% do grupo. Além dos pódios esperados de nomes consagrados como Terezinha Guilhermina (três ouros), Alan Fonteles (três ouros) e Yohansson Nascimento (um ouro, uma prata e um bronze), talentos já consolidados renasceram e outros surgiram, garantindo a renovação da seleção brasileira de atletismo.

Lucas Prado e Odair Santos superaram graves lesões que os incomodaram em Londres-2012 e voltaram a exibir bons resultados. O velocista Prado, prata nas Paralimpíadas do ano passado, conseguiu voltar a vencer e levou dois ouros. Já o fundista Odair se consagrou, com três primeiros lugares.

Representando a nova geração, a paulista Verônica Hipólito, 17 anos, foi praticamente impecável no primeiro mundial da carreira. Conquistou um ouro nos 200m e uma prata nos 100m, com recorde mundial, que depois foi superado.

A paranaense Lorena Spoladore, 17 anos, levou um ouro no salto em distância para cegos total, prova em que o Brasil ainda não tinha grandes medalhistas. Destaque também para os jovens Alex Pires, 23 (duas pratas e um bronze) e Yeltsin Jacques, 20 (uma prata e um bronze).

“Tivemos uma variação de medalhas e atletas. Hoje, temos atletas muito bons em várias provas. Não dependemos só de um. Antigamente, se alguém se machucava, ficávamos preocupados pensando no que seria. Agora, não. Temos jovens talentos medalhando, estrelas consolidadas em alta...”, afirmou Ciro Winckler,

coordenador de atletismo paralímpico brasileiro. “Mundial é importante, mas a maior cobrança será nos Jogos do Rio de Janeiro, em 2016. A meta é ficar em quinto geral no atletismo, o que seria a melhor campanha da história do Brasil na modalidade”, disse. Em Londres-2012, o Brasil terminou em sétimo no atletismo.

INCENTIVO

A preparação dos brasileiros para o Mundial foi custeada por um convênio entre o Comitê Paralímpico Brasileiro (CPB) e o Ministério do Esporte no valor de aproximadamente R\$ 39,4 milhões. O repasse é o maior já realizado entre a entidade e a pasta, e tem como objetivo investir em treinamento de alto nível e na preparação de 16 modalidades visando aos resultados nos Jogos Paralímpicos Rio 2016.

Para o novo ciclo olímpico, que começou oficialmente com este Mundial de Atletismo, em Lyon, serão investidos cerca de R\$ 100 milhões anuais. “Se compararmos com os outros Comitês, nosso orçamento está bastante alto. Vamos dar aos nossos atletas a melhor condição possível”, comentou Andrew Parsons.

O maior legado dos próximos anos do CPB será a construção do centro de treinamento paralímpico em São Paulo, que irá abrigar desde dormitórios, até estrutura para o treinamento e competição de quinze modalidades. “A ideia é que fique pronto em 2014 e, em 2015, já possamos operar lá dentro. Vamos fazer a reta final da preparação brasileira para os Jogos do Rio de Janeiro-2016 lá”, afirmou o presidente do CPB.

Dentre os brasileiros em Lyon, 25 participaram dos Jogos de Londres-2012, e 15 disputaram a última edição do Mundial, em 2011, em *Christchurch*, na Nova Zelândia. Este foi o maior Mundial de Atletismo organizado pelo Comitê Paralímpico Internacional (IPC na sigla em inglês). Cerca de 1300 atletas, de quase 100 países, participaram de 207 provas na competição.

PAI FAZ FACULDADE PARA AJUDAR FILHO COM PARALISIA SE FORMAR

A lista de sacrifícios de um pai pode ser interminável quando o que se está em jogo é a felicidade de um filho.

Fonte: Terra – 29/07/2013

Essa máxima foi comprovada e sentida na pele por Manuel Joaquim Condez, de São Paulo, que dedicou quatro anos de sua aposentadoria para acompanhar o filho Marco Aurélio Condez em todas as aulas da faculdade e fazê-lo realizar o grande sonho de se tornar jornalista.

Nascido em julho de 1986 com paralisia cerebral, Marco Aurélio nunca se abateu com a limitação imposta pela vida. Por isso, mesmo com um quadro delicado que lhe deixou como seqüela a disfunção dos braços e das pernas, ingressou na universidade aos 23 anos de idade e saiu de lá diplomado, graças à dedicação, força e determinação que herdou do patriarca da família.

Mas nem tudo foi fácil na vida de Marco e Manuel. Nos tempos de escola do jovem jornalista, o aposentado não foi autorizado pela instituição de ensino a acompanhar o filho durante as aulas, tendo de recorrer aos serviços de acompanhantes profissionais. No entanto, quando Marco chegou à faculdade, Manuel pôde, enfim, estar presente na sala de aula, ajudando o herdeiro a superar as limitações físicas e estudar.

Sem saber ao certo a dimensão da nova empreitada, o aposentado que há tempos não pisava numa sala de aula ficou assustado. “No início, relutei bastante. Não imaginava como seria a aceitação dos alunos e professores. Mas, com o tempo, fomos aceitos. Eu era tratado como um colega de sala e não como o pai do Marco”, conta.

Para o filho não foi diferente. Ainda sem se acostumar com a ideia de ter o pai como colega de classe, o começo de sua vida universitária lhe pareceu um pouco estranho. No entanto, com o passar do tempo, Marco acabou gostando e aprovei-

tando a experiência. “Quanto eu tinha dúvidas, meu pai opinava, mas a decisão final era sempre minha. Ele nunca interferiu e nem interfere nas minhas escolhas”, afirma.

Exemplo de amor incondicional para a toda turma de alunos, pai e filho puderam contar com o apoio dos colegas de sala e professores durante todo o curso. “O Marco sempre foi muito carismático e soube conquistar o carinho e respeito de todos. Além disso, os professores nos passaram a segurança necessária para a conclusão da faculdade”, analisa o aposentado.

O apoio irrestrito dado ao ex-universitário também está presente nos demais membros da família Condez, que se empenham diariamente para tornar a vida de Marco a mais normal e agradável possível. “Não o tratamos como especial, damos a ele o mesmo tratamento dado à irmã. Vejo gratidão nos olhos dele, principalmente quando ele fala que sou a extensão de seu corpo”, afirma o patriarca.

RECONHECIMENTO

Ciente do importante papel desempenhado pelo pai em prol da sua realização pessoal e profissional, Marco acredita que a ajuda que recebeu e recebe ainda hoje de Manuel não se resume apenas à parte física. “Ele é fundamental para que eu supere os obstáculos, me dá força e me incentiva. Me faz sentir como se eu pudesse fazer tudo. Sou muito grato a ele por toda a sua dedicação, pois eu não teria condições de cursar a faculdade sem a presença de um acompanhante. Em casa, ele me dá banho, me veste e faz tudo que exige força física de mim. Já na faculdade, ele foi minhas mãos”, analisa.

UM NOVO SONHO

A concretização do sonho de se formar na faculdade de jornalismo despertou, é claro, novos desejos em Marco. Agora, ele almeja exercer a profissão, colocando em prática tudo o que aprendeu nas aulas. “Hoje escrevo para o meu *blog* pessoal, onde faço comentários e análises sobre assuntos ligados ao futebol. Ainda não sei de que forma, mas pretendo trabalhar”, revela o recém-formado que também se dedica às aulas de inglês. “Meu pai também me acompanha no curso porque em time que está ganhando não se mexe (risos)”, brinca.

Fazendo o possível para que o filho tenha novas conquistas, Manuel segue ao seu lado, a fim de realizar um de seus maiores sonhos. “Espero que meu filho tenha uma ocupação que preencha sua vida. Ele quer ser reconhecido pelo seu trabalho e não pela sua condição física”, pontua.

PAI CRIA QUADRINHO PROTAGONIZADO POR HERÓI COM SÍNDROME DE DOWN

Metaphase ficou no *ranking* de histórias gratuitas mais lidas de um aplicativo norte-americano entre maio e junho deste ano. Versão impressa deve sair em janeiro de 2014.

Fonte: Revista Crescer – Elisa Feres e Marcela Bourroul – 29/07/2013

Quando o assunto é super-herói, quais são os personagens que vêm a sua cabeça? Provavelmente nomes como Batman, Super-Homem, Homem-Aranha e *Flash*, certo? Para mudar esse cenário já conhecido pelo grande público, o norte-americano Chip Reece resolveu criar uma história com um protagonista inesperado: seu filho Ollie, de 3 anos, portador de síndrome de Down. E o que era para ser apenas uma homenagem tomou proporções muito maiores. *Metaphase*, como foi chamada, entrou para o *ranking* de quadrinhos gratuitos mais lidos do aplicativo *Comixology* entre maio e junho deste ano e tem previsão para ser lançada também em versão impressa.

“Originalmente, criar essa história tinha apenas uma intenção pessoal nascida das minhas experiências com meu filho. Eu acharia incrível se fosse além disso, mas entendia que era um universo novo para mim. Só depois de um tempo, quando conversei com o Peter Simeit, dono da *Alterna Comics* (editora independente de

HQs), percebi que elas realmente tinham potencial para uma audiência maior”, disse o autor em entrevista a CRESCEER.

O paralelo do menino com a figura do herói não foi difícil de ser construído. Além de ter que aprender a lidar com a síndrome de Down, Ollie teve que passar por três cirurgias delicadas em seus primeiros anos de vida graças a diferentes problemas congênitos no coração. “As chances sempre estiveram contra meu filho, mas ele nunca deixou de vencer. A principal intenção das histórias que escrevo é mostrar que pessoas com Down, como ele, podem nos inspirar, podem ser nossos heróis”, afirmou.

ANTICORPOS MATERNS SÃO NOVA PISTA PARA O AUTISMO, INDICA ESTUDO

Anticorpos maternos que têm como alvo as proteínas no cérebro do feto podem desempenhar um papel no desenvolvimento de algumas formas de autismo, de acordo com um estudo publicado nesta terça-feira.

Fonte: Terra – 30/07/2013

Realizado em 246 mães de crianças com “transtornos do espectro autista” e 149 mães de crianças saudáveis, o estudo mostrou que quase um quarto das mulheres do primeiro grupo tinha uma combinação diferente destes anticorpos do que aquelas do segundo grupo.

Os “transtornos do espectro autista” (TEA) incluem variedades diferentes de autismo, entre elas a síndrome de Asperger, que afeta crianças muito inteligentes, mas com grande dificuldade em interações sociais.

Os anticorpos são proteínas essenciais para o sistema imunológico. Eles detectam e neutralizam substâncias estranhas ao corpo, tais como vírus e bactérias. As mulheres grávidas passam seus anticorpos para o feto, o que lhe permite defender-se de infecções até os 6 (seis) meses de idade, enquanto seu sistema imunológico ainda está imaturo. Mas eles podem também, de acordo com o estudo publicado na revista *Translational Psychiatry*, transmitir anticorpos que impedem que o cérebro se desenvolva corretamente.

“Descobrimos que 23% das mães de crianças autistas têm auto-anticorpos contra proteínas que são necessárias para um desenvolvimento neurológico saudável”, explicou à AFP Judy Van de Water autora do artigo, professora da Universidade da Califórnia, que afirma que esses anticorpos não estavam presentes em mães de crianças não-autistas.

Os sintomas também se mostraram mais graves em crianças nascidas de mães com o anticorpo em questão do que em comparação com crianças autistas nascidas de mães sem esses anticorpos.

Os TAE afetam cerca de um em cada 100 nascimentos nos países ocidentais. Os meninos são três vezes mais afetados do que as meninas por esta doença, cujas origens permanecem obscuras.

A equipe da Dra. Van de Water foi capaz de identificar 11 diferentes combinações de sete proteínas alvo de anticorpos associadas aos TEA, cada um dos quais tem um risco diferente do transtorno autista.

O objetivo agora é encontrar marcadores capazes de identificar o risco de TEA, o que permitiria “uma intervenção precoce” para ajudar crianças com autismo para “melhorar o seu comportamento e capacidades”, observa Van de Water.

Em um estudo separado, os pesquisadores liderados por Melissa Bauman, também da Universidade da Califórnia, expuseram oito fêmeas de macacos-rhesus grávidas aos anticorpos maternos relacionados ao TEA e chegaram a resultados semelhantes: os macacos recém-nascidos dessas mães “mostraram diferenças de comportamento, incluindo reações inadequadas em relação a outros macacos”, observa o estudo.

PROJETO CRIADO POR PROFESSOR MELHORA DESEMPENHO DE ALUNOS COM DEFICIÊNCIA EM ESCOLA PÚBLICA DE SP E AMPLIA INCLUSÃO

Um projeto criado pelo professor Rafael Dias Silva, de 36 anos, para ajudar no aprendizado de alunos com deficiência auditiva, teve um duplo resultado positivo em uma escola pública de São Paulo.

Fonte: Vencer Limites – Luiz Alexandre Souza Ventura – 30/07/2013

Além de melhorar o desempenho desses estudantes, o trabalho também despertou o interesse dos colegas de classe sobre a Língua Brasileira de Sinais (Libras) e ampliou a inclusão.

Desde 2009, Rafael leciona matemática, português, inglês, artes, educação física, sociologia, filosofia, química, física, biologia, história e geografia. Tudo em Libras. Com base em sua experiência na sala de aula, ele desenvolveu um método no qual músicas, poesias, vídeos e imagens são usados para ensinar.

O professor trabalha na Escola Estadual Dom João Maria Ogno, na zona leste da capital paulista, onde tem quatro alunas com deficiência auditiva severa, com idade entre 16 e 18 anos, que cursam o primeiro ano do ensino médio. “Além da dificuldade em aprender, havia o problema da frequência e da falta de interação com professores, a direção e os outros estudantes”, diz Rafael.

DESEMPENHO

Em conjunto com outros professores, Rafael passou a usar a nova metodologia. E as notas dessas alunas começaram a melhorar. “Em inglês, história e química, subiram de 2 para 7. Também houve muita melhora em português e filosofia”, conta.

O desafio, no entanto, segundo o professor, não está somente em conseguir ensinar aos alunos Libras e português, simultaneamente, mas em incluí-los na comunidade escolar. “Observando minhas aulas, os estudantes ouvintes ficaram interessados em aprender Libras para se comunicar com os amigos. Daí surgiu a ideia de estender o programa para alunos ouvintes, professores e outros funcionários da escola”, explica Rafael.

Batizado de Língua Brasileira de Sinais: Um Universo Silencioso, o projeto é dividido em três vertentes: formação continuada dos professores pela Aula de Trabalho Pedagógico Coletivo (ATPC) – para traçar estratégias de aprendizado para os alunos surdos -, sensibilização dos alunos ouvintes para o aprendizado de Libras e, finalmente, o trabalho prático que inclui visitas a museus, institutos, entre outras atividades pedagógicas e culturais.

Rafael Dias Silva também ministra aulas gratuitas de Libras na Escola de Artes, Ciências e Humanidades (EACH), na USP Leste, para professores e pedagogos, nos temas astronomia, geologia, biologia, física e química.

NOVAS CÉDULAS DO REAL ATENDEM NECESSIDADE DE DEFICIENTES VISUAIS

Fonte: Portal do Deficiente Visual – 31/07/2013

O Banco Central planeja fazer ainda neste ano mudanças em todas as cédulas de real. Será a primeira vez que as notas serão revistas de uma só vez desde que a moeda foi instituída, em 1994. O objetivo é melhorar ainda mais a segurança do dinheiro brasileiro, evitando falsificações, e facilitar a identificação por parte da população.

Das alterações em estudo, tem a simpatia geral a que prevê a diferenciação de cada nota por tamanho. Quanto menor o valor, menor será o tamanho, o que é muito importante para que deficientes visuais possam saber, com mais agilidade, com que nota estão lidando.

Na área de coloração, um mecanismo em estudo é o uso de uma impressão que, quando se mexe a cédula, os tons de cores mudam. Além disso, poderão ser incluídas impressões que aparecem somente com a incidência de determinados raios ou luzes. As propostas são inspiradas nas cédulas já consideradas bastante modernas, como o dólar americano e o euro. Mas não haverá nenhuma mudança nas moedas metálicas. A tecnologia para fazer o Real era a mesma desde que ele foi criado. As novas cédulas de Real vão atender à demanda dos deficientes visuais e terão tamanhos diferentes e marcas em relevo que facilitam a identificação tátil.

Foram mantidos os elementos que já existiam, como a marca d'água, e outros foram redesenhados para facilitar a identificação e dificultar a falsificação.

O presidente do Banco Central, Henrique Meirelles, avisou que não é necessário ter pressa para trocar notas, já que todas continuam valendo. Nas notas de R\$ 50 e R\$ 100, que serão lançadas até junho deste ano, foram incluídas faixas holográficas diferentes. Segundo o BC esse é um dos elementos mais sofisticados.

NOTAS TENTAM COMBATER FALSIFICAÇÕES

As novas cédulas tentam combater um dos principais problemas do dinheiro no Brasil: a falsificação. Dados do Banco Central mostram que, atualmente, existem 143 notas falsas para cada 1 milhão de cédulas em circulação.

Para a impressão das novas notas, foi preciso trocar todo o parque gráfico da Casa da Moeda. Foram gastos R\$ 400 milhões na modernização da empresa, sendo que cerca de R\$ 230 milhões foram destinados à compra de novos equipamentos para impressão.

// DOCTRINA

GOVERNO SÓ GASTOU 12% DO AUTORIZADO PARA A PROMOÇÃO DOS DIREITOS DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

Artigo de Marina Dutra, jornalista do Contas Abertas

Quase 24% da população brasileira, o que corresponde a 45,6 milhões de pessoas, possui algum tipo de deficiência, de acordo com o último censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Entre os programas temáticos do governo federal, o “Promoção dos Direitos de Pessoas com Deficiência” tem por objetivo incluir essa parcela da população, que historicamente esteve condenada à segregação.

O programa teve autorização no Orçamento Geral da União (OGU) para aplicar R\$ 46 milhões em 2013. Do valor, entretanto, pouco foi utilizado. A Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, órgão responsável pelo programa, só empenhou (reservou em orçamento para gasto posterior) R\$ 200 mil no primeiro semestre do ano e esse valor ainda não chegou a ser gasto. Apenas R\$ 5,4 milhões, referentes a restos a pagar, foram pagos até agora, ou seja, 12% do total.

Além disso, ainda restam R\$ 4,7 milhões de anos anteriores a serem quitados. De acordo com a Secretaria de Direitos Humanos, a execução foi baixa no primeiro semestre porque ainda não haviam sido definidos os editais de chamamento público para financiamento de projetos. Ainda segundo o órgão, atraso na aprovação do orçamento e o tempo demandado para desenvolvimento de conteúdo de qualidade para os projetos apoiados podem ser considerados fatores que alteraram o cronograma.

Os lançamentos dos editais, entretanto, já foram realizados. Em explicação ao atraso na execução das ações do programa, a Secretaria afirmou que contou também com “as fragilidades técnicas por parte das organizações da sociedade civil em atender aos aspectos legais para acesso aos recursos públicos”.

Além dos recursos não serem utilizados, o montante autorizado é baixo. É o que afirma a superintendente do Instituto Brasileiro de Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência (IBDD), Teresa Costa d'Amaral, que considera os R\$ 46 milhões autorizados para o programa muito pouco "para resolver a questão da total desatenção que os deficientes têm do governo". Segundo ela, não adianta dizer que há um programa de governo que reúne diversos recursos de atenção às pessoas com deficiência, se as questões não são enfrentadas com a dimensão que elas têm.

Teresa comparou o valor destinado ao programa à multa devida pela União, pelo estado e pelo município do Rio de Janeiro referente a uma ação civil pública de 2009, que previa uma multa de R\$ 10 mil por dia por prédio público não acessível às pessoas com deficiência no Rio de Janeiro. "A multa da União chega a R\$ 300 milhões, a do estado já estaria em R\$ 6 bilhões e a do município em R\$ 16 bilhões. Nós estaríamos com um total de R\$ 22 bilhões de multa, por uma sentença dada pela justiça em 2009, depois de anos de execução do Decreto nº 5.296, de 2004, que estabeleceu prazos que já venceram. E ninguém faz nada".

A superintendente do IBDD criticou também a ação de subvenção econômica em operações de financiamento para aquisição de bens e serviços de tecnologia assistiva, pela qual o Banco do Brasil oferece créditos para que os deficientes comprem, por exemplo, cadeiras de rodas.

"O SUS só dá três tipos de cadeira de rodas: pequenas, médias ou grandes. Mas cada deficiência tem um tipo de necessidade [...]. Uma pessoa com distrofia muscular precisa ter uma cadeira motorizada porque não tem força no braço, não é uma escolha pessoal. O SUS não dá essa cadeira. E isso é uma questão de saúde, as pessoas estão pedindo crédito no Banco do Brasil para comprar equipamentos que deveriam ser oferecidas pelo SUS", explica Teresa.

Em relação aos dados do IBGE, que apontam que 1/4 da população brasileira tem algum tipo de deficiência, a superintendente é descrente. "Nem um país em pós-guerra tem um número tão alto de deficientes. A ONU e a OMS dizem que 10% da população de países com as características socioeconômicas parecidas com a do Brasil são deficientes. Os dados do IBGE dizem que 1/5 dos brasileiros são cegos. Mas os dados da OMS revelam que 0,5% da população mundial é composta por cegos. Se o IBGE estivesse certo, estaríamos vendo muito mais cegos do que vemos hoje", completa.

AÇÕES

Em 2013, o "Promoção dos Direitos de Pessoas com Deficiência" conta com duas ações: "Subvenção Econômica em Operações de Financiamento para a Aquisição de Bens e Serviços de Tecnologia Assistiva Destinados a Pessoas com Deficiência" e "Promoção e Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência".

A primeira iniciativa diz respeito à subvenção econômica em operações de financiamento para aquisição de bens e serviços de tecnologia assistiva destinados a pessoas com deficiência, sob a forma de equalização de taxas de juros e outros encargos financeiros, limitada ao montante de R\$ 25 milhões por ano. Foram autorizados R\$ 16,9 milhões para 2013. O objetivo da ação é incluir socialmente e facilitar a equiparação das pessoas com deficiência às oportunidades, facilitando seu acesso a produtos e serviços assistivos.

Com dotação autorizada de R\$ 29,2 milhões, a ação "Promoção e Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência" tem por finalidade a implantação e o fortalecimento de serviços de atendimento; desenvolvimento e divulgação de estudos e pesquisas; realização de cursos, capacitações de recursos humanos (técnicos, agentes sociais, gestores públicos e profissionais); e elaboração, produção, e difusão de publicações sobre a temática que tratem dos direitos da pessoa com deficiência.

As ações da iniciativa abrangem temas relativos à acessibilidade e à promoção dos direitos das pessoas com deficiência, visando instigar a mobilização social, de universidades, de instituições governamentais e não-governamentais e de particulares.

CONVENÇÃO DE DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA DA ONU: UMA AMEAÇA À LEI DE COTAS?

Artigo de Fernando Antonio Pires Montanari - Servidor Público Federal, Bacharel em Ciências Econômicas pela Universidade Estadual de Campinas - UNICAMP, ex-presidente do Conselho Municipal de Atenção às Pessoas com Deficiência e com Necessidades Especiais de Campinas, no período 2001/2002

Fonte: Inclusive – inclusão e cidadania – postado em 27/07/2013

Versão integral disponível para leitura por meio do *link* abaixo:
<http://www.inclusive.org.br/?p=25108>

// NOTÍCIAS DO JUDICIÁRIO

SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

14/07/2013

TV

ACESSIBILIDADE É O TEMA DO STJ CIDADÃO DESTA SEMANA

No programa STJ Cidadão desta semana, você vai conhecer as dificuldades de quem tem algum tipo de deficiência e precisa enfrentar os desafios nas ruas, calçadas, na falta de estrutura das cidades brasileiras. Vai ver também os problemas que um cego enfrenta no dia a dia, na tentativa de levar uma vida normal.

E ainda: uma entrevista com Ronaldo de Souza, atleta paraolímpico na categoria tênis de mesa.

Assista ao STJ Cidadão também pela TV Justiça. O programa inédito vai ao ar toda sexta-feira (13h30). As reprises são aos sábados (14h30), domingos (5h30), segundas (20h30) e quartas-feiras (11h30). Você também pode assistir pelo canal oficial do STJ no *YouTube*.

15/07/2013

RÁDIO

25 anos do STJ: Tribunal da Cidadania proporciona inclusão social de pessoas com deficiência

A inclusão social de pessoas com deficiência também é uma bandeira defendida pelo Superior Tribunal de Justiça (STJ). Desde 2009, uma parceria entre o STJ e uma organização não governamental, que faz treinamento de educação física e especial, permite que pessoas com deficiência auditiva e com síndrome de Down atuem em diversas áreas do referido Tribunal.

TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO

22/07/2013

ECT É CONDENADA POR DISPENSA DISCRIMINATÓRIA DE DEFICIENTE VISUAL

Agência não oferecia condições de trabalho compatíveis com sua condição. Impossibilitada de executar outras atividades, passou a realizar apenas serviços de

carimbo de correspondências devolvidas, atendimento telefônico e fornecimento de informações a clientes. Por isso, foi considerada inapta para o trabalho e dispensada.

A ECT - Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos deve reintegrar uma funcionária demitida discriminatoriamente e indenizá-la em R\$ 188,5 mil por danos morais. Também terá que pagar R\$ 10 mil à Associação dos Portadores de Deficiência do Estado do Tocantins (Apodectins), por dano moral coletivo, e R\$ 10 mil ao Fundo de Amparo do Trabalhador, por dano social.

A trabalhadora, deficiente visual, foi aprovada em concurso para ocupar vaga de atendente comercial destinada à pessoa com deficiência. Após a realização de exames e perícia médica, foi considerada apta para o cargo e contratada. No entanto, o local de treinamento não possuía computadores adaptados. Além disso, não havia apostilas em *Braille*. Lotada em município distante de sua cidade, solicitou remanejamento, mas o pedido foi negado.

A funcionária também sustenta que a agência não oferecia condições de trabalho compatíveis com sua condição. Impossibilitada de executar outras atividades, passou a realizar apenas serviços de carimbo de correspondências devolvidas, atendimento telefônico e fornecimento de informações a clientes. Por isso, foi considerada inapta para o trabalho e dispensada.

“Há provas consistentes e explícitas do tratamento degradante dado à autora no local de trabalho, além do menosprezo da reclamada à observância das normas básicas de higiene e segurança do trabalho, além da inobservância das normas específicas de acessibilidade para pessoas com deficiência”, observou o juiz Alcir Kenupp Cunha, da vara Única de Gurupi/TO.

Processo nº 0000647-36.2012.5.10.0821

// NOTÍCIAS DO LEGISLATIVO

CÂMARA DE LIMEIRA APROVA PROJETO DE LEI SOBRE CONTAS EM BRAILLE PARA CEGOS

A Câmara Municipal de Limeira aprovou o projeto de lei nº 193/13 do vereador Jorge de Freitas (PPL) que assegura ao deficiente visual o direito de receber os boletos para pagamentos das suas contas de água, energia e telefonia, confeccionados em *braille*.

Fonte: Limeira Notícias – 02/07/2013

A proposta segue para ser sancionada pelo prefeito. De acordo com o projeto, para o recebimento dos boletos, que não terão custo adicional, o deficiente visual deverá solicitar o benefício junto à empresa prestadora de serviços, apresentando cópias da Carteira de Identidade, Cadastro de Pessoa Física (CPF) e comprovante de endereço. Não é preciso que o deficiente seja o proprietário do imóvel, basta que ele comprove que reside no local. A multa, para quem descumprir a medida, pode chegar a R\$ 1.937 mil. As concessionárias e permissionárias terão o prazo de 60 dias para se adaptarem à lei, após a sua publicação.

Segundo o vereador, é notória a dificuldade que os deficientes encontram atualmente. “Avanços e conquistas surgiram, porém, ainda temos mais obstáculos a enfrentar para oferecer melhores condições de vida para esses cidadãos”, disse. Para ele, possibilitar ao deficiente visual a possibilidade de receber em suas residências esses boletos, o torna mais independente. Com a impressão das principais informações em *braille*, o próprio deficiente terá condição de conferir sua conta e fazer suas reclamações”, justificou. Defender a população é uma das obrigações deste Legislativo”, diz Freitas.

COMISSÃO APROVA PADRÃO DE ACESSIBILIDADE PARA USO DE CALÇADAS POR PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

Fonte: Deficiente Ciente – Notícia postada por Vera Garcia – 04/07/2013

A garantia de acessibilidade às pessoas com deficiência nas calçadas públicas pode passar a ser regulada por lei. A Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR) aprovou, nesta quarta-feira (3), projeto de lei (PLS nº 541/2011) do senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP), que estabelece medidas, materiais para construção, adaptações necessárias e sinalização específica para uso destas vias de circulação de pedestres por cidadãos com mobilidade reduzida.

Segundo Aloysio Nunes, não existe uma padronização na legislação federal daquilo que se considera uma calçada acessível. Apesar de a Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) já ter definido sua caracterização, o parlamentar observa que, por não ter força de lei, não obriga o gestor público a segui-la na adaptação dos passeios públicos.

“Deficientes físicos, visuais, com deficiências múltiplas ou pessoas com mobilidade reduzida, como, por exemplo, idosos, sofrem grandes restrições quanto a sua mobilidade. Isso ocorre seja porque o sistema de transporte público não é adaptado para transportá-los, seja porque essas pessoas sequer conseguem alcançar o transporte público, uma vez que as calçadas não lhes possibilitam sair de casa”, argumentou Aloysio na justificativa do PLS nº 541/2011.

O fato de o Brasil sediar a Copa do Mundo de 2014 e as Olimpíadas de 2016 também serviria de incentivo à padronização das áreas de circulação de pedestres em logradouros públicos. Aloysio Nunes argumentou que estes eventos internacionais criaram a obrigação de se padronizar as calçadas, na perspectiva de facilitar seu uso e o livre trânsito dos turistas nas cidades brasileiras.

O PLS nº 541/2011 recebeu parecer pela aprovação, com quatro emendas de redação, da senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO), relatora na CDR. A proposta será votada em decisão terminativa pela Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH).

PROJETO AMPLIA LICENÇA-MATERNIDADE DE MÃES DE DEFICIENTES

A Assembleia Legislativa aprovou projeto de indicação 08/2013, de autoria da deputada Fernanda Pessoa (PR), propondo a ampliação da licença-maternidade de mães cujos filhos sejam deficientes de qualquer natureza.

Fonte: Programa Nacional de Modernização da Advocacia – 25/07/2013

De acordo com a proposição, as deficiências podem ser visuais, auditivas, motoras ou de má formação congênita.

Para justificar o projeto de indicação, Fernanda Pessoa acentuou que em cada mil nascimentos, uma criança nasce com deficiência auditiva, de intensidade variando entre moderada a grave. Portanto, necessita de mais cuidados do que aquelas em perfeitas condições.

Recém-nascidos com essa condição representam 80% dos portadores de deficiência auditiva permanente. Apenas 20% dos deficientes têm deficiência auditiva adquirida. Grande parte das crianças com deficiência auditiva neurossensorial pode ser identificada no nascimento.

A deputada observa ainda que trabalhos recentes mostram que o resultado da estimulação e adaptação das crianças deficientes é melhor quando iniciado até o sexto mês. Portanto, o diagnóstico da deficiência auditiva deve ser o mais precoce possível, permitindo aproveitar estes primeiros meses onde o desenvolvimento da via auditiva parece ser maior, disse a parlamentar.

O projeto de indicação foi remetido ao Poder Executivo, a quem cabe privativa-

mente regulamentar a questão, através de legislação própria. Se for acatado, o governador Cid Gomes enviará projeto de lei com o mesmo teor, para que seja apreciado pela Assembleia e transformado em lei.

PROJETO QUE ESTIMULA EMPREGO PARA PESSOAS COM DEFICIÊNCIA TEM VOTO CONTRÁRIO DO RELATOR NA CAE

Sérgio Souza votou contra a aprovação do Projeto que reduz de 15% para 13% a alíquota do Imposto de Renda para empresas que tiverem 10% de pessoas com deficiência.

Fonte: Estado de Minas – 29/07/2013

O senador Sérgio Souza (PMDB-PR) apresentou, na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), voto contrário à aprovação do Projeto de Lei do Senado (PLS) 391/2012, do senador Mário Couto (PSDB-PA), que reduz de 15% para 13% a alíquota do Imposto de Renda para empresas que tiverem 10% de seu quadro de pessoal composto por pessoas com deficiência.

A proposta, que tem decisão terminativa na CAE, havia recebido parecer favorável na CDH, nos termos de substitutivo apresentado pelo relator, senador Paulo Paim (PT-RS). A proposta já constou da pauta de três reuniões da CAE, mas teve sua votação adiada.

O projeto altera a Lei nº 9.249/1995. Para o autor, as empresas enfrentam dificuldades “quase intransponíveis” para cumprir a reserva legal de funcionários portadores de deficiência estabelecida pela Lei nº 8.213/1991.

Mário Couto argumenta que, caso a exigência legal fosse transformada em incentivos fiscais, o efeito de integração social poderia ser obtido sem dar lugar aos diversos problemas que as empresas têm de enfrentar para cumprir as exigências da “lei de cotas”, além de aumentar a empregabilidade das pessoas com deficiência. Paim apresentou duas alterações à proposta: alterou o termo “pessoa portadora de deficiência” para “pessoa com deficiência”, como determinam acordos internacionais; e ampliou o escopo da proposta para pessoas com qualquer deficiência, e não apenas para aquelas com deficiência física, como constava no texto original.

Para Sérgio Souza, no entanto, a proposta, embora “altamente meritória”, concede um benefício fiscal “elevado e desproporcional ao objetivo de incentivar as empresas a contratarem um maior número de pessoas portadoras de deficiências”. Para ele, a grande vantagem fiscal proposta enseja a geração de fraudes, “em face da dificuldade de fiscalização da correta aplicação do dispositivo proposto”. Acrescentou que a falta de definição do tipo de deficiência do empregado também vai incentivar as fraudes.

Para o relator na CAE, “proposições que visem incentivar a contratação de pessoas portadoras de deficiências devem ser embasadas em estudos que definam com exatidão o público alvo do benefício, restringindo-o a pessoas que sejam portadoras de deficiências suficientemente graves a ponto de dificultar sua inserção no mercado de trabalho”.

//LEGISLAÇÃO

RESOLUÇÃO CNMP Nº 99, DE 20 DE JUNHO DE 2013.

(Publicada no D.O.U., Seção 1, de 09/07/2013, pág. 91)

Incorpora a Comissão Temporária de Acessibilidade à Comissão de Acompanhamento da Atuação do Ministério Público na Defesa dos Direitos Fundamentais, dá nova redação aos artigos 20, 21 e 22 da Resolução CNMP nº 81, de 31 de janeiro de 2012 e estabelece como objetivo do Conselho Nacional do Ministério Público a constituição da Estratégia Nacional de Acessibilidade.

O CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 130-A, parágrafo 2º, incisos I e II, da Constituição da República, e com arrimo nos artigos 30 e 147 e seguintes de seu Regimento Interno, em conformidade com a decisão Plenária tomada na 9ª Sessão Ordinária, realizada em 20/06/2013,

RESOLVE:

Art. 1º - A Resolução nº 81, de 31 de janeiro de 2012, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 20. A Comissão Temporária de Acessibilidade do Conselho Nacional do Ministério Público passa a integrar a Comissão de Acompanhamento da Atuação do Ministério Público na Defesa dos Direitos Fundamentais, mantendo sua estrutura administrativa.

Art. 21. Para fins de cumprimento pelo Ministério Público da União e dos Estados dos termos da Resolução CNMP nº 81, de 31 de janeiro de 2012, será criado no âmbito da Comissão de Acompanhamento da Atuação do Ministério Público na Defesa dos Direitos Fundamentais, o Núcleo de Atuação Especial em Acessibilidade, que poderá ser desconstituído quando atingir o fim a que se destina.

Art. 22. Todos os ramos do Ministério Público da União e as unidades dos Estados que ainda não informaram o endereço das suas edificações, especificando quais se encontram adequadas às normas de acessibilidade e quais devem ser adaptadas, com base no roteiro básico de acessibilidade encaminhado pelo Conselho Nacional do Ministério Público, devem enviar tais dados, a partir da publicação desta Resolução, ao Núcleo de Atuação Especial em Acessibilidade, integrante da Comissão de Acompanhamento da Atuação do Ministério Público na Defesa dos Direitos Fundamentais.”

Art. 2º - O Conselho Nacional do Ministério Público envidará esforços no sentido de constituir a Estratégia Nacional de Acessibilidade, com o objetivo de planejar e implementar a coordenação de ações e metas de âmbito nacional em matéria de acessibilidade, para cuja execução haja necessidade de conjugação articulada de esforços das diversas esferas estatais.

Art. 3º - Esta Resolução entrará em vigor a partir de sua publicação.

Brasília, 20 de junho de 2013.

ROBERTO MONTEIRO GURGEL SANTOS

Presidente do Conselho Nacional do Ministério Público

Acesso às Resoluções CNMP nos 81/12 e 99/13 -

<http://www2.cnmp.mp.br/portal/filtro-normas/?t=131>

Foi publicada, no Diário Oficial da União de 16 de julho de 2013 (Seção 1 – p. 11/13), a Resolução nº 280, de 11 de julho de 2013, da Agência Nacional de Aviação Civil (ANAC).

Contendo 45 (quarenta e cinco) artigos, o referido ato normativo dispõe sobre os procedimentos relativos à acessibilidade de passageiros com necessidade de assistência especial ao transporte aéreo e dá outras providências.

Para consultá-la, basta acessar a página do Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Justiça de Proteção ao Idoso e à Pessoa com Deficiência disponível na Intranet (Centros de Apoio / Idoso e Pessoa com Deficiência / Legislação / Pessoa com deficiência).

LEI Nº 6491, DE 11 DE JULHO DE 2013

(Publicada no D.O.E.R.J. de 12 de julho de 2013)

ALTERA A LEI Nº 4528, DE 28 DE MARÇO DE 2005, ACRESCENTANDO DISPOSITIVO DISPONDO SOBRE A CERTIFICAÇÃO DO EDUCANDO COM DEFICIÊNCIA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O GOVERNADOR DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Faço saber que a Assembléia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro decreta e eu

sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - O art. 44 da Lei nº 4.528, de 28 de março de 2005, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 44 - Em conformidade com os dispositivos Constitucionais e com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9394/96 entende-se por educação inclusiva, para os efeitos desta Lei, o processo interativo de educação escolar que visa à integração social dos educandos com necessidades especiais e ou com deficiência, mediante a utilização de recursos pedagógicos e tecnológicos específicos na escola regular;

§ 1º - O Poder Público disponibilizará serviços de apoio especializado, fixo ou volante, para a escola regular, atendendo as peculiaridades de educandos com necessidades especiais e com deficiência.

§ 2º - O atendimento educacional será feito em classes, escolas ou serviços especializados, quando, em função de condições específicas dos alunos, não for possível sua integração nas classes comuns de ensino regular.

§ 3º - A oferta da educação especial é dever constitucional do Estado, tendo início na faixa etária de zero a seis anos e prolongando-se por todos os níveis e modalidades de educação escolar, compreendendo todos os componentes curriculares, inclusive educação física caso o aluno apresente condições para tal.”

Art. 2º - O art. 45 da Lei nº 4.528, de 28 de março de 2005 passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 45 - O Poder Público assegurará:

I - Espaços acessíveis e adequados, currículos próprios, métodos, técnicas e recursos pedagógicos e tecnológicos para atender às necessidades dos educandos com deficiência;

II - Professores com especialização adequada em nível médio ou superior, para atendimento especializado, bem como formação continuada a professores do ensino regular, visando à inclusão dos educandos com necessidades especiais nas classes comuns e a sua real aprendizagem;

III - Inclusão de conteúdos sobre educação especial nos componentes curriculares dos cursos de formação de professores de nível médio e superior;

IV - Educação especial para o trabalho, visando à efetiva integração do educando na vida em sociedade, inclusive para os que não revelarem condições de inserção no trabalho competitivo, mediante articulação com órgãos oficiais afins, bem como para aqueles que apresentem habilidade superior nas áreas artística, intelectual e psicomotora;

V - Acesso igualitário aos benefícios de programas sociais suplementares disponíveis para o ensino regular;

VI - Terminalidade específica na conclusão do ensino fundamental ou médio, para os educandos que em virtude de suas deficiências não puderam atingir os níveis exigidos e, para os portadores de altas habilidades, aceleração para concluir em menor tempo o programa escolar;

VII - Atendimento especializado em escolas especiais para o educando com deficiência intelectual severamente prejudicado e para o portador de deficiências múltiplas associadas a graves comprometimentos;

VIII - Escolas com atendimento em tempo integral para as pessoas com deficiências, além de equipes especializadas para o atendimento domiciliar, visando à integração com a comunidade e a orientação adequada aos familiares dos educandos com necessidades especiais;

IX - Turmas para ensino da Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS - de forma a facilitar a comunicação entre os alunos integrados às turmas regulares, entre alunos e professores e entre os portadores de deficiência auditiva e seus responsáveis.”

Parágrafo Único -VETADO

Art. 3º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Rio de Janeiro, 11 de julho de 2013

SÉRGIO CABRAL
Governador

Projeto de Lei nº 1928/13
Autoria do Deputado Comte Bittencourt

RAZÕES DO VETO PARCIAL AO PROJETO DE LEI Nº 1928/2013, DE AUTORIA DO SENHOR DEPUTADO COMTE BITTENCOURT, QUE “ALTERA A LEI Nº 4.528, DE 28 DE MARÇO DE 2005, ACRESCENTANDO DISPOSITIVO DISPONDO SOBRE A CERTIFICAÇÃO DO EDUCANDO COM DEFICIÊNCIA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

Em que pese o mérito do Projeto, inviável sancioná-lo integralmente, incidindo o veto sobre o parágrafo único que seria inserido no artigo 45, por meio do art. 2º do presente projeto de lei. As razões, para tanto, passo a expor.

A presente iniciativa altera a Lei Estadual nº 4.528/2005, acrescentando, no referido parágrafo único, dispositivo sobre a certificação do educando com deficiência.

A Constituição Federal define a educação como direito de todos e no art. 208, institui o atendimento educacional especializado às pessoas com deficiência. Ao garantir a oferta deste atendimento aos alunos público alvo da educação especial, é assegurado, além do direito de acesso à escolarização, o direito de igualdade de condições e permanência na escola mediante as condições de acessibilidade.

A Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (ONU/2006), promulgada no Brasil pelo Decreto nº 6.949/2009, no art. 24, preconiza o direito das pessoas com deficiência a um sistema educacional inclusivo em todos os níveis. Ao ratificar esta Convenção, com status de Emenda Constitucional, o Brasil assume o compromisso de assegurá-las à inclusão na escola comum e à adoção de medidas de apoio para sua plena participação em igualdade de condições com as demais pessoas.

Ou seja, partindo da premissa de que o mundo deve estar aberto à pluralidade que as relações sociais, de um ponto de vista ético e moral, devem ser estabelecidas de forma que se abrace a diferença. Este ideal deve ser reforçado no âmbito do ensino médio e fundamental.

Trata-se, pois, de momento especial na vida de uma pessoa, tendo o Estado o dever de buscar formar, não só informar, crianças tolerantes e comprometidas com a ideia de uma dignidade que seja plural.

A partir desta concepção, o formato de documento proposto por este projeto soa excludente, contrário aos fins buscados pela Carta da República. É que se houvesse um documento oficial estabelecendo os limites de crescimento de uma pessoa, ele contrariaria, de forma equivocada, a ideia de que todos nós, ao longo da vida, estamos submetidos a um crescimento pessoal e intelectual que é progressivo e que não pode ser descrito pelo Estado, mediante um documento limitativo e concludente.

Diante do que restou exposto, fui levado a apor veto parcial ao Projeto de Lei ora encaminhado à deliberação dessa Egrégia Casa Legislativa.

SÉRGIO CABRAL
Governador

.....

REUNIÃO DO GNDH ACONTECE EM SÃO PAULO

Fonte: CNPG – 04/07/2013

Começou nessa quarta-feira (3) a II Reunião Ordinária de 2013 do Grupo Nacional de Direitos Humanos (GNDH) do Conselho Nacional dos Procuradores-Gerais (CNPG), em São Paulo. Presidido pelo novo presidente do GNDH e procurador-geral de Justiça de Sergipe, Orlando Rochadel Moreira, o evento que ocorre no Auditório da Secretaria de Estado da Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência, no Memorial da América Latina, na Barra Funda, prossegue até esta sexta-feira (5).

Em seu discurso de abertura, Rochadel deu as boas vindas aos presentes e externou sua alegria em poder dar sua contribuição presidindo o Grupo. "Aceitei esse desafio e conto com o apoio de todos", disse. O presidente do GNDH também mencionou a rejeição da Proposta de Emenda Constitucional (PEC) 37.

Também estiveram presentes à reunião, os conselheiros do Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP), Fabiano Augusto Martins Silveira e Jarbas Soares Júnior. "Para o Conselho é possível articular melhor, coordenar, fomentar e permitir a troca de experiências entre vários ramos do MP para ajudar, na linha de frente, o enfrentamento de problemas em favor do trabalho do Ministério Público brasileiro", ressaltou Fabiano Martins. Para Jarbas Soares a criação do Grupo Nacional de Direitos Humanos representa a terceira fase do CNMP. "Se não assumirmos o protagonismo vamos ficar para trás. É uma fase nova, de sermos protagonistas de mudanças nacionais e projetos de repercussão para a sociedade", disse.

Além do presidente Orlando Rochadel, compuseram a mesa o subprocurador-geral de Justiça de Relações Externas do MP de São Paulo, Arnaldo Hossepian Júnior; os conselheiros do Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP) Jarbas Soares Júnior e Fabiano Augusto Martin Silveira; o procurador de Justiça e secretário do Conselho Superior do MP Paulistano, Tiago Cintra Zariiff; o procurador da República, Humberto Matos Medeiros; a coordenadora-geral do Centro de Apoio Cível e Tutela Coletiva do MPSP, Lídia Helena Ferreira da Costa Passos e o coordenador do Núcleo de Direitos Humanos, Roberto de Campos Andrade.

O Procurador-Geral de Justiça do Estado de Sergipe, Orlando Rochadel Moreira, assumiu a presidência do Grupo Nacional de Direitos Humanos (GNDH) do Conselho Nacional de Procuradores-Gerais de Justiça dos Estados e da União (CNPG) na última reunião do órgão no mês de junho realizada em Aracaju.

NOTA:

Destaca-se que foram designados os Promotores de Justiça Luiz Cláudio Carvalho de Almeida, Patrícia do Couto Villela, Marcos Moraes Fagundes, Carla Carrubba, Bianca Mota de Moraes e Lúcia Iloizio Barros Bastos para participarem da II Reunião Ordinária de 2013 do Grupo Nacional de Direitos Humanos, realizada no período de 03 a 05 de julho de 2013, na cidade de São Paulo – S.P., representando o Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro, conforme ato do Procurador-Geral de Justiça publicado no Diário Oficial de 07 de junho de 2013.

Na 4ª Reunião Ordinária da Comissão Permanente Multidisciplinar de Acessibilidade (CPMA), realizada no último dia 10 de julho, foram abordados os seguintes assuntos: necessidade de elaboração de minuta de resolução que sugira a alteração da atual composição da CPMA, uma vez que a criação do Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Justiça de Proteção ao Idoso e à Pessoa com Deficiência é posterior à edição da Resolução GPGJ nº 1.620/10, que instituiu a referida comissão; sugestão de ampliação do tema da acessibilidade nesta Instituição, não apenas sob o ponto de vista arquitetônico; publicação da Resolução CNMP nº 99/13, que alterou a Resolução CNMP nº 81/12, incorporando a Comissão Temporária de Acessibilidade à Comissão de Acompanhamento da Atuação do Ministério Público na Defesa dos Direitos Fundamentais, dentre outras providências; cumprimento do cronograma de adaptação dos imóveis ainda não acessíveis, de acordo com a disponibilidade orçamentária; sugestão de elaboração e disponibilização de formulário de solicitação de locação de imóveis, para preenchimento de informações prévias sobre acessibilidade, com o intuito de evitar visitas desnecessárias a imóveis manifestamente inacessíveis; sugestão de ela-

boração de cartilha para divulgar o trabalho da CPMA e assuntos relacionados à acessibilidade e à capacitação.

A próxima reunião foi agendada para o dia 28 de agosto de 2013, às 14 horas, na sala 1, do 1º conjunto, do Edifício-sede das Procuradorias de Justiça.

PROMOTORES REÚNEM-SE PARA DISCUTIR O TRANSPORTE URBANO INTERMUNICIPAL

Fonte: Assessoria de Comunicação Social do MPRJ – 17/07/2013

O coordenador do Centro de Apoio Operacional (CAO) das promotorias de justiça de Proteção ao Idoso e à Pessoa com Deficiência, Luiz Cláudio Carvalho de Almeida, reuniu-se na última sexta-feira (12/07) com promotores que atuam na área para discutir sobre transporte urbano intermunicipal. O objetivo da reunião foi aperfeiçoar a atuação do Ministério Público do Rio nos casos de infração às normas de proteção a idosos e pessoas com deficiência em relação ao transporte. A ideia é melhorar a estratégia do MP para responder às demandas pela mobilidade urbana acessível e de qualidade.

"Na medida em que os critérios de atribuição foram estabelecidos na reunião a tendência é que cada promotor de Justiça atuará com mais eficiência na parte que lhe couber na defesa dos direitos de idosos e pessoas com deficiência quando o tema da reclamação for o transporte urbano intermunicipal", avalia Luiz Cláudio.

Participaram da reunião o subcoordenador do CAO, Rafael Luiz Lemos de Sousa, e os promotores de justiça Cristiane Branquinho Lucas, Eliane Patrícia Albuquerque Soares, Rosana Rodrigues de Alves Pereira, Egberto Zimmermann e Daniela Pessoa Santos.

COMITIVA DO MINISTÉRIO PÚBLICO FAZ VISTORIA NO ESTÁDIO DO MARACANÃ

Fonte: Assessoria de Comunicação Social do MPRJ – 19/07/2013



Comitiva do MPRJ durante vistoria no Maracanã.



Promotores de Justiça verificam acessibilidade no Estádio do Maracanã.

Uma comitiva composta por integrantes da Administração Superior do MPRJ, coordenadores de Centros de Apoio Operacional e promotores de Justiça que atuam em órgãos de execução reuniu-se com o presidente do consórcio que administra o Maracanã, João Borba, e realizaram uma vistoria nas dependências do estádio, na manhã desta sexta-feira (19/07). O objetivo do encontro foi abrir um canal de diálogo com a administração do Maracanã para cumprimento da legislação no que se refere à segurança, acessibilidade e direitos previstos no Estatuto do Torcedor.

De acordo com o procurador-geral de Justiça, Marfan Martins Vieira, boa parte dos questionamentos apresentados pelo Ministério Público foi imediatamente acolhida pelo consórcio. Os principais temas tratados foram das áreas criminal, da cidadania, do consumidor e da pessoa com deficiência. Em seguida, o grupo iniciou a visita a todas as estruturas do estádio, inclusive ao Juizado Especial Criminal.

Para João Borba, a reunião foi excelente e resultará em medidas concretas para adequação do estádio às normas legais. "A meta do consórcio é trazer de volta as famílias ao Maracanã, com segurança, acessibilidade e conforto. O acompanhamento pelo Ministério Público nos ajudará a cumprir esse objetivo", disse o presidente do consórcio.

Estiveram presentes ao encontro, além do procurador-geral de Justiça, o subprocurador Eduardo Gussem, os coordenadores e subcoordenadores Walter de Oliveira Santos e Fábio Mendes Muniz, do CAOp Criminal; Patrícia Couto Villela e Frederico Rangel Albernaz, do CAOp da Cidadania; Christiane Cavassa Freire e Sidney Rosa Silva, do CAOp do Consumidor; Luiz Cláudio Carvalho de Almeida e Rafael Luiz Lemos de Souza, do CAOp do Idoso e da Pessoa com Deficiência; o assessor de Assuntos Institucionais Sérgio Nogueira de Azeredo e as promotoras de Justiça Glícia Pessanha Viana Crispim e Eliane Patrícia Albuquerque Soares. Também integrou a comitiva o Dr. José Antonio Baeta, promotor de Justiça do Ministério Público de Minas Gerais e presidente da Comissão Nacional de Combate à Violência nos Estádios.

.....